

Universidade do Sul de Santa Catarina

Sociologia

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça
UnisulVirtual
2007

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina de **Sociologia**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma, abordando conteúdos especialmente selecionados e adotando uma linguagem que facilite seu estudo a distância.

Por falar em distância, isso não significa que você estará sozinho. Não esqueça que sua caminhada nesta disciplina também será acompanhada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual.

Entre em contato sempre que sentir necessidade, seja por correio postal, fax, telefone, e-mail e Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem. Nossa equipe terá o maior prazer em atendê-lo, pois sua aprendizagem é nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.

Jacir Leonir Casagrande
Tade-Ane de Amorim

Sociologia

Livro didático

Design instrucional
Ligia Maria Soufen Tumolo

Palhoça
UnisulVirtual
2007

301
C33

Casagrande, Jacir Leonir
Sociologia : livro didático / Jacir Leonir Casagrande, Tade-Ane de Amorim ; design instrucional Ligia Maria Soufen Tumolo.
– Palhoça: UnisulVirtual, 2007
290 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia. I. Amorim, Tade-Ane de. II. Tumolo, Ligia Maria Soufen. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Créditos

Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina UnisulVirtual - Educação Superior a Distância

Campus UnisulVirtual

Rua João Pereira dos Santos, 303
Palhoça - SC - 88130-475
Fone/fax: (48) 3279-1541 e
3279-1542
E-mail: cursovirtual@unisul.br
Site: www.virtual.unisul.br

Reitor Unisul

Gerson Luiz Joner da Silveira

Vice-Reitor e Pró-Reitor Acadêmico

Sebastião Salésio Heerdt

Chefe de gabinete da Reitoria

Fabian Martins de Castro

Pró-Reitor Administrativo

Marcus Vinícius Anátóles da Silva
Ferreira

Campus Sul

Diretor: Valter Alves Schmitz Neto
Diretora adjunta: Alexandra Orsoni

Campus Norte

Diretor: Ailton Nazareno Soares
Diretora adjunta: Cibele Schuelter

Campus UnisulVirtual

Diretor: João Vianney
Diretora adjunta: Jucimara Roesler

Equipe UnisulVirtual

Administração

Renato André Luz
Valmir Venício Inácio

Bibliotecária

Soraya Arruda Waltrick

Cerimonial de Formatura

Jackson Schuelter Wiggers

Coordenação dos Cursos

Adriano Sérgio da Cunha
Aloísio José Rodrigues
Ana Luisa Mülbart
Ana Paula Reusing Pacheco
Cátia Melissa S. Rodrigues (Auxiliar)
Charles Cesconetto
Diva Marília Flemming
Itamar Pedro Bevilacqua
Janete Elza Felisbino
Jucimara Roesler
Lilian Cristina Pettes (Auxiliar)
Lauro José Ballock
Luiz Guilherme Buchmann
Figueiredo
Luiz Otávio Botelho Lento
Marcelo Cavalcanti
Mauri Luiz Heerdt
Mauro Faccioni Filho
Michelle Denise Durieux Lopes Destri
Moacir Heerdt
Nélio Herzmann
Onei Tadeu Dutra
Patrícia Alberton
Patrícia Pozza
Raulino Jacó Brüning
Rose Clér E. Beche

Design Gráfico

Cristiano Neri Gonçalves Ribeiro
(coordenador)
Adriana Ferreira dos Santos
Alex Sandro Xavier
Evandro Guedes Machado
Fernando Roberto Dias Zimmermann
Higor Ghisi Luciano
Pedro Paulo Alves Teixeira
Rafael Pessi
Vilson Martins Filho

Equipe Didático-Pedagógica

Angelita Marçal Flores
Carmen Maria Cipriani Pandini
Caroline Batista
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Cristina Klipp de Oliveira
Daniela Erani Monteiro Will

Dênia Falcão de Bittencourt
Enzo de Oliveira Moreira
Flávia Lumi Matuzawa
Karla Leonora Dahse Nunes
Leandro Kingeski Pacheco
Ligia Maria Soufen Tumolo
Márcia Loch
Patrícia Meneghel
Silvana Denise Guimarães
Tade-Ane de Amorim
Vanessa de Andrade Manuel
Vanessa Francine Corrêa
Viviane Bastos
Viviani Poyer

Gerência de Relacionamento com o Mercado

Walter Félix Cardoso Júnior

Logística de Encontros Presenciais

Marcia Luz de Oliveira
(Coordenadora)
Aracelli Araldi
Graciele Marinês Lindenmayr
Guilherme M. B. Pereira
José Carlos Teixeira
Leticia Cristina Barbosa
Kênia Alexandra Costa Hermann
Priscila Santos Alves

Logística de Materiais

Jeferson Cassiano Almeida da Costa
(coordenador)
Eduardo Kraus

Monitoria e Suporte

Rafael da Cunha Lara (coordenador)
Adriana Silveira
Caroline Mendonça
Dyego Rachadel
Edison Rodrigo Valim
Francielle Arruda
Gabriela Malinverni Barbieri
Josiane Conceição Leal
Maria Eugênia Ferreira Celeghin
Rachel Lopes C. Pinto

Simone Andréa de Castilho
Tatiane Silva
Vinícius Maycot Serafim

Produção Industrial e Suporte

Arthur Emmanuel F. Silveira
(coordenador)
Francisco Asp

Projetos Corporativos

Diane Dal Mago
Vanderlei Brasil

Secretaria de Ensino a Distância

Karine Augusta Zanoni
(secretária de ensino)
Ana Luísa Mittelzatt
Ana Paula Pereira
Djeime Sammer Bortolotti
Carla Cristina Sbardella
Franciele da Silva Bruchado
Grasiela Martins
James Marcel Silva Ribeiro
Lamuniê Souza
Liana Pamplona
Marcelo Pereira
Marcos Alcides Medeiros Junior
Maria Isabel Aragon
Olavo Lajús
Priscilla Geovana Pagani
Silvana Henrique Silva
Vilmar Isaurino Vidal

Secretária Executiva

Viviane Schalata Martins

Tecnologia

Osmar de Oliveira Braz Júnior
(coordenador)
Ricardo Alexandre Bianchini
Rodrigo de Barcelos Martins

Edição – Livro Didático

Professores Conteudistas

Jacir Leonir Casagrande
Tade-Ane de Amorim

Design Instrucional

Ligia Maria Soufen Tumolo

Projeto Gráfico e Capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramação

Rafael Pessi

Revisão Ortográfica

B2B

Sumário

Apresentação	3
Palavras dos professores conteudistas	9
Plano de estudo	11
UNIDADE 1 – Sociologia: conceito e objeto	15
UNIDADE 2 – Durkheim e a socialização	49
UNIDADE 3 – Pensamento sociológico de Marx	89
UNIDADE 4 – Weber e a socialização	137
UNIDADE 5 – Sociologia e sociedade	171
UNIDADE 6 – Temas de Sociologia e cotidiano	223
Para concluir o estudo	277
Referências	279
Sobre os professores conteudistas	283
Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação	285

Palavras dos professores



Prezada estudante e prezado estudante,

Neste início do século XXI, estamos inseridos em um mundo desafiador, marcado pelas rápidas e importantes descobertas da ciência, com reflexos imediatos nos aparatos tecnológicos que provocam alterações constantes na vida individual e coletiva.

Por vezes, parece que não conseguiremos apreender e acompanhar todas as mudanças da sociedade, por outras, tem-se a impressão de que o conhecimento não é mais suficiente para a compreensão de tantas modificações. E mais, é um mundo marcado por guerras, conflitos, tensões, divisões sociais e problemas ambientais de graves consequências.

Ao mesmo tempo em que vivemos nesse contexto profundamente preocupante, vivemos sob extraordinárias perspectivas e promessas de melhorias para o nosso futuro.

A Sociologia é uma disciplina que tem por objetivo o estudo da vida social humana, dos grupos e das sociedades. É uma disciplina que tem uma tarefa fascinante e ao mesmo tempo inquietante, uma vez que o objeto de estudo é o nosso próprio comportamento em sociedade. Desta forma, a abrangência da Sociologia é extremamente ampla, pois pode estudar relações entre pequenos grupos ou processos sociais globais.

Acreditamos que a mensagem mais importante da Sociologia é a compreensão de que a sociedade é uma construção coletiva. Ela nos ensina que o que, às vezes, nos parece natural e inevitável, é uma construção histórica e social. Compreender estes processos é vital para nos entendermos como atores sociais e não apenas expectadores da sociedade.

Precisamos acreditar no potencial da nossa inteligência e criatividade para compreendermos o contexto do mundo social em que estamos inseridos, para sermos sujeitos mais atuantes na sociedade.

Bons estudos!

Professora Tade-Ane de Amorim

Professor Jacir Leonir Casagrande.



Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientar você no desenvolvimento da Disciplina. Nele, você encontrará elementos que o ajudarão a ter uma visão geral da Disciplina e a organizar os seus estudos.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam. Assim, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/ mediação.

São elementos desse processo:

- o livro didático;
- O EVA (Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem);
- as atividades de avaliação (complementares, a distância e presenciais).

Ementa

Contexto histórico do surgimento da Sociologia. O pensamento sociológico: referenciais dos teóricos clássicos para o estudo da sociedade. Questões e problemas para a Sociologia contemporânea.

Carga Horária

60 horas-aula - 04 créditos.

Objetivos da disciplina

Esta disciplina objetiva oferecer ferramentas de compreensão da sociedade. Assim, espera que o aluno amplie a sua capacidade de reflexão e criticidade perante os fenômenos sociais e suas próprias ações como cidadão e estudante.

Conteúdo programático/objetivos

Veja, a seguir, as unidades que compõem o livro didático desta disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

Unidades de estudo:

Unidade 1 - Sociologia: conceito e objeto

Nessa unidade discutiremos o contexto do surgimento da Sociologia. Você entenderá que o surgimento da Sociologia não é um acaso, mas está relacionado com mudanças ocorridas no século XIX.

Unidade 2 - Durkheim e a socialização

A unidade 2 abordará a teoria de Emile Durkheim, e você terá a possibilidade de compreender como a vida social condiciona algumas de suas ações e emoções. Você também entenderá como se dá o processo de socialização.

Unidade 3 - Pensamento sociológico de Marx

Na unidade 3 você estudará a teoria de Karl Marx. Entenderá como a economia influencia a vida em sociedade. Também compreenderá o significado do mundo do trabalho. Além disso, terá oportunidade de perceber que desemprego não é uma situação individual.

Unidade 4 - Weber e a socialização

Nessa unidade você conhecerá a teoria de Max Weber. Compreenderá que o processo de burocratização é inerente à modernização. Terá a oportunidade de compreender a relação entre mobilidade social e teoria sociológica.

Unidade 5 - Sociologia e sociedade


Na unidade 5 discutiremos temas ligados diretamente à nossa vida em sociedade. São várias temáticas, e em todas elas será possível entender que os padrões vividos por você, estão relacionados a contextos sociais amplos.

Unidade 6 - Temas de Sociologia e cotidiano

Na última unidade, continuaremos discutindo temas relacionados ao nosso cotidiano. Você terá a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre globalização, desigualdade, violência, movimentos sociais, educação e mídia. Em todos os assuntos, você poderá compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade.

Agenda de atividades/ Cronograma

- Verifique com atenção o EVA, organize-se para acessar periodicamente o espaço da Disciplina. O sucesso nos seus estudos depende da priorização do tempo para a leitura; da realização de análises e sínteses do conteúdo; e da interação com os seus colegas e tutor.
- Não perca os prazos das atividades. Registre no espaço a seguir as datas, com base no cronograma da disciplina disponibilizado no EVA.
- Use o quadro para agendar e programar as atividades relativas ao desenvolvimento da Disciplina.

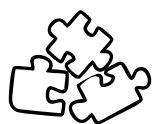
Atividades obrigatórias	
Demais atividades (registro pessoal)	

Sociologia: Conceito e Objeto



Objetivos de aprendizagem

- Compreender o objeto de estudo da Sociologia.
- Descrever o método de estudo da Sociologia.
- Compreender a relação da Sociologia com outras ciências.
- Entender as mudanças promovidas pelo Renascimento, Iluminismo, Revolução Francesa e Revolução Industrial.
- Compreender as principais contribuições de Comte para a Sociologia.
- Entender as contribuições da Sociologia para o estudo das instituições sociais.



Seções de estudo

- Seção 1** A constituição do método e do objeto sociológico.
- Seção 2** A Sociologia e a sua relação com as outras ciências.
- Seção 3** O Renascimento, o Iluminismo, as Revoluções do século XVIII e o surgimento da Sociologia.
- Seção 4** Comte e o Surgimento da Sociologia.
- Seção 5** Instituições sociais: família, religião e educação.



Para início de estudo

Você inicia agora seus estudos em Sociologia. Começaremos discutindo sobre as especificidades de uma ciência que tem como objeto de estudo a sociedade.

Assim, iniciaremos apresentando o método de estudo e delimitando o objeto de estudo desta área de conhecimento.

Na sequência, você estudará as relações que a Sociologia estabelece com outras ciências sociais. Conhecerá também o fundador da Sociologia, Auguste Comte.

Para finalizar esta unidade, você terá a oportunidade de compreender a relação do indivíduo com algumas instituições sociais.

Vamos estudar?

SEÇÃO 1 - A constituição do método e do objeto sociológico

Iniciaremos esta seção descrevendo a origem da palavra sociologia.

Você conhece?

Etimologicamente, Sociologia tem sua origem no latim, da palavra *socius*, que significa sócio ou social, e no grego *logos* que significa estudo.

Sociologia é então, o estudo do social, da sociedade ou das relações entre pessoas. É a ciência da sociedade.

Por isso, a sociedade precisa ser definida pela Sociologia e a vida social precisa ser explicada pela Sociologia. É a reflexão dos homens sobre eles mesmos, onde o social como tal é colocado em questão na relação elementar entre indivíduos ou pela entidade global.

Apresentando um conceito de sociedade, recorreremos a Giddens (1984, p.15), que a define da seguinte forma:

Uma sociedade é um grupo, ou sistema, de modos institucionalizados de conduta. Falar de formas institucionalizadas de conduta é referir-se a modalidades de crenças e comportamentos que ocorrem e recorrem ou, como expressa a terminologia da moderna teoria social, são socialmente produzidos e reproduzidos no tempo e no espaço.

Quando se fala em sociedade tem-se em mente a idéia de seres humanos em interdependências e em inter-relações, mas a Sociologia não se limita ao estudo das condições de existência social dos seres humanos.



A Sociologia pode ser entendida como uma área de conhecimento, que se baseia na observação metódica dos fenômenos sociais.

Segundo Castro e Dias (1992), destaca-se como um dos aspectos mais importantes na abordagem de seu objeto, a preocupação em aplicar o ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais.

Para Durkheim (1974, p. 29), a Sociologia pode ser entendida como a “ciência das instituições, da sua gênese e de seu funcionamento, isto é, de toda a crença, todo o comportamento instituído pela coletividade”. Sendo que os fatos sociais constituem-se o objeto de estudo da Sociologia e compreendem:

Toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. As maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de em virtude do qual se lhe impõe, ou maneiras de fazer ou de pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem suscetíveis de exercer influência coercitiva sobre as consciências particulares. (DURKHEIM, 1974, p. 29).

A explicação sociológica exige, como requisito essencial, um estado de espírito que permita entender a vida em sociedade como estando submetida a um contexto determinado, produzido pelo próprio curso das condições, fatores e produtos da vida social.

O estudo sociológico faz com que atividades cotidianas passem a ser analisadas e problematizadas. O simples ato de ir ao supermercado pode ser uma experiência interessante do ponto de vista sociológico. Mas, para isso, temos que abstraí-lo das rotinas simplificadas e olhá-lo de forma diferente.

Como um sociólogo poderia fazer a análise de uma ida ao supermercado?

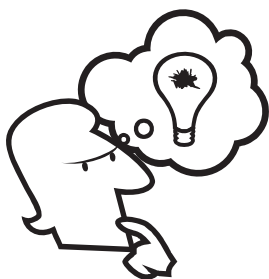
Vejamos, na seqüência, alguns pontos que poderiam ser problematizados:

- Primeiro, verificamos a gama enorme de produtos dos mais diversos locais e de diferentes países, que deixa evidente o processo de globalização em curso;
- Na prateleira dos cereais, podemos perceber que a soja transgênica faz parte de nossa mesa;
- Na prateleira de produtos de beleza, verificamos que a indústria de cosmético apresenta novos lançamentos quase que diariamente. Isto nos leva a hábitos de consumo diferenciados;
- Ao ver a promoção no preço da carne bovina, lembramos que há uma disputa internacional sobre embargos econômicos;
- No setor de hortifrutigranjeiros, deparamo-nos com discussões sobre alimentação saudável, livre de agrotóxicos, com implicações sobre diferentes estilos de vida;
- No caixa, ficamos sabendo que o funcionário tem nível superior completo, mas que trabalha ali por não ter outra possibilidade de emprego e, então, pensamos sobre as relações de trabalho na atualidade.



Assim, a Sociologia nos permite entender que muitos atos que parecem ser apenas individuais, em verdade, refletem questões muito mais amplas.

A Sociologia pode significar também o tratamento teórico-prático da desigualdade social. Ela pode servir como uma ferramenta a serviço dos interesses dominantes, como veremos no pensamento de Comte; assim como, por outro lado, pode servir como expressão teórica dos movimentos revolucionários. (CASTRO; DIAS, 1992).



Por isso, ela pode ser considerada um projeto intelectual marcado por conflitos de idéias, discussões, tensão e até, em algumas situações, por contradições. É preciso enfatizar que em Sociologia são inevitáveis as diferenças ideológicas e metodológicas.

A visão rigorosamente sociológica da sociedade caracteriza-se pelo fato de que ela se processa por meio de uma dinâmica de relação entre a prática e a teoria, o que nos permite identificar as possíveis relações entre os fenômenos e, deste modo, explicá-los, entender suas causas e seus efeitos e, mesmo, projetar tendências no seu desenvolvimento. Teoria e prática são faces de uma mesma moeda, ainda que cada face tenha sua feição própria.

A Sociologia é, como toda ciência, predominantemente indutiva, isto é, parte da observação sistemática dos casos particulares para daí chegar à formulação de generalizações teóricas sobre a vida social. A observação sistemática dos fatos é, em última instância, a confirmação ou negação da qualidade científica de qualquer explicação da realidade. Cabe à Sociologia, como ciência, tornar inteligíveis os fenômenos sociais, apreendidos a partir de diferentes pontos de vista (CASTRO; DIAS, 1992).



A Sociologia, como ciência, pretende explicar o que acontece na sociedade. É um tipo de conhecimento garantido pela observação sistemática dos fatos e pode transformar-se num instrumento de intervenção social.

Na Sociologia, a observação dos fatos ou fenômenos sociais é orientada pela teoria. Sociológico é, antes de tudo, o modo como se encara a realidade dos fenômenos sociais. A teoria sociológica não é um fim em si mesma, mas é um meio para a compreensão da realidade social. Max Weber (1994, p.5), por exemplo, trabalha o conceito de Sociologia amarrado a indicativos metodológicos:

É a ciência que pretende entender, interpretando a ação social, para dessa maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos, observando sua regularidade que se expressa na forma de usos, costumes ou situações de interesse.

A Sociologia, como ciência ou produção teórica, caracteriza-se sempre como uma forma peculiar de compreender o objeto, dependendo das divergências típicas das várias concepções de mundo. A Sociologia, como ciência, existe por causa da sociedade. O que importa é estudar a sociedade e a realidade observável em geral.

Sendo a metodologia algo instrumental, ela decorre da visão teórica. Se uma escola sociológica acredita serem conflitos e contradições sociais as mais importantes relevâncias da realidade, escolherá como abordagem uma metodologia capaz de exprimi-los. Por outro lado, se a visão social privilegiar o aspecto institucional de persistência histórica, será outra a metodologia mais apta a explicá-la. Ao destacar a desigualdade social como tema central da Sociologia, a metodologia mais adequada será de alguma forma **dialética**.

Você estudará dialética em detalhes na unidade 3, desta disciplina.

Toda formação social pode produzir conflitos internos suficientes para ter que se superar na história, isto é, qualquer realidade social concreta já foi produto de conflitos anteriores que ela mesma elabora, capazes de levá-la à transição histórica. Desta forma, o conflito social não é mazela histórica, defeito, sina, mas, simplesmente, característica da realidade.

Você aprofundará os estudos sobre estes autores nas próximas unidades desta disciplina.

Foi a partir das obras de **Marx, Durkheim e Weber** que a Sociologia moderna configurou-se como uma área de conhecimento com método e objetos próprios. Valores e instituições, que antes eram considerados de um ponto de vista supra-histórico, passam a ser entendidos como frutos da interação humana.

Neste sentido, a Sociologia revela a dimensão temporal de fenômenos que se pensava serem eternos. De acordo com Quintanero, Barbosa e Oliveira (1995), com o tempo, nenhum dos temas seguintes seria considerado menos importante ao entendimento sociológico:

- Estado.
- Religião.
- Família.
- Mercado.
- Moral.
- Sexualidade.
- Divisão do trabalho.
- Modos de agir.
- Populações.
- Estruturas das sociedades e seus modos de transformação.
- Justiça.
- Violência, entre outros.

Pode-se afirmar que a Sociologia é, entre as ciências sociais, uma das que mais se tem proliferado na produção de teorias. Dentro de tanta diversidade, é complexo identificar uma visão adequada da Sociologia como teoria científica, mas há uma gama enorme de tradições ou escolas sociológicas.

Diante disso, vamos propositadamente simplificar o assunto em duas escolas: Uma que entende tendencialmente a desigualdade social de modo **estrutural-funcionalista ou positivista**; (que você estudará na obra de Comte, na seção 1.4; e na obra de Durkheim, na próxima unidade). Outra que acentua a inquietação histórica do conflito estrutural na sociedade ou teoria **histórico-crítica** (que você estudará na obra de Marx, na unidade 3).

Nesta seção, você aprendeu a definir a Sociologia e também entendeu seu objeto de estudo. Na seção seguinte, você compreenderá a relação da Sociologia com outras ciências.

SEÇÃO 2 - A Sociologia e sua relação com as outras ciências

Desde sua origem, a Sociologia aborda problemas que outras ciências não problematizam, ao mesmo tempo em que o objeto de estudo, a sociedade, é abordada por diversas outras ciências sociais (Antropologia, História, Geografia, Economia, Psicologia, por exemplo).

Ela tem em sua origem um diálogo com outras ciências. Se retomarmos o exemplo da nossa ida ao supermercado, percebemos como a Economia e a História são importantes para a análise da Sociologia. Para compreendermos os motivos pelos quais consumimos soja transgênica, conforme citado naquele exemplo, o entendimento da economia é essencial.

Da mesma forma, se abordarmos a violência, é muito difícil entendê-la desconsiderando a História, a Psicologia e a Antropologia. Ao se pensar sobre o problema do tráfico de drogas, temos de considerar a Ciência Política, a Economia, a História.

A Sociologia recorre a outras ciências para fazer análise da sociedade, da mesma forma que outras ciências recorrem à Sociologia para entender determinado fenômeno.

Mas então qual é a característica distintiva da Sociologia?

Pode-se afirmar que Sociologia define-se, não pelo objeto de pesquisa, já que a sociedade é estudada por diversas outras ciências, e sim pela sua abordagem de pesquisa.

Nesse momento, você deve estar se perguntando: mas qual a utilidade da Sociologia?

Para responder essa questão, leia o texto de Cristina Costa (2002, p.11):

Assim como o leitor, o ouvinte e o espectador de televisão sabem que existem técnicas relativamente eficazes para entender o comportamento social, profissionais das mais diversas áreas também não ignoram a utilidade da sociologia.

Para entender uma campanha publicitária, para lançar um produto ou um candidato político, para abrir uma loja ou construir um prédio, os profissionais especializados – o engenheiro, o agrônomo, o comerciante, procuram dados sobre o comportamento da população.

Não se constroem mais prédios ou casas sem levar em consideração o comprador, suas condições, valores, idéias, tudo aquilo que o faz optar por uma ou outra moradia. Pode ser o lugar, o aspecto, o preço ou, muito freqüentemente, a soma de tudo isso.

Todos os passos importantes na comercialização de um produto, desde sua criação até sua campanha publicitária e sua distribuição, repousam em pesquisas de opinião e comportamento.

Procura-se saber quem compra determinado produto, os hábitos desse comprador, sua faixa salarial, quanto do orçamento doméstico ele está disposto a dedicar a esse bem, e assim por diante. [...] Resumindo, não se “atira no escuro”.

A sociedade tem características que precisam ser conhecidas para que aqueles que nela atuam tenham sucesso. Não existe, portanto, nenhum setor da vida onde os conhecimentos sociológicos não sejam de ampla utilidade.

E essa certeza perpassa hoje toda a linguagem dos meios de comunicação e toda a atuação profissional das pessoas. E por isso também que a sociologia faz parte dos programas universitários que preparam os mais diversos profissionais - de dentistas a engenheiros - e por isso também o sociólogo hoje tem entrada nas mais diversas companhias e instituições para estudar desde as características internas das empresas até o ambiente externo em que elas estão inseridas.

Esperamos que você esteja interessado em continuar seus estudos. Agora que você já sabe o que é Sociologia e o seu objeto de estudo, vamos estudar sobre como se deu o início, ou seja, estudaremos sobre o contexto social, político e econômico do surgimento da Sociologia.

Veremos que, na época de seu surgimento, muitos pensadores notáveis estavam impressionados com a importância da ciência e da tecnologia para as mudanças que testemunhavam. Dessa forma, eles se empenharam para estabelecer as metas da Sociologia. Buscaram conseguir no estudo das questões sociais humanas o mesmo êxito obtido pelas ciências naturais ao explicarem o mundo material.

SEÇÃO 3 - O Renascimento, o Iluminismo, as Revoluções do século XVIII e o surgimento da Sociologia

Vamos viajar um pouquinho no tempo e lembrar como era o nosso mundo alguns séculos atrás. Você já deve ter algum conhecimento de como ele era durante o período medieval, não é mesmo?

Vamos relemburar algumas coisas.



Figura 1: Idade Média: Fonte: <<http://www.historiadarte.com.br/idademedia.htm>>

A Idade Média corresponde ao período de 476 até 1453, e foi marcada por uma sociedade sob forte influência da Igreja Católica. Esse período é denominado teocêntrico, ou seja, Deus era o centro de todas as explicações, o centro do mundo e cabia ao homem somente submeter-se e obedecer à vontade divina representada pelo papa e pelo rei. O homem tinha uma atitude de contemplação passiva,

que resultava em sua submissão; a história humana iniciava e terminava em Deus, que era representado pelo poder religioso e pela monarquia.

A consequência dessa posição era que todas as explicações sobre a sociedade, a política e a própria vida cotidiana estavam fundamentadas na vontade de Deus. No contexto político, predominavam as monarquias absolutistas.

Esse período começou a ser questionado por dois movimentos, a saber: o **Renascimento** e o **Iluminismo**.

Vamos conhecer cada um deles:

O **Renascimento** tem sua origem em algumas cidades Italianas e atingiu, sobretudo, as camadas urbanas da Europa Ocidental entre os séculos XIV e XIX. Sua principal característica é a retomada dos valores da cultura greco-romana, isto é, uma retomada da cultura clássica, mas não se tratava de meramente copiar as realizações do Classicismo greco-romano.

O ideal do Humanismo (valorização do homem) foi a base do Renascimento. O Humanismo descartava a escolástica medieval, predominante até então. Os humanistas questionavam os valores e a organização social e política da Idade Média. Para o surgimento do Renascimento, é importante considerarmos dois fatores:

- A invenção da imprensa, que possibilitou a difusão de vários clássicos greco-romanos e bíblicos que, até então, eram acessíveis apenas aos monges;
- O período das grandes navegações, que promoveu um alargamento dos horizontes culturais, contribuindo para o questionamento de idéias até então consideradas como verdades absolutas.

O Renascimento, de certa forma, pode ser considerado a expressão do movimento Humanista nas Artes, Literatura, Arquitetura, Filosofia e Ciência.

Mas foi no **Iluminismo (ou Ilustração)**, movimento filosófico, que se conseguiu fazer de maneira mais sistemática o questionamento das explicações do mundo, as quais eram fundamentadas na vontade divina e representadas pela vontade do rei e do papa.



Esse movimento filosófico buscou usar a razão para explicar os fenômenos sociais. O Iluminismo teve suas origens no século XVII e se desenvolveu principalmente no século XVIII. Ao substituir Deus pela razão, o movimento Iluminista promoveu uma crítica da cultura e da política absolutista; e procurou difundir o uso da razão para dominar a natureza e fabricar resultados capazes de levar o progresso a todos os aspectos da vida.

O Homem e a sua capacidade de intervir na História foram ressaltados e, assim, propiciou-se uma ruptura na organização social, principalmente por meio do grande desenvolvimento científico e tecnológico. Ele se iniciou como produção humana e fruto do trabalho e, a partir daquele momento, adquiriu uma conotação positiva de intervenção e transformação da realidade.

Mas por que o Iluminismo promoveu tantas mudanças?

Imaginem que antes do Iluminismo tudo, absolutamente tudo, que acontecia no céu e na terra poderia ser explicado por meio do divino. O Iluminismo questionou tal posicionamento e, assim, os fenômenos de nossa vida começaram a ser explicados pelo uso da razão.

Ou seja, aspectos da vida política, econômica, cultural e do nosso próprio cotidiano, passaram a ser explicados por meio da razão ou por vontade humana, e não mais unicamente divina. Portanto, tais explicações poderiam ser constantemente questionadas.



Em outras palavras, o triunfo da razão possibilitou o entendimento de que o mundo é construído pela vontade humana podendo ser questionado e, principalmente, modificado.

Com o Iluminismo, o ser humano começou a ter o entendimento de que tem possibilidade de intervir em seu destino. O homem passou a ser o centro do universo e a razão humana passou a ser a base da explicação do mundo, **o antropocentrismo**.

A burguesia, classe que estava em ascensão na Europa, defendeu e procurou difundir os ideais iluministas. Isso porque a burguesia precisava desvencilhar-se das idéias absolutistas – reinantes até então. O Iluminismo apresentou as bases filosóficas de uma nova sociedade, que foi consolidada a partir de duas revoluções. A Revolução Francesa (marco de transformações políticas) e a Revolução Industrial (marco de transformações econômicas), que serão apresentadas a seguir.

A Revolução Francesa: ascensão do poder da burguesia

A Revolução Francesa, que data de 1789, foi um movimento conduzido pela classe burguesa, com intenção de modificar o sistema político vigente. Pode ser considerada como um símbolo de transformações políticas de nossa era.

Mas o que foi modificado com a Revolução Francesa? Quais as mudanças políticas promovidas? São essas as questões que devem ser discutidas neste momento.

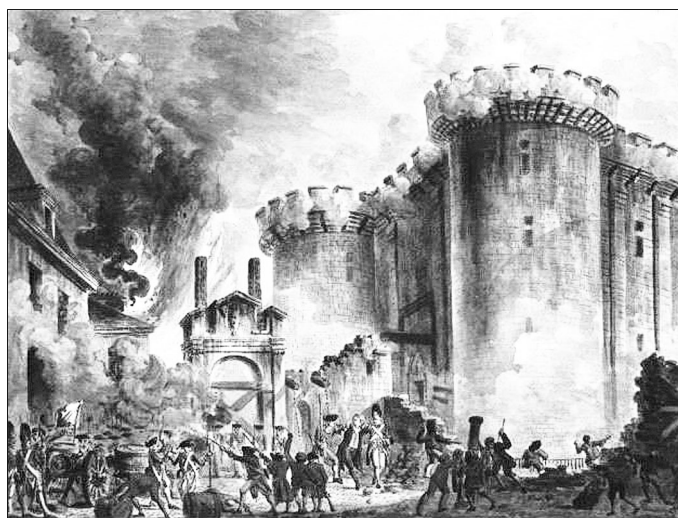


Figura 2: Revolução Francesa.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Francesa>

Primeiramente, é importante que você procure entender o que levou a burguesia a promover uma revolução. Para entendermos esta questão, temos que discutir o que estava acontecendo na Europa e, principalmente, na França naquele período.

A França era um reino comandado pela monarquia e fortemente influenciado pela Igreja Católica, e com o predomínio da agricultura. A burguesia, sobretudo a emergente burguesia urbana, estava descontente, pois a sua carga de impostos era grande. Mas a principal fonte de descontentamento estava no fato da burguesia estar excluída das decisões políticas da França. Ou seja, a burguesia detinha poder econômico, mas não detinha poder político. E é exatamente o poder político que a burguesia alcança por intermédio da revolução.

Neste momento, você deve estar se perguntando: e o papel do povo na revolução?

Podemos afirmar que foi o povo, sobretudo os camponeses, que levantaram as armas e destituíram, de forma violenta, a monarquia do poder.

E a burguesia, qual foi o seu papel? A burguesia, fortemente influenciada pelos ideais iluministas, insuflou o povo contra a monarquia. Você lembra dos ideais da Revolução Francesa?



Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Foram essas as “promessas” da burguesia ao povo francês. Essa foi uma revolução muito diferente das rebeliões populares que aconteciam até então. Primeiro, porque a Revolução Francesa teve um cunho universalista, ou seja, pela primeira vez na história almejava-se uma ordem baseada na igualdade para todos.

Antes da Revolução Francesa, era lícito que plebeus e monarcas tivessem direitos diferentes. Depois da Revolução Francesa, conquistou-se o direito dos cidadãos de poderem lutar para serem tratados com igualdade política.

Destacamos que o conceito moderno de cidadão foi desenvolvido durante a Revolução Francesa. Isto é, o cidadão moderno é aquele que tem igualdade de direitos políticos e que nasce e permanece livre.

Novamente, devemos destacar a influência dos filósofos iluministas, os quais, por meio da fé na razão, acreditavam que poderiam criar uma nova ordem social, erguida contra as velhas instituições monárquicas e religiosas.

Assim, a burguesia de fato tomou o poder na França, aboliu a monarquia e instituiu uma nova forma de organização política – o Estado -Nação. Baseado na criação de eleições, nas quais todos os cidadãos deveriam votar e o valor de seus votos seria o mesmo, isto é, o sufrágio universal.



Vamos fazer uma relação do Iluminismo com a Revolução Francesa. Você consegue perceber como os ideais iluministas influenciaram essa revolução?

É importante lembrar que o Iluminismo questionou o poder de Deus, representado pela monarquia e pela Igreja Católica. Ou seja, Deus tomava corpo na figura do rei e do papa. Quando os filósofos iluministas questionaram a explicação teológica do mundo e propuseram uma explicação a partir da razão, o rei ficou sem legitimidade. Com isto, ele abriu espaço para a constituição do Estado moderno, baseado na legalidade e no poder econômico, porque ele já estava sem poder político. E é exatamente o poder político que a burguesia alcançou por meio da revolução.

Outro momento de muitas mudanças na sociedade foi a Revolução Industrial. Vamos conhecê-la?

A Revolução Industrial

A Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, no final do século XVIII e se disseminou, ao longo do século XIX, pela Europa Ocidental e Estados Unidos. Esta revolução é sempre lembrada pelas inovações no processo produtivo, introduzidas durante

aquele período. Neste texto, queremos ir além disso e destacar mais do que as mudanças no processo de produção.

Não que tais mudanças tenham sido sem importância, mas gostaríamos exatamente de demarcar como as mudanças no processo de produção promoveram grandes modificações na forma de organização da sociedade. Para discorrermos sobre as mudanças sociais, vamos iniciar destacando as mudanças tecnológicas.



A Revolução Industrial marcou a criação da atividade industrial e fabril.

Você deve estar se perguntando como se dava a produção antes da revolução, não é mesmo?

Pois bem, antes da revolução predominava a produção artesanal, na qual o artesão desenvolvia o produto do início ao fim. Isto se modificou radicalmente com o processo de produção industrial, no qual o operário ficou responsável por parte da produção de determinado produto. Emergiu, na Revolução Industrial, a divisão social do trabalho e, com isto, o processo de desenvolvimento de produtos foi separado.



Figura 3: Máquina a vapor.

Fonte: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial >

Com o desenvolvimento de novas formas de energia, como o vapor e, mais tarde, a energia elétrica, a capacidade de produção foi extraordinariamente ampliada. Para atender as necessidades de produção, houve uma grande migração de trabalhadores para as cidades. Segundo Giddens (1984, p.13):

Calcula-se que antes do século XIX, mesmo nas sociedades mais urbanizadas, não mais que 10% da população habitavam as pequenas ou as grandes cidades e geralmente muito menos na maioria dos estados e impérios sustentados pela agricultura.[...] Estimou-se, por exemplo, a população londrina do século XIV em 30 mil habitantes e a de Florença durante o mesmo período em 90 mil. No início do século XIX, a população de Londres já ultrapassara a de qualquer cidade em todos os tempos, alcançando a cifra de 900 mil almas.

Com a mecanização do campo, grande parte dos camponeses perdeu seu emprego, ampliando ainda mais o êxodo rural.

Imaginem os problemas decorrentes desse grande aumento populacional para as cidades. Novamente, temos que fazer um esforço e pensar em como era Londres e outras grandes cidades nesse período: não havia água encanada, nem rede de esgoto, a própria noção de uma cidade urbanizada, com ruas, locais de moradia e trabalho ainda estava sendo criada. Tampouco havia moradias em condições de abrigar tantos trabalhadores.

Para agravar ainda mais a situação, os trabalhadores livres não estavam protegidos por leis trabalhistas, ou seja, caso o patrão desejasse demitir um funcionário, este não teria direito nenhum. Também não havia licença-maternidade ou direito à aposentadoria. As jornadas de trabalho, igualmente, não eram regulamentadas, podendo chegar até 16 horas por dia.

É neste contexto, com seus problemas e suas perguntas, que surgiu o pensamento sociológico. A Sociologia, como forma de saber científico não é, portanto, fruto de mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo.



Uma pergunta que parece pertinente neste momento é:
Quando foi o início da Sociologia?

Vimos, anteriormente, que o Renascimento, o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa promoveram várias modificações na forma da sociedade pensar e se organizar. Esses eventos instauraram a chamada modernidade.

Este conjunto de transformações precisava ser explicado e compreendido pela razão humana. Diante da sensação de que o mundo estava em crise e algo precisava ser feito, buscou-se responder perguntas tais como:

- Quais são as causas das transformações sociais?
- Para onde elas apontam?
- O que fazer diante destes novos fatos?
- De que forma as forças sociais em luta podiam posicionar-se diante destes fenômenos?

As questões eram muitas, e como a ciência tinha sucesso na explicação da natureza, poderia explicar também a sociedade. A Sociologia nasce, neste contexto, como uma tentativa de resposta, isto é, como uma ciência social que objetiva explicar a sociedade.

[illegible]

Unidade 1

SEÇÃO 4 - Comte e o surgimento da Sociologia

Nenhum autor sozinho pode criar um novo campo de estudo e com a Sociologia não foi diferente. Muitos teóricos contribuíram para o seu início. Mas, é dado a Comte o título de seu pai fundador, isto porque foi ele quem cunhou a palavra Sociologia.

Comte, inicialmente, usou o termo “física do social”, mas como este termo também era usado por alguns de seus rivais intelectuais, ele passou a utilizar o termo Sociologia.

Augusto Comte nasceu em Montpellier, França, em 19 de janeiro de 1798. Ele fazia parte de uma família católica monarquista e, desde cedo, adquiriu sólida formação matemática e científica na Escola Politécnica, em Paris, na qual ingressou com dezesseis anos de idade, tendo grande influência em sua formação intelectual. Comte afirmava que a Politécnica era a primeira instituição verdadeiramente científica e deveria servir de modelo para as demais universidades.



Figura 4: Augusto Comte

Fonte: <www.antroposmoderno.com/biografias/Comte.html>

O pensamento do autor refletia os eventos conturbados de seu tempo. A França estava profundamente abalada pelos conflitos resultantes dos processos de transformações econômicas e políticas.

A Revolução Francesa trouxe mudanças significativas à sociedade. A forte industrialização estava alterando o modo tradicional de vida da população. O pensamento de Comte se insere, conscientemente, na onda contra-revolucionária e ultraconservadora que se seguiu à Revolução Francesa de 1789. Foram frutos dessa conjuntura, os conceitos ligados à ordem e à estabilidade social, tais como, tradição, autoridade, hierarquia, coesão, ajuste, norma, ritual. (SIMON, 1996).

Diante deste novo mundo, provocado pelas Revoluções Industrial e Francesa, não era mais possível continuar a olhar a sociedade por meio de uma compreensão teológica sobre a interferência divina na vida da sociedade e das pessoas.

O pensamento sociológico de Comte foi a ciência **positivista**. De acordo com Giddens. (2005, p.28):

Ele [Comte] acreditava que a sociologia deveria aplicar os mesmos métodos científicos rigorosos ao estudo da sociedade que a física ou a química usam no estudo do mundo físico. O positivismo sustenta que a ciência deveria estar preocupada somente com entidades observáveis que são conhecidas diretamente pela experiência. Baseando-se em cuidadosas observações sensoriais, pode-se inferir as leis que explicam a relação entre fenômenos observados. Ao entender a relação causal entre os eventos, os cientistas podem então prever como os acontecimentos futuros ocorrerão. Uma abordagem positivista da sociologia acredita na produção de conhecimento sobre a sociedade, baseada em evidências empíricas tiradas a partir da observação, da comparação e da experimentação.

Como você já estudou (na seção 3 deste livro), na Idade Média, o aglutinador da sociedade era a fé católica. No modo de pensar do passado, eram os teólogos e os sacerdotes que davam a base moral à sociedade.

Na modernidade, o Positivismo pregou que os cientistas deveriam substituir os sacerdotes e teólogos, ou seja, a base moral e social deveria ser dada pelo pensamento científico. Desse modo, o Positivismo de Augusto Comte não é somente mais uma corrente filosófica dentre outras, mas aquela que se propõe a acompanhar, a promover e a estruturar o último estágio da humanidade, fundado e condicionado pela ciência e pela razão.

Designou-se uma matriz filosófica marcada pelo culto da ciência e pela sacralização do método científico. Assim, se os cientistas substituem os sacerdotes e os teólogos, os industriais (os empreendedores, diretores de fábricas, banqueiros) assumem o lugar dos militares.

Dessa forma, Comte propôs, analisando a sociedade de sua época, que a condição fundamental seria fazer uma reforma intelectual por meio de uma ciência positiva e da ciência social. A reforma da sociedade proposta por Comte deveria seguir três passos: reorganização intelectual, seguida pela reorganização moral e, por fim, política.

Segundo Comte, a grande tarefa que caberia à filosofia positivista seria a de restabelecer a ordem na sociedade capitalista industrial. Expressou um tom geral de confiança nos benefícios da industrialização e um otimismo em relação ao progresso capitalista, guiado pela técnica e pela ciência. Tratava-se do entusiasmo burguês pelo progresso capitalista e pelo desenvolvimento técnico-industrial.



Comte aponta que o espírito humano teria passado por três estágios na tentativa de entender o mundo, aos quais ele designou de **Lei dos três estágios**.

Vamos conhecer quais são eles:

No primeiro estágio, o **teológico**, os pensamentos eram guiados por idéias religiosas e pela crença que a sociedade era guiada pela vontade de Deus. É o estágio considerado por Comte como o mais primitivo, pois o homem acreditava em magias, misticismos, fetiches, duendes, demônios, espíritos, deuses, Deus, etc.

No estágio **metafísico**, a sociedade começa a ser vista em termos naturais e não sobrenaturais. Estes se tornam presentes na época do Renascimento e Iluminismo.

O estágio **positivo** era o estágio científico da sociedade, iniciado por Copérnico, Galileu e Newton. Neste estágio houve a aplicação de técnicas científicas na sociedade.

Para Comte, a Sociologia foi a última ciência a se desenvolver, sendo a mais significativa e mais complexa de todas.

Você percebe que para Comte há um progresso, ou evolução, na sociedade?

Para ele, a sociedade se organiza da mais simples para a mais complexa. Mas, para o positivismo jamais a evolução deve prescindir da ordem. Para Comte, sem ordem não há progresso, pois o progresso é o desenvolvimento da própria ordem.



Uma das idéias principais do positivismo foi: “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”.

- Por que o lema da nossa bandeira é o mesmo do positivismo?

É necessário você entender que, para Comte, somente com a completa reforma intelectual e moral dos homens, que se daria pela família e educação, poderia ser instaurada uma reorganização da sociedade nos moldes da filosofia positiva. Sobre esses preceitos, estudaremos na próxima seção.

SEÇÃO 5 - Instituições sociais: família, religião e educação

O homem é um animal social, isto significa dizer que o homem torna-se humano na relação com outros de sua espécie. Não existe natureza humana, ou um sentido biologicamente dado, que determine diferentes organizações sociais. Toda organização social é determinada por formações socioculturais. De acordo com Berger e Luckam. (1985, p. 75):

[...] é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano. O ser humano solitário é um ser no nível animal (que, está claro, o homem partilha com outros animais). Logo que observamos fenômenos especificamente humanos entramos no reino do social. A humanidade específica do homem e sua sociabilidade estão inextrincavelmente entrelaçadas. O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida *homo socius*. (grifos do autor).

Assim, o homem distingue-se das demais espécies porque seu comportamento não se desenvolve naturalmente em relação à natureza, nem é transmitido geneticamente, mas é aprendido socialmente. Dessa forma, ele é o único animal que

necessita ser ensinado a adquirir seu comportamento. E para que os comportamentos tornem-se um hábito social, há o que chamamos de **instituições sociais**.

Como a ação dos homens está sujeita a hábitos, pense, por exemplo, no fato de que você sabe que deve escovar os dentes todas as manhãs, usar roupas, entre tantos outros comportamentos cotidianos.



Como aprendemos que devemos nos comportar dessa forma?

As instituições sociais nos ensinam o comportamento adequado de forma contínua e, na maioria das vezes, esse ensinamento passa despercebido a nós. Muitas vezes, sem nos darmos conta, estamos cobrando de outros indivíduos o mesmo comportamento que aprendemos. Na sequência, verificaremos algumas dessas instituições sociais, a família, a religião e a escola.

Vários teóricos estudaram essas instituições. Para os **funcionalistas**, por exemplo, as instituições sociais desempenhariam a função de assegurar uma coesão social e manter o consenso na sociedade. Esta abordagem está presente na teoria de Comte, assim, apresentaremos as funções de algumas instituições sociais na perspectiva desse autor.

Corrente que você conhecerá mais detalhadamente no momento em que estudar Durkheim, na próxima unidade.

Como atualmente alguns sociólogos têm questionado as abordagens funcionalistas das instituições sociais, apresentaremos também algumas críticas à perspectiva funcionalista dessas instituições.

A família

Para Comte, a família é fundada sobre o dever de obediência, a idéia da autoridade do pai e do serviço amoroso da mãe cumpre um papel estabilizador e regulador na sociedade. Para que os conflitos gerados pela Revolução Industrial fossem superados, sobretudo a instabilidade social, era necessária a moralização das relações.

Nesse contexto, a família cumpriria um importante papel como o lugar do aprendizado sobre o amor uns pelos outros, o que iria estruturar uma sociedade baseada na ordem do dever.



Servindo à concepção de hierarquia e à moral do dever nas questões relativas à família, entre marido e mulher, a norma “naturalmente” era: cabe aos homens, como os mais aptos e os mais fortes, chefiar o lar e participar da vida pública.

O lugar das mulheres seria o lar, onde elas eram subordinadas ao melhor julgamento do homem.

Ao mesmo tempo, ela cumpria importante função na educação dos filhos para o amor altruísta, abnegado e cumpridor de seus deveres, mais do que preocupado com os seus direitos: ela era ciente dos seus deveres. A mulher tornou-se “peça fundamental” na construção da ordem familiar e social, ainda que fosse apenas pelo cumprimento do seu dever e por meio da abnegação, virtudes que caracterizavam o espírito da época.

Contrapondo-se a isso, as abordagens feministas iniciadas na década de 60, (que serão discutidas na unidade 5, desta disciplina), apontam a família como espaço não apenas de convívio e transmissão de regras, mas também de exploração, solidão e profunda desigualdade. Muitos autores feministas questionam a idéia da família como núcleo de apoio mútuo, buscando mostrar como há relações de poder dentro da família.

Religião

Para Comte, a preocupação com a reforma moral o fez pensar que a reorganização da sociedade realizava-se plenamente com a nova religião criada por ele, a saber, a religião da humanidade como Grande Ser, que consiste em ordenar cada natureza individual e religar todas as individualidades.

Comte acreditava que a questão religiosa era o princípio fundamental responsável pela unificação humana. Julgava que as crenças religiosas existentes até sua época representavam

apenas fontes de divisões. Assim, o termo religioso, para ele, possuía significação diferente do utilizado pelas crenças e cultos conhecidos e por ele combatidos.

Entendia que a religião era caracterizada pela harmonia própria à existência humana, na qual as partes morais e psíquicas convergiam para um destino comum, fosse ele pessoal ou coletivo. Agindo sobre a natureza individual, ela reunia todas as individualidades, pois tanto a individualidade moral como a psíquica eram regidas pelas mesmas leis.



E você? O que pensa sobre a religião? Aproveite a leitura das concepções dos dois autores citados, Comte e Marx, para refletir sobre o assunto.

Diferentemente, Marx (autor que será estudado na unidade 3) afirma que a religião seria o ópio do povo. Veremos o que isso significa.

Mesmo Marx nunca tendo escolhido a religião como objeto privilegiado de estudo, sua influência sobre o assunto é grande. De acordo com Giddens (2005, p. 431), as idéias de Marx apóiam-se, principalmente, em Ludwig Feuerbach. Marx concordava com a idéia de Feuerbach de que a religião representa a auto-alienação humana.

Para Marx, a religião adia a alegria e as recompensas para uma outra vida. Por isto, as pessoas aceitam passivamente condições de vida degradantes. Para ele, as crenças e valores religiosos serviam às desigualdades em termos de poder e de classe.

Educação

Para Comte, a educação seria o meio para se alcançar a reforma intelectual e moral. De acordo com ele, a família ensinaria o dever da obediência e a educação escolar reforçaria esse preceito. Na mesma linha de pensamento, Durkheim (autor que você estudará na unidade 2) afirma:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio moral a que a criança, particularmente se destine. (DURKHEIM, 1967, p.19)

Dessa forma, para Durkheim, a educação é o processo pelo qual aprendemos a ser membros da sociedade. Educação é socialização.

Diferentemente, numa outra vertente de pensamento, Marx analisava a situação educacional dos filhos de operários no início do capitalismo moderno. Para ele, a educação era utilizada no sistema capitalista para perpetuar a exploração e dominação de uma classe sobre a outra. Nesta visão, a educação é usada como instrumento de disseminação das idéias dominantes.



Ao estudar esta unidade, você compreendeu o objeto e o método de estudo da Sociologia. Entendeu a relação da Sociologia com outras ciências. Conheceu as mudanças promovidas pelo Renascimento, Iluminismo, Revolução Francesa e Revolução Industrial. Além disto, compreendeu as principais contribuições de Comte para a Sociologia, bem como da Sociologia para o estudo das instituições sociais.

[illegible]



2. Imagine-se desejando abrir um negócio próprio. Pode ser um restaurante, uma loja de artigos importados, uma clínica médica, um consultório odontológico, uma empresa de engenharia, etc.

Descreva quais fatores da sociedade devem ser considerados para que isto ocorra. Pense em como a Sociologia poderia ajudar essa análise.

[illegible]

3. Leia e analise o texto de Verdenal (1981, p. 216). Considere os argumentos construídos pelo autor e relacione o conceito de ordem com a sociedade contemporânea.

A idéia de ordem na obra de Augusto Comte

Todo o pensamento de Comte gira em torno dessa idéia de ordem

[...]. Percebe-se que essa idéia de ordem é interpretada segundo uma visão conservadora, onde a ordem é uma moldura rígida, ao mesmo tempo estrutura mental e tipo de organização, oscilando entre a categoria intelectual e a lei das coisas. Na política positiva, põe os pontos nos is: “Basta comparar as duas concepções do termo ordem, que significa sempre ao mesmo tempo comando e arranjo”.

A ordem é concebida de maneira rígida e “coisificada”, como o encaixamento das peças num mecanismo. Estamos longe da ordem cartesiana como lei da atividade intelectual, resultado da operação de análise e de síntese. A idéia de ordem está ligada à idéia de hierarquia como sistema de subordinação rígida da arte ao todo, do inferior ao superior, do processo ao resultado e isso dá a chave da famosa divisa: pelo progresso à ordem. Pouco a pouco, Comte deriva da idéia de ordem “natural”, cara ao século XVIII, para a idéia da ordem como tipo abstrato do pensamento especulativo, ou pior, como modelo “coisista” imposto de fora para dentro.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Saiba mais

Para aprofundar os conhecimentos sobre os assuntos desta unidade, você poderá pesquisar as seguintes obras:

- ARON, Raymond. **As etapas de pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 10. ed. Brasília: UNB, 1997.
- CASTRO, Ana M.; DIAS, Edmundo F. (orgs.) **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1992.
- COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da sociologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: ser, saber e fazer. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DEL PRIORI, Mary. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil Colônia. In: MARCILIO, Maria Luiza (orgs). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993.

- DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967. 91 p.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**: uma breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. de O. e OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque clássico**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. Itajaí: Univali/Edifurb, 2001.
- SIMON, Maria Célia. O Positivismo de Comte. In: REZENDE, Antonio (org). **Curso de filosofia**. 6. ed. Petrópolis: Jorge Zahar/SEAF, 1996.
- VERDENAL, René. A filosofia de Augusto Comte. In: CHATELET, François (dir.). **História da filosofia**: idéias, doutrinas. 8 v. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UNIDADE 2

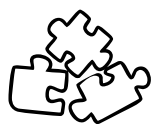
2

Durkheim e a socialização



Objetivos de aprendizagem

- Identificar a contribuição de Durkheim para a Sociologia.
- Compreender os seus principais conceitos.
- Entender a relação indivíduo/sociedade para Durkheim.
- Entender os processos de socialização, isolamento e interação social.
- Compreender os conceitos de papel, controle e status.



Seções de estudo

- Seção 1** O pensamento de Durkheim.
- Seção 2** Coerção, suicídio e solidariedade.
- Seção 3** Socialização e processos sociais: contatos sociais, isolamento e interação social.
- Seção 4** Status, papel social e controle social.



Para início de estudo

Quando se inicia o estudo da Sociologia, muitas vezes fica-se confuso com a diversificação de teorias que são criadas para que possamos estudar a sociedade. Isto acontece porque a Sociologia não tem um modo único de estudar determinado fenômeno social.

Por que razão há tantas abordagens diferentes?

A resposta está ligada à própria natureza da disciplina, isto é, a Sociologia estuda aspectos que dizem respeito a nossa própria vida e ao nosso próprio comportamento na sociedade, e estudar a nós mesmos é uma tarefa que exige grande esforço, bem como apresenta várias possibilidades.

Vamos ler o que nos explica Alberto Toso Rodrigues (2000, p.19):

O homem faz a sociedade ou a sociedade faz o homem?

Num de seus sambas, Paulinho da Viola narra a trajetória de um malandro do morro, Chico Brito. Na canção, ele é malandro, sim, vive no crime e é preso a toda hora.

Paulinho, porém, não atribui sua condição a uma falha de caráter. Chico era, em princípio, tão bom como qualquer outra pessoa, mas “o sistema” não lhe deixara oportunidade de sobrevivência que não a marginalidade.

O último verso diz tudo: ‘a culpa é da sociedade que o transformou’.

Já em outra canção, bem mais conhecida, Geraldo Vandré dá um recado com sentido oposto: ‘quem sabe faz a hora, não espera acontecer’.

- Somos nós que fazemos a hora?
- Ou a hora já vem marcada pela sociedade em que vivemos?
- O que, afinal, o ‘sistema’ nos obriga a fazer em nossa vida?
- Qual o tamanho de nossa liberdade?

Essas questões podem ser respondidas de diferentes maneiras pelos sociólogos. Há abordagens que enfatizam mais o papel da sociedade sobre os indivíduos e buscam mostrar a existência da vida coletiva acima dos mesmos.

Há abordagens que enfatizam mais a possibilidade de ação dos indivíduos e, mesmo fugindo do psicologismo, elas ressaltam a ação individual e a capacidade dos homens de forjarem a sociedade.

É necessário entendermos que não há “maneira certa” para respondermos as questões colocadas por Tosi, isto é, não há uma única possibilidade de estudarmos a sociedade, e as diferentes possibilidades de estudá-la estão representadas por diferentes sociólogos.

Nesta unidade e nas duas unidades seguintes, vamos estudar respectivamente, como três autores considerados os clássicos da Sociologia – Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber – respondem essas e outras questões.

Prontos para conhecer o pensamento de Durkheim? Vamos lá!

Seção 1 - O pensamento de Durkheim

Lembra-se do principal autor estudado na unidade anterior?

Pois bem, é muito importante perceber as ligações do pensamento de Durkheim com o pensamento de Comte. Você entenderá que os dois autores seguem os princípios do positivismo, e que a teoria de Durkheim foi fortemente influenciada pelos escritos de Comte.

Antes de entrarmos na teoria deste autor, vamos conhecer alguns aspectos importantes de sua vida, para que possamos contextualizar o seu pensamento.

Conhecendo Emile Durkheim

Durkheim nasceu em 15 de abril de 1858, em Épinal de Vosges, na França, e morreu em 15 de novembro de 1917.

Estudou no Liceu Louis Le Grand e na École Normale Supérieure, onde se formou em Filosofia. Em 1887, foi convidado a lecionar Pedagogia e Ciência Social em Bordeaux – uma importante universidade francesa.

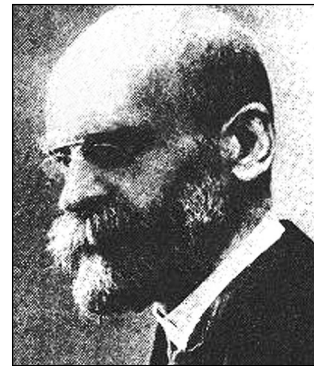


Figura 5: Emile Durkheim
Fonte: <<http://www.culturabrasil.pro.br/durkheim.htm>>

No ano de 1902, Durkheim, um profissional já reconhecido, foi convidado a lecionar na Universidade de Sorbone, em Paris. Quatro anos depois, tornou-se titular da cadeira de Pedagogia e continuou lecionando Sociologia. Finalmente, em 1913, a cadeira de Sociologia foi transformada em cátedra.

Dessa forma, é de Durkheim o mérito de ter transformado a Sociologia numa disciplina aceita nas universidades.



Saiba Mais

Conheça algumas obras de Durkheim:

- A divisão social do trabalho.
 - As regras do método sociológico.
 - O suicídio.
 - As formas elementares da vida religiosa.
 - Educação e Sociologia.
 - Sociologia e Filosofia.
 - O Socialismo.
-

Agora que você conheceu um pouco da vida deste autor, voltamos à intrigante questão feita no quadro apresentado no “*para início de estudo*”, desta unidade.

Somos nós que fazemos a hora?

Para Durkheim, a Sociologia deveria preocupar-se com o estudo dos **fatos sociais**. Ou seja, em vez de estudar o comportamento dos indivíduos, os sociólogos deveriam estudar os fatos sociais – os aspectos da vida em sociedade, que modelam as ações dos indivíduos, tais como a família, a religião, o estado.

Os fatos sociais são as maneiras de agir, pensar e sentir, como práticas coletivas de um grupo, e que exercem coerção sobre os indivíduos. Além disso, os fatos sociais dizem respeito ao caráter objetivo da sociedade, isto é, são independentes dos indivíduos.

Durkheim esforçou-se muito para afirmar a **exterioridade** dos fatos sociais, isto é, para separá-los de razões pessoais ou de impulsos da consciência individual. Segundo ele:

fato social é toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior ; ou ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM,1978, p. 13).

A partir dessa afirmação, você pode perceber que, para o autor, o modo como o homem age é sempre **condicionado pela sociedade**, pois o agir individual origina-se no exterior, ou seja, na sociedade. Ele é imposto pela sociedade ao indivíduo, por isso é coercitivo, tem existência própria e independente da do indivíduo.



Como você pode perceber, para Durkheim, a hora já vem marcada pela sociedade.

Embora a sociedade não possa existir sem as pessoas, Durkheim acreditava que as sociedades têm vida própria – isto é, a sociedade é mais que a soma dos interesses e ações individuais. O modo de pensar, sentir e agir de uma sociedade, existe antes dos indivíduos que nela se encontram e é posterior a eles, tem vida própria e independe das manifestações individuais.

A partir dessas afirmações, você pode compreender que, para Durkheim, os fatos sociais desempenham uma função social, e para explicarmos um fato social é necessário explicar a função que ele exerce na sociedade.

Como compreender a função desse fato social?

De acordo com o autor, a função do fato social não se encontra no futuro, mas no passado.

Como podemos fazer isso?

Investigando as razões pelas quais surgiram determinadas práticas sociais, podemos determinar quais as funções dessas práticas na sociedade. Vejamos algumas perguntas pertinentes, que funcionam como exemplos:

- Por que surgiram as religiões?
- Por que surgiu a divisão social do trabalho?
- Por que surgiu a divisão sexual do trabalho?
- Por que surgiu a família monogâmica?

Entendendo as razões do surgimento dessas práticas, podemos entender as suas funções sociais na atualidade.

Neste momento, você deve estar pensando como identificar se um fenômeno social pode ser classificado como fato social ou não. Durkheim aponta algumas regras para observar os fatos sociais.

As regras relativas à observação dos fatos sociais são:

1. Agrupá-los por meio de suas características.
2. Entendê-los como coisas e separá-los dos valores individuais.

"A primeira regra e a mais fundamental consiste em considerar os fatos sociais como coisas." (DURKHEIM, 1978, p. 13).

Isto é, para Durkheim, os fatos sociais devem ser entendidos como coisas externas à vontade e à consciência individual e deveriam ser estudados da mesma forma que as coisas materiais. Para compreender os fatos sociais é preciso abandonar as idéias pré-concebidas sobre eles e buscar o entendimento por meio da observação e da experimentação.

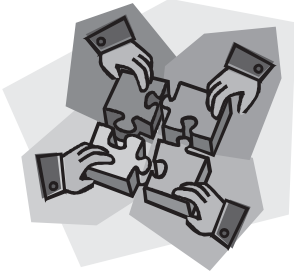
É necessário que o sociólogo coloque-se num estado de espírito semelhante ao dos pesquisadores das ciências naturais - como a física ou a química, por exemplo. Nestas ciências, quando seus pesquisadores iniciam uma pesquisa sobre um novo assunto, eles se mantêm atentos a possíveis descobertas que poderão surpreendê-los e até desconcertá-los.

Seguindo o modelo das ciências naturais, Durkheim afirmava que era necessário livrar-se de preconceitos e de paixões sobre os fenômenos sociais, porque, só assim, o sociólogo seria capaz de fazer a verdadeira observação e buscar a exterioridade e a objetividade dos fatos sociais como atributos da sua própria natureza.

Tudo claro até aqui, certo? Continuaremos, portanto, o aprofundamento do estudo.

A objetividade e a exterioridade dos fatos sociais

De acordo com Durkheim, os fatos sociais têm objetividade porque eles têm existência independente dos indivíduos. A sociedade, nesse sentido, é mais do que a soma dos indivíduos, sendo uma espécie de síntese que não se encontra em nenhum dos elementos que compõem os diferentes aspectos da vida.



Uma vez constituído um fenômeno, ele tem uma forma que cada elemento individual não possui.

A sociedade é mais do que a soma das partes. Por isto, os fenômenos, uma vez combinados e fundidos, fazem nascer algo completamente novo, que não está mais nas motivações individuais e nem é o resultado das partes colocadas mecanicamente uma ao lado da outra. A interação entre os indivíduos possui uma força peculiar capaz de gerar novas realidades.

Durkheim mostra que a mentalidade do grupo não é a mesma coisa que a mentalidade individual; que o estado de consciência coletiva não é a mesma coisa que o estado de consciência individual e que um pensamento encontrado em todas as consciências particulares ou um movimento que se repete por todos, não é, em si, um fato social.

Para ter um **caráter social**, é necessário que sua origem esteja na coletividade e não nos membros da sociedade. A exterioridade do fato social é dada pela possibilidade de entendê-lo como objeto de observação, independentemente das ações dos indivíduos.

Os fatos sociais constituem-se a partir de causas externas que se processam nas interações grupais, na pluralidade de consciência e como obra coletiva, com ascendência sobre os indivíduos, e que, por isto, são externos a eles.



Como reconhecer se um fato é social ou não?

Podemos reconhecê-lo pela coerção que ele exerce sobre os indivíduos. Para Durkheim, o organismo social precisa manter o estado saudável e identificar os fenômenos doentes a fim de orientar sua cura. O caráter coercitivo nem sempre é percebido pelos indivíduos.

A presença deste poder é reconhecível pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo, ou pela difusão geral que se apresenta no interior do grupo.

Em cada indivíduo só existe um fragmento da sociedade. Se olharmos os indivíduos isoladamente, nunca compreenderemos a sociedade. É o todo que tem precedência sobre as partes.

Na concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa, deseja, sente, embora o faça sempre por meio dos indivíduos. Mas, estes são resultados diretos do que é a sociedade. Nessa perspectiva, podemos afirmar que:



- fenômenos gerais são fenômenos sociais porque existem como fenômenos coletivos;
- fenômenos comuns nem sempre são caracterizados como coletivos, somente como gerais. O fenômeno está bem longe de existir no todo, pelo fato de existir nas partes. Porém, ele existe nas partes porque existe no todo.

Leia, na sequência, uma frase que serve como um exemplo utilizado por Durkheim para diferenciar os fenômenos coletivos dos gerais.

Do mesmo modo que a “dureza do bronze não figura nem no cobre, nem no estanho, nem no chumbo que serviram para formá-lo e que são corpos maleáveis ou flexíveis; figura na mistura por eles formada.” (DURKHEIM, 1978, p. 25).

Nesta seção você conheceu aspectos fundamentais do pensamento de Durkheim. Na seção 2, continuaremos aprofundando este assunto por meio do estudo da coerção, suicídio e solidariedade.

Seção 2 - Coerção, suicídio e solidariedade

2.1 Coerção social

Dando prosseguimento ao estudo do pensamento de Durkheim, você iniciará esta seção conhecendo coerção social. Você já sabe algo sobre este conceito?

Como podemos verificar, para Durkheim a sociedade se impõe aos indivíduos, ou seja, os indivíduos não agem como gostariam de agir, mas como a sociedade gostaria que eles agissem.



Ele chamou esse processo de coerção social, isto é, a sociedade dita regras e os indivíduos as seguem, e na maior parte das vezes sem nem perceber que estão seguindo regras que foram impostas.

Pense por exemplo, que ao acordar você “naturalmente” vai escovar os dentes. Esse ato de escovar os dentes não é “natural”, e sim imposto como uma regra que deve ser seguida por todos, mas como não pensamos se devemos ou não escovar os dentes ao levantarmos nós já interiorizamos essa regra, ela não parece mais uma coerção social, e é exatamente no momento que não sentimos mais a regra como impositiva que a regra obteve o sucesso.

Fácil de entender, não é mesmo?



Pare e faça um exercício de reflexão!

Imagine mais 5 exemplos de atos realizados cotidianamente que se relacionam com a coerção social.

Aproveite este espaço para registrá-los.

2.2 Suicídio como um fenômeno social

Na sequência você estudará um fenômeno que lhe ajudará a compreender o entendimento de Durkheim a respeito da imposição da sociedade sobre o indivíduo. Trata-se do suicídio.

Geralmente, atribuímos o ato do suicídio como um problema estritamente de ordem individual, mas de forma bastante original. Durkheim apontou que o suicídio se deve a fatores sociais.

Antes dele várias pesquisas já haviam sido desenvolvidas com a temática do suicídio, usando inclusive fatores sociais, mas procuravam a explicação do suicídio no clima, raça, ou desordem mental.

Mas foi Durkheim, em seu livro *O Suicídio*, publicado em 1897, o primeiro a afirmar que o suicídio era um fato social e deveria ser explicado por outros fatores sociais. Assim, para o autor o suicídio deve ser analisado de acordo com o momento social em que se dá, para que possamos compreendê-lo como manifestação de uma desordem social. Ele é resultado de vários fatores, mas o principal fator, o que mais contribui para sua existência, é o estado de **anomia** encontrado na sociedade.



O conceito de anomia empregado por Durkheim designa um estado social sem regras e sem normas.

Para o autor, tal estado é verificado, principalmente, em tempos de grandes transformações sociais, como por exemplo: o momento de um crescimento acelerado da divisão do trabalho, provocado pela falta de interligação estável entre os indivíduos.

Para Durkheim essas mudanças rápidas dificultariam o desenvolvimento e o funcionamento de regras gerais e geraria espaço para manifestações individualistas que, nesse caso, desestruturariam toda ordem social.

O problema da anomia ocupa um espaço central no estudo de Durkheim sobre o suicídio. Para o autor o suicídio é um aspecto patológico, ou doente, das sociedades modernas e revela de modo marcante a relação entre indivíduo e coletividade.

Como você já leu, Durkheim quer mostrar até que ponto os indivíduos são determinados pela realidade coletiva. Segundo ele, quando o indivíduo se sente só e desesperado, a ponto de se matar, é ainda a sociedade que está presente em sua consciência e o leva, mais do que sua história individual, a esse ato solitário. (ARON, 1999, p. 298).

Durkheim diferenciou três tipos de suicídio: o altruístico, o egoísta e o anômico.



Você Sabia?

Que Durkheim comparou, usando estatísticas oficiais, as taxas de suicídio em diferentes estruturas familiares, em diferentes nacionalidades e ainda em religiões distintas. Assim, ele percebeu uma maior frequência de suicídio entre solteiros e casais sem filhos.

O autor verificou também, um número mais elevado de suicídios entre os protestantes quando comparado aos católicos. A maior tendência suicida, dos protestantes, tem sua causa, segundo o autor, na integração menos desenvolvida da sua igreja. Por outro lado, as minorias judaicas mostram pouca inclinação ao suicídio, por causa da hostilidade secular às maiorias sociais, resultando na mais intensa dedicação dos judeus às relações internas do seu grupo.

Vale destacar que para Durkheim, a religião não protege contra o suicídio por causa dos seus dogmas, mas porque ela fundamenta uma ordem social. Tanto uma comunidade religiosa como um grupo familiar, com pais e filhos mostram uma proteção eficaz contra o suicídio.

Durkheim percebeu que a taxa de suicídio varia com a idade e de modo geral, aumenta com ela. Varia também de acordo com o sexo: é mais elevada entre homens do que entre mulheres. Segundo ele, a falta de integração familiar e religiosa faz com que as pessoas se tornem individualistas e passem a se ocupar mais com seus interesses pessoais do que com os da família ou grupo.

Vamos conhecer os três tipos de suicídio:

Observe que nessa explicação sobre o suicídio Durkheim enfatiza o peso da sociedade sobre o indivíduo. O chamado **suicídio egoísta** (1) é, para Durkheim, a consequência do individualismo isto é: o outro lado da fraca integração social. Quanto mais frouxos os laços sociais, mais a probabilidade de se cometer suicídio.

Como verdadeiro conservador, ele contrariava as idéias do liberalismo e do individualismo, que interpretavam a falta de integração grupal como liberdade individual, Durkheim a identificou como egoísmo.

O **suicídio altruístico** (2) é o suicídio decorrente de uma integração social extremamente forte, colocando o indivíduo em certas situações sob pressão, conduzindo-o ao suicídio. Esse tipo de suicídio já se deu entre os membros do serviço militar na França, na Alemanha, no Japão; entre viúvas na Índia, que aceitavam serem colocadas na fogueira junto com o corpo do marido morto. E atualmente, acontece entre os homens-bomba muçulmanos.

Perceba que nesse tipo de suicídio o indivíduo não o comete pela falta de laços sociais, mas o contrário, os valores sociais são tão fortemente introjetados nos indivíduos, que eles abrem mão do direito de viver, por uma causa social. Vamos ler as palavras do autor:

[...]os guerreiros dinamarqueses consideravam uma vergonha o fato de morrer na cama, de velhice ou de doença, e suicidavam-se para escapar a essa infâmia. Os godos chegavam mesmo a acreditar que aqueles que morriam de morte natural estavam destinados a viver eternamente em cavernas cheias de animais venenosos. Nos limites das terras dos visigodos havia um grande rochedo, chamado O Rochedo dos Ancestrais, do alto do qual os velhos se lançavam quando estavam cansados da vida.(DURKHEIM, 2003, p. 230).

O **suicídio anômico** (3) não é nem resultado da falta de integração social, tampouco consequência do poder exagerado do coletivo sobre o indivíduo. Ele aparece em tempos de mudança social rápida e, de acordo com Durkheim, essas mudanças sempre andam junto com a desestruturação da sociedade.

O autor apontou que a decadência econômica bem como o seu oposto, a prosperidade súbita, levam às mesmas consequências: aumento da taxa de suicídio. Esse fenômeno anômico enfraquece

os laços que ligam o indivíduo à sociedade e, em casos extremos, leva ao suicídio. Segundo Durkheim:

Em 1873 eclode em Viena uma crise financeira que atinge o ponto culminante em 1874, o número dos suicídios imediatamente se eleva. Passa de 141 em 1872 para 153 em 1873 e 216 em 1874, o que representa um aumento de 51% em relação a 1872 e de 41% em relação a 1873. Isso bem demonstra que essa catástrofe é a causa única desse aumento e que este é sensível, sobretudo no momento mais agudo da crise, isto é, durante os quatro primeiros meses de 1874... não está esquecido o famoso crack da bolsa de Paris durante o inverno de 1882. As conseqüências se fizeram sentir não apenas em Paris, como em toda a França. Entre 1874 e 1886, o crescimento médio anual da taxa de suicídios era de apenas 2%; em 1882, de 7% além disso, não se dividiu igualmente pelo diferentes momentos do ano, mas concentrou-se, sobretudo nos três primeiros meses, isto é, no momento preciso em que o crack se produziu. Devem-se a esse único trimestre o 59% do aumento total (DURKHEIM, 2003, p. 257).

Mas o suicídio anônimo não é só aquele que aumenta durante as crises econômicas; é também aquele cuja frequência cresce paralelamente ao número de divórcios. Em suas pesquisas, Durkheim percebeu que o homem divorciado está mais “ameaçado” pelo suicídio do que a mulher.

Para compreender o fenômeno é preciso analisar o que o homem e a mulher recebem de equilíbrio, de satisfação e de disciplina no casamento. O homem encontra equilíbrio e disciplina no casamento porém, graças à tolerância dos costumes, conserva uma certa liberdade porque para ele são permitidas atitudes sociais e práticas sexuais fora do casamento. A mulher vai achar no casamento mais disciplina do que liberdade. Por outro lado, o homem divorciado busca novos relacionamentos estáveis para superar à disparidade entre desejo e satisfação, enquanto a mulher divorciada se beneficia de uma liberdade adicional que compensa, em parte, a perda de proteção familiar.

Desde a publicação do livro *O suicídio*, muitas críticas têm sido feitas a esse trabalho, sobretudo ao uso feito das estatísticas oficiais, mas também sobre a insistência em não considerar influências não-sociais no suicídio. De qualquer forma o estudo feito por Durkheim permanece um clássico e sua contribuição em mostrar as causas sociais de atitudes individuais continua atual.

Você pode acompanhar este fenômeno no gráfico que apresenta taxas atualizadas de suicídios no Brasil (distribuídos por idade e sexo).

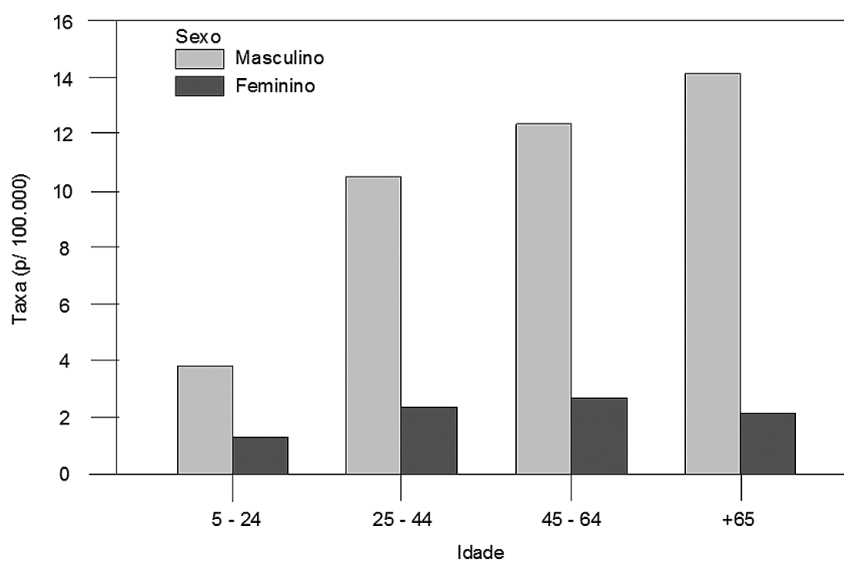


Figura 6: Taxa de Suicídios no Brasil por sexo e idade, 2001 (por 100.000 habitantes).

Fonte: Datasus 2004 (apud Bryn, 2006, p.7).

A teoria de Durkheim não é apenas uma curiosidade histórica. Ela também ajuda a esclarecer o suicídio aqui e agora. Já mencionamos que aproximadamente cinco em cada 100 mil brasileiros cometem suicídio a cada ano.

Como a figura anterior ilustra a taxa de suicídio varia de acordo com a idade, da mesma forma que variava na França do século XIX. Esta figura também mostra que as taxas diferem entre homens e mulheres: como na França do fim do século XIX, os homens estão, com frequência, menos envolvidos na educação das crianças e em outras tarefas ligas à família e esse dado também é consistente com a teoria de Durkheim.

No entanto, diferentemente da época de Durkheim, o suicídio entre jovens tem se tornado mais comum nos últimos anos. Para o conjunto de estados brasileiros, houve uma elevação das taxas de suicídio entre pessoas de 15 a 24 anos, passando de 3,5, em 1979, para 5 por 100 mil habitantes, em 1998. (Souza, MINAYO e MALAQUIAS, 2002).

“De fato, essa parece ser uma tendência mundial. Por que você acha que isso tem ocorrido? Será que algumas áreas da vida social, como a vida familiar, o mundo do trabalho, a religião, etc., podem ter mudado no sentido de enfraquecer os laços das pessoas mais jovens com a sociedade? Você pode explicar sociologicamente o aumento das taxas de suicídio entre os jovens?” (BRYN, 2006, p.7)



Você já parou para pensar nisso?

Aproveite para pesquisar sobre as razões que levam às pessoas a cometerem suicídio, em sites específicos. Elabore uma resposta própria aos questionamentos feitos anteriormente.

Registre suas considerações nas linhas que seguem.

2.3 Solidariedade Orgânica e Solidariedade Mecânica

Durkheim, como outros sociólogos, procurou compreender o que faz com que os seres humanos sejam organizados em sociedade e lutem contra a desintegração social. Assim, ele abordou a questão sobre a **solidariedade social** e mostrou que ela é a responsável pela coesão entre os seres humanos e por mantê-los unidos.



Durkheim apontou a existência de dois tipos de laços que unem os indivíduos à sociedade, a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

Durkheim explica que a **solidariedade mecânica** é aquela que se desenvolveu em sociedades com pouca divisão do trabalho, ou seja, a maioria dos membros desse tipo de sociedade sabe desenvolver praticamente todas as atividades essenciais para sua manutenção.

Vamos pensar numa tribo indígena em que todas as pessoas desenvolvem praticamente as mesmas tarefas, como caçar, pescar, fazer cestas de vime. Para Durkheim, nesse tipo de sociedade, há uma forte **consciência coletiva**, ou seja, é o “conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria”. Ele não permite aos membros dessas sociedades desenvolverem-se como indivíduos autônomos, uma vez que não se encontram, nessas sociedades, nítidas diferenças entre seus membros.

Nas palavras de Durkheim, o indivíduo não se pertence, ele é “literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe”. Nas sociedades em que a solidariedade mecânica predomina, o sistema educacional é difuso e perpassa a todos. Também não há um local específico para serem passados os conhecimentos da sociedade.

Outro ponto analisado pelo autor é que, com a solidariedade mecânica, tem-se a organização do direito repressivo. A ênfase desta sociedade é a punição pelo próprio grupo. Quem comete o crime viola os sentimentos que são fortemente enraizados entre eles. Constitui-se uma violação da consciência coletiva. A punição do infrator torna-se uma lição de moral para os demais membros do grupo. Geralmente é pública, tem efeito demonstrativo e sua função é reafirmar a solidariedade.



À medida que as sociedades se tornam mais complexas, a divisão do trabalho amplia-se e as conseqüentes diferenças entre os indivíduos conduzem a uma crescente independência da consciência coletiva.

O encontro das diferentes partes cria um novo laço social, a **solidariedade orgânica** – baseada nos interesses complementares e nas independências individuais, dando, assim, maior autonomia à consciência individual. Teremos, segundo Durkheim, uma moral objetiva vivida por cada indivíduo de modo próprio, pois os indivíduos são diferentes entre si.

Para que a moral dos indivíduos seja reconhecida socialmente, precisa estar vinculada a um grupo, porque somente o social ultrapassa o individual, mesmo havendo margem para a consciência individual. A disciplina, nesta situação, é condição para o indivíduo ser livre.

As sanções repressivas dessas sociedades dão origem a um sistema legislativo que acentua valores de igualdade, liberdade, solidariedade e justiça. O direito passa a ser cooperativo, com sanções restituíveis e é calcado no contrato firmado entre partes autônomas.

A transgressão da norma visa à reposição dos danos causados ao parceiro do contrato, dentro de uma perspectiva de reciprocidade e igualdade de direitos. Com a punição, o sujeito é lembrado de suas obrigações e responsabilidades para com o outro sujeito. Durkheim acreditava que a solidariedade seria a única forma capaz de construir uma nova ordem social.



Como garantir a solidariedade tão necessária, se os membros das sociedades avançadas têm uma consciência coletiva fraca?

Segundo Durkheim, seria com a **divisão social do trabalho** que poderíamos construir uma nova base social na sociedade. Você deve estar se perguntando: o que isto significa?

Vamos utilizar um exemplo prático para você entender. Pense em quantos profissionais estão envolvidos para você poder realizar esta disciplina. Vamos listar alguns: os professores de Sociologia, o monitor, o técnico de informática que mantém nossos computadores funcionando, os operários da gráfica em que o livro foi feito, os engenheiros que projetaram o equipamento para a gráfica e muitos outros, não é mesmo?



Pois bem, Durkheim afirmava que, nas sociedades modernas, nenhum indivíduo teria mais possibilidade de sobreviver sozinho porque precisaria de muitos outros profissionais, e isto levaria a uma interdependência entre todos os seus membros.

O autor acreditava que, quanto maior a especialização de tarefas, mais possibilidades de coesão social, uma vez que maior seria a necessidade de outras pessoas. E para que todos os profissionais fossem respeitados, seria necessária a sua organização em torno de corporações. Assim, a exploração exacerbada que, segundo Durkheim, significaria **anomia**, seria superada pelas corporações de trabalhadores.

A divisão do trabalho promove a solidariedade baseada na interdependência entre funções compartilhadas. Não se trata, porém, de construção da sociedade a partir dos interesses individuais, mas dos interesses coletivos.



Para Durkheim, as regras são dadas socialmente, como condição de sociabilidade que precede o sistema de contratos, ou seja, um sistema social, com suas normas e valores, permite definir e atribuir papéis sociais aos membros de uma dada sociedade.

A Sociologia teria um papel fundamental ao fazer com que a sociedade, tal como um corpo integrado, tomasse a divisão social do trabalho na sua função primordial de promover a solidariedade e não os interesses econômicos.

Você já deve ter observado como essas idéias se parecem com as de Comte (estudado na unidade anterior). A ordem, assim como para Comte, é uma exigência fundamental para Durkheim.

Ele, como Comte, queria a integração da sociedade e vale ressaltar que o autor viveu numa época bastante otimista em relação à ciência. Por isso, pensava poder, por meio de ações corretivas, colocar a sociedade inteira no caminho do desenvolvimento e da moral cooperativa e solidária.

Como a sociedade era comparada a um corpo, não fazia sentido transformá-la. A única solução seria sua preservação, tal como o médico que deve curar o corpo doente. A tradição funcionalista de Durkheim dá ênfase à idéia de integração social e de equilíbrio.

Todas as formas de contestação ou de conflitos são vistas como anomalias e precisam ser eliminadas. Todos os movimentos contestatórios da forma vigente de organização capitalista, nesta lógica, contribuíam mais para gerar o caos do que para gerar solidariedade social.

Tratava-se do que podemos chamar de um “projeto político conservador”. Nele seria necessário superar todas as formas de conflitos entre as classes, porque eles seriam a manifestação do egoísmo, ao mesmo tempo em que o movimento socialista deveria ser entendido como um sinal de que algo na sociedade não estava funcionando e precisava ser normalizado.

Os mesmos valores morais e regras sociais deveriam reger a conduta dos indivíduos e restabelecer a ordem social.



Do ponto de vista moral, Durkheim acreditava que o único valor que poderia conter o excesso de egoísmo presente no mundo moderno era o valor do indivíduo.

Quando os homens tomassem consciência do valor do ser humano, os laços de solidariedade, fraternidade e respeito poderiam se estreitar. O culto do indivíduo poderia oferecer um fundamento moral para eliminar o conflito e o egoísmo. Do ponto de vista institucional, as corporações de trabalhadores poderiam resgatar os valores da solidariedade capazes de construir uma nova sociedade.

Se as corporações agissem no mundo do trabalho, elas poderiam difundir a nova moral do “culto ao indivíduo” e eliminariam os conflitos de classe, sinais de que a sociedade estava anômica. Com isso, a divisão do trabalho estaria consolidada e as disfunções e patologias da sociedade dariam lugar a uma sociedade integrada e harmônica. **Deste modo, ela alcançaria a ordem e o progresso.**

Neste momento, concluímos esta seção, mas o estudo esclarecedor sobre aspectos fundamentais da sociedade continua pelas próximas páginas. Continue atento!

Seção 3 - Socialização e processos sociais: contatos sociais, isolamento e interação social

Como já estudamos, a cultura faz parte dos aspectos da sociedade que são aprendidos.

Socialização é o processo pelo qual as crianças e demais membros da sociedade aprendem como se comportar em sociedade. É principalmente por meio da socialização que se transmite a cultura, porque a socialização tem a capacidade de conectar diferentes gerações.

Vamos pensar no nascimento de uma criança. Este acontecimento altera a vida de muitas pessoas. Os cuidados com o filho ligam os adultos às crianças pelo resto de suas vidas; os mais velhos tornam-se avós e vivenciam um novo papel.



Podemos afirmar que a socialização é um processo contínuo, que dura toda a vida, e o comportamento humano é constantemente modelado por interações sociais. São as interações sociais que permitem também ao ser humano rever as suas atitudes e ajustá-las.

Usualmente, fala-se em duas grandes fases de socialização. A **socialização primária**, que ocorre na primeira infância, é o período em que a criança aprende a fala e os padrões mais básicos de comportamento. A família é o principal agente socializador nesta fase.

A **socialização secundária** acontece mais tarde na infância e no decorrer de toda a vida. Ao longo desta fase, a escola, os grupos sociais, a mídia, e o espaço do trabalho tornam-se espaços de socialização do indivíduo. Sendo o processo de socialização contínuo, muitas vezes ele passa despercebido.



Como vimos, Durkheim afirmava que a sociedade impõe suas regras aos indivíduos, os quais, por vezes, não se dão conta que estão sofrendo coerção social.

Muitas vezes, estamos aprendendo novos padrões de comportamento e nem nos damos conta. Se pensarmos em como algumas regras de convivência e etiqueta nos foram ensinadas, até achamos graça: ao lembrar, por exemplo, como foi o processo de aprendizado do uso de garfo e faca, não falar com a boca cheia, entre tantas outras regras sociais.



Saiba mais

Confira no Saiba Mais desta unidade um quadro com a reprodução de pequenos trechos do livro *O Processo Civilizador*, de Norbert Elias.

Nesse trabalho, Elias mostra como vários costumes que temos hoje foram sendo criados e ensinados. Ele pesquisa em um rico material de livros de etiqueta de séculos e países diferentes.

O autor consegue mostrar como vários hábitos hoje adquiridos foram criados e ensinados. Já outros hábitos, que antes eram considerados aceitáveis, hoje estão em desuso.

Vamos ver como nós aprendemos a ser homens e mulheres. Concordamos que, num primeiro momento, possa até causar estranheza, mas nós aprendemos também como é o comportamento de uma mulher e o de um homem, isto é, nossos papéis de gênero.

Socialização e gênero

Na unidade 5, desta disciplina, você conhecerá com mais detalhes que gênero social é diferente de sexo biológico. Neste momento, apenas considere que as diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, mas culturalmente produzidas. De acordo com esta abordagem, as ambigüidades de gênero surgem porque homens e mulheres são socializados em papéis diferentes.

O que isso quer dizer?



Vamos fazer o seguinte experimento: vamos acessar o site de uma grande loja de departamentos. Vamos até a loja de brinquedos. Na maioria dos sites, você pode separar brinquedos para meninas e meninos, não é mesmo?

- O que encontramos na seção de brinquedos para meninos?

Bonecos que lutam, blocos de montar, carrinhos, bicicletas, jogos diversos, acessórios para prática de esportes, etc.

- O que encontramos na seção de brinquedos para meninas?

Bonecas, carrinhos para bebês, produtos de maquiagem, ferros de passar roupa, cozinhas e seus acessórios, etc.

O que esse “passeio” nos ensina? Quem está sendo preparado para assumir o papel de cuidar de crianças? Quem brinca de trocar fralda, dar mamadeira, fazer ‘comidinha’? São as meninas, não é mesmo? Por outro lado, quem brinca com carrinhos, de construir cidades, luta entre super-heróis e super-vilões? Quem é incentivado a praticar esportes coletivos? São os meninos.

Desde a mais tenra idade, aprendemos a comportar-nos de acordo com papéis transmitidos socialmente, e um deles é o de menino (que aprende a ser homem) e o de menina (que aprende a ser mãe).

Esses papéis de gênero são reforçados continuamente na sociedade, na escola, na igreja. Outro espaço marcante na socialização do gênero é a mídia. Vamos ler uma interessante citação de Bryn (2006, p. 120) sobre gênero e romances populares.

“A construção social dos papéis de gênero pela mídia começa quando as meninas aprendem que somente um beijo do príncipe as salvará do sono eterno. Continua nos romances, nas telenovelas, nos anúncios, nas músicas e na internet. Trata-se de um grande negócio.

Por exemplo, a *Harlequin Enterprises*, de Toronto, domina a produção e a venda dos chamados ‘romances cor-de-rosa’. A companhia vende mais de 160 milhões de livros por ano, em 23 línguas, abrangendo mais de 100 mercados nacionais.

No Brasil, a principal compradora de seus romances é a editora Nova Cultural, que publica os títulos Júlia, Sabrina e Bianca. O tema central desses romances é a transformação do corpo das mulheres em objeto para o prazer dos homens.

No típico de Harlequin, a expectativa é que os homens sejam sexualmente agressivos. Eles são mais experientes e promíscuos que as mulheres. Das mulheres, espera-se que desejem amor antes de desejarem intimidade. Supõe-se que elas sejam sexualmente passivas, dando apenas dicas sutis para indicar seu interesse pelas investidas masculinas. Faltando-lhes supostamente, o impulso sexual que preocupa os homens, as mulheres são, muitas vezes, tidas como responsáveis por padrões morais e pela contracepção.”

É certo que não recebemos passivamente essas mensagens de gênero, já que os indivíduos não são meros receptores da sociedade, como afirmava Durkheim. Vale ressaltar que podemos entender as pessoas como agentes que criam, recriam e modificam seus papéis. Mas não podemos desconsiderar o forte papel socializador em relação ao gênero.

Todos esses exemplos são claros no sentido de nos mostrar que aprendemos socialmente a sermos homens e mulheres, na relação com outros ou no contato social.

O que será que acontece com pessoas que vivem isoladas de outros seres humanos? É o que estudaremos na sequência.

Isolamento social

Você já deve ter ouvido histórias sobre crianças que crescem em ambientes desumanos, não é mesmo?

Vamos rever mais algumas dessas histórias e ver o que elas nos ensinam sobre socialização, recorrendo a outra citação de Bryn (2006, p.106).

Em 1800, um menino aparentando 10 ou 11 anos surgiu do meio de um bosque no Sul da França. Ele estava sujo, nu, era incapaz de falar e não aprendera a usar o sanitário.

Levado pela polícia para um orfanato local, o menino tentou fugir várias vezes e se recusava a usar roupas. Nenhum pai ou mãe jamais o procurou. Tornou-se conhecido como 'o menino selvagem de Aveyron'.

Um exame médico completo não encontrou quaisquer anormalidades físicas ou mentais importantes. Por que, então, o menino parecia mais animal que humano?

Porque, até sair do bosque, ele crescera isolado de outros seres humanos.

Esta temática é apresentada no filme
O Enigma de Kasper Hauser. Vale a
pena conferir.

Outros relatos, inclusive mostrados em **filmes**, levam a mesma conclusão. Crianças que crescem sem contato ou têm contato mínimo com outros de sua espécie não se desenvolvem de maneira normal. A fala, o uso de utensílios considerados simples - como o garfo e a faca -, a capacidade de transmitir sentimentos - como amor, tristeza, felicidade - e até mesmo o andar ereto ficam prejudicados se não há o processo de socialização.

Como já vimos, a socialização é o processo que possibilita a formação do ser humano, assim como é um aprendizado contínuo que se dá por contato.

Após compreender a socialização, você passará agora para a última seção desta unidade e ampliará seus conhecimentos sobre status, papel social e controle social.

Seção 4 - Status, papel social e controle social

Na linguagem cotidiana, definimos status como prestígio. Para a Sociologia, status é definido numa determinada estrutura, ou seja, refere-se a posições reconhecidas e ocupadas por pessoas em uma interação social.

O status social pode valorizar ou desvalorizar os membros de determinado grupo social, colocando-os em uma espécie de escala. As posições superiores são altamente valorizadas na sociedade, por isto, seus integrantes desfrutam de prestígio e poder.

Status é um elemento de comparação entre diferentes membros de uma comunidade ou instituição. Sendo assim, status é um fenômeno relativo, só tem significado num contexto do grupo e em relação a outros. Podemos definir como status geral o conjunto total de status ocupado por uma pessoa.

O status legal é uma posição caracterizada por direitos e obrigações (deveres definidos por normas), reconhecidos pública e juridicamente. O status social abrange características da posição que não é determinada por meios legais. O status pode ser **atribuído** ou **adquirido**.

Se o status independe dos esforços, capacidades e das realizações individuais é chamado de atribuído, como por exemplo, o status de filho. O status adquirido é decorrente da habilidade, conhecimento ou capacidade individual, por exemplo, o professor é um exemplo de status adquirido.

Note que cada pessoa ocupa muitos status. Uma pessoa pode ser, mãe, professora, estudante e esposa ao mesmo tempo. O status principal é o mais influente na vida da pessoa por determinado tempo. À medida que as pessoas ocupam status, elas desempenham papéis.

Um conjunto de papéis refere-se a todos os papéis relacionados a um único status. Por exemplo, uma mulher que ocupe o status de comissária de bordo pode desempenhar os papéis de especialista em segurança de voo e de copeira. (BRYN, 2006, p. 143)



Saiba mais

Leia o quadro que traz o texto: *A mudança nos papéis das aeromoças*. (BRYN, 2006, P. 145-146)

Trata-se de um exemplo de mudança de status e também de conflitos no desempenho de diferentes papéis relacionados a um único status.

Em 1930, a companhia americana Boeing Air Transport contratou Ellen Church, a primeira aeromoça do mundo. Treinada como enfermeira, ela vestia seu uniforme branco em todos os vôos, o que nos diz acerca de seu papel. Na época, voar era muito mais perigoso do que hoje em dia. Embora Ellen servisse café e sanduíches, seu papel principal era acalmar passageiros apreensivos ao assegurar que estavam em boas mãos no caso de emergência que exigisse cuidados médicos (...) Com a introdução das cabines pressurizadas e outros itens de segurança, os uniformes brancos de enfermeira foram substituídos por terninhos. No entanto, a verdadeira revolução no papel das aeromoças foi sinalizada pela primeira de uma série de mudanças radicais nos uniformes, em 1965.

SEGUE ►

Um executivo de marketing convenceu a agora extinta Braniff Airways a contratar um estilista de moda famoso para redesenhar os uniformes das aeromoças. Os padrões têxteis de efeitos óticos em cores papel e as saias 15 cm acima dos joelhos causaram sensação. Todos queriam viajar pela Braniff. O valor das ações da empresa aumentou de 24 para 120 dólares. Logo, todas as companhias aéreas seguiram o exemplo em todo mundo.

Foi assim, por exemplo, que a Varig introduziu a minissaia e as cores berrantes nos uniformes das aeromoças no início dos anos de 1970. As campanhas publicitárias, por sua vez, refletiam as novas expectativas associadas ao papel das aeromoças: da malícia disfarçada das propagandas no final dos anos de 1950, as companhias aéreas passaram a retratar suas aeromoças como objetos sexuais de modo explícito. A Continental Airlines, que pintava a cauda dos aviões com manchas douradas e cujas aeromoças vestiam uniformes dourados, criou o bordão 'O pássaro orgulhoso de rabo dourado' e, mais tarde enfatizava: 'nós realmente balançamos o rabo por você.

(...) As companhias especificaram e reforçaram muitas normas relativas ao papel das aeromoças e as expectativas dos passageiros ajudaram a reforçar essas normas. Por exemplo, até 1968, as aeromoças tinham de ser solteiras. Até 1970, não podiam engravidar. Tinha de ser atraentes, ter um sorriso bonito e deveriam alcançar um padrão mínimo de testes psicológicos e de QI. Em 1954, a American Airlines impôs uma idade de aposentadoria compulsória de 32 anos, o que tornou o padrão das companhias aéreas.

As aeromoças tinham de ter uma certa aparência: magras, saudáveis e não muito 'cheias'. Atribuía-se a elas um peso ideal, baseado em sua altura, e pesagens regulares asseguravam que elas não se desviassem desse ideal. Nos Estados Unidos, todas as aeromoças tinham de usar cintas modeladoras e os supervisores das companhias aéreas desempenhavam checagens de rotina, dando pequenos piparotes em suas nádegas. (...) Nas últimas duas décadas o status das aeromoças (a posição que elas ocupam em relação a outras pessoas) mudou. Na era dos vôos com desconto, das barras de cereais e dos saquinhos de amendoins, restou muito pouco do glamour inicial.

No entanto, os sindicatos e as associações de comissários de bordo e aeroviários do mundo inteiro conseguiram implementar mudanças importantes no que se refere a casamento, gravidez, aposentadoria e contratação de comissários do sexo masculino. (...) Embora ainda se enfatize a aparência física e a juventude, os homens são hoje contratados em proporções semelhantes às mulheres.

Ocorrem conflitos de papéis quando dois ou mais status, ocupados ao mesmo tempo, criam papéis com demandas contraditórias. Retornando ao exemplo das aeromoças, podemos perceber que, hoje, elas enfrentam vários conflitos ao assumir o papel de mãe e esposa, uma vez que desempenham uma profissão que as obriga passar longos períodos fora de casa. No período de 1950 a 1960, este conflito de papéis não acontecia, pois casamento e filhos não eram permitidos às aeromoças.

Por outro lado, havia o conflito-papel, isto é, papéis incompatíveis eram demandados de pessoas que ocupavam status. No caso das aeromoças, os passageiros podiam esperar que elas se comportassem de maneira sugestiva, ao passo que elas podiam definir seus papéis como tendo de tratar os passageiros somente com cordialidade.



Papéis e status sociais podem ser entendidos como tijolos que estruturam a nossa comunicação.

Sempre que as pessoas se comunicam, esses “tijolos” ajudam a estruturar a interação. Talvez essa afirmação lhe cause alguma estranheza, pois muitas vezes pensamos que todas as nossas emoções e formas de relacionamento são resultados apenas de nossos estados emocionais. Podemos afirmar que as normas, status e papéis estruturam nossas interações. É para que essa estrutura social seja mantida, é utilizado o controle social.

Chamamos de **controle social** os mecanismos materiais e simbólicos, disponíveis em todas as sociedades. O controle social visa eliminar ou diminuir os comportamentos que se desviam do padrão estabelecido socialmente. Estes desvios podem ser individuais ou coletivos.

Os mecanismos responsáveis pela introjeção de normas e valores sociais e pela socialização dos membros de uma sociedade fazem parte das formas de controle.

Durkheim, por exemplo, enfatizou a importância da educação como forma de controle social. Ele afirmava que, se os pais não educassem adequadamente seus filhos, a sociedade “se vingaria deles”, mostrou também a importância da escola no processo de introjeção de norma.



Quais são as formas de controle social que você conhece? Elas são explícitas?

Lembre-se que nem sempre percebemos o controle social de forma impositiva. Muitas vezes ele vem na forma de valorização de comportamento individual (a foto na parede mostrando a todos quem foi o funcionário do mês é um exemplo) e regras de ascensão social são algumas das formas mais eficientes de controle social.

Quando ocorre o desvio de uma conduta socialmente aceita são utilizadas formas de punição, a perda da liberdade, o confinamento, a segregação e a discriminação são alguns dos mecanismos de controle social.

Você chegou ao final desta unidade e, ao estudá-la, compreendeu os principais conceitos de Durkheim. Entendeu que, para o autor, o suicídio é um fenômeno social. Compreendeu o processo de socialização, interação e isolamento social. E, ainda, conheceu o significado de status e papel social e controle social.

[illegible]



Atividades de auto-avaliação

Para praticar os conhecimentos apropriados nesta unidade, realize as seguintes atividades propostas.

1. Vamos estudar sobre o conceito de fatos sociais desenvolvido por Durkheim.

Primeiramente, selecione um fenômeno social e verifique se ele se enquadra em um fato social. Para isso, é necessário que esse fenômeno tenha as três características apontadas por Durkheim, a saber, exterioridade, coercitividade e generalidade. Registre e explique suas considerações.

[illegible]

- Somos nós que fazemos a hora?
- Ou a hora já vem marcada, pela sociedade em que vivemos?
- O que, afinal, o 'sistema' nos obriga a fazer em nossa vida?
- Qual o tamanho de nossa liberdade?

[illegible]

3. Assista a uma novela na televisão. Observe como os homens e mulheres são representados (por meio das atitudes, das falas, das vestimentas; reações de outras pessoas em relação a eles). Escolha 3 personagens, um do sexo masculino, outro do sexo feminino e uma criança.

Descreva o que você verificou em relação aos papéis sociais e compare com o conteúdo estudado nesta unidade.

4. Cite três exemplos de formas de controle social que ocorram por valorização de determinados comportamentos.



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade.

- Saiba mais sobre a seção 3, desta unidade, conhecendo alguns trechos da obra *O Processo Civilizador*, de Norbert Elias (1994, 155-156). Em seguida, reflita sobre os questionamentos posteriores.

Do hábito de escarrar

Idade Média

Não escarre por cima da mesa.

Não escarres na bacia quando estiveres lavando as mãos.

Ano de 1714

Escarrar frequentemente é desagradável. Quando necessário, deve-se esconder isso tanto quanto possível, evitando-se sujar as pessoas ou suas roupas, pouco importa quem sejam, nem mesmo nas brasas ao lado do fogo. E quando escarrar, deve pisar imediatamente no esputo.

Nas casas grandes as pessoas escarram no lenço...

Não senta bem escarrar pela janela ou no fogo.

Ano de 1910

Você já notou que hoje relegamos para algum canto discreto o que nossos pais não hesitavam em exhibir abertamente?

Por isso mesmo, certa peça íntima de mobiliário tinha um lugar de honra....ninguém pensava em ocultá-la de vista.

O mesmo se aplica a outra peça de mobília não mais encontrada em residências modernas, cujo desaparecimento talvez alguém lamentará talvez nesta era de “bacilofobia”: estou me referindo à escarradeira.

➔ **Agora reflita:**

Você imagina alguma dessas regras tendo de ser explicadas em livros de “boas maneiras” na atualidade? Não é mais necessário não é mesmo? Escarrar, como vários outros hábitos, deixou de fazer parte de nosso cotidiano. Muitas de nossas atitudes, tomadas hoje como naturais, como algo pronto, foram, na realidade, construções sociais ou convenções sociais que nós aprendemos a seguir.

Leia, também, as seguintes obras:

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRYN, Robert [et al] **Sociologia: uma bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thompson Learning, 2006. 6, p.106)
- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREITAG, Bárbara. **A Questão da moralidade da razão prática de Kant e a ética discursiva de Habermas**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. V. 1, n. 2, 20 semestre, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.

- GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- PIERRET, Janine. Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na sociologia. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- RODRIGUES, José Albertino; FERNANDES, Florestan. **DURKHEIM**. São Paulo: Ática, 1988.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. Itajaí: UNIVALI/Edifurb, 2001.

Pensamento Sociológico de Marx



Objetivos de aprendizagem

- Entender os principais fundamentos sociológicos de Marx.
- Identificar as principais características do pensamento marxista.
- Apropriar-se do significado dos conceitos básicos da Sociologia de Marx.



Seções de estudo

- Seção 1** A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético.
- Seção 2** Economia e sociedade.
- Seção 3** Modos de produção.
- Seção 4** Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade.



Para início de estudo

Você vai dar mais um passo rumo ao conhecimento sociológico a respeito da sociedade moderna e contemporânea. O pensamento sociológico de Marx é o mais controvertido de todos os tempos.

Por causa de suas idéias, ele foi e continua sendo admirado e criticado. Suas análises críticas da sociedade capitalista de seu tempo, evidenciando as contradições e antagonismos, mostrando as possibilidades de mudanças, transformações e revoluções, provocaram rupturas, discussões e conflitos de idéias, que permearam por muito tempo as ciências humanas e sociais, chegando até aos nossos dias.

Você conhecerá, nesta unidade, o pensamento sociológico de Marx.

SEÇÃO 1 - A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético

Diferentemente da perspectiva apresentada por Comte e seguida por Durkheim, Marx oferece uma nova concepção da realidade social, modificando completamente o entendimento e a percepção do mundo, a partir de meados do século XIX.

Já houve época em que o pensamento de Marx era contestado em qualquer publicação de Sociologia. Isto se deve, em grande parte, ao preconceito que foi sendo criado pelas instituições e pensadores mais conservadores, por causa de suas posições críticas em relação à sociedade da época.

Para que se compreenda o pensamento sociológico de Marx, é importante conhecer alguns aspectos importantes de sua vida.

Conhecendo Marx

Karl Marx nasceu em 1818, em Trier, na antiga Prússia, hoje Alemanha. Filho de Judeus, que mais tarde se converteram ao protestantismo, pertenciam a pequena burguesia. Em 1835, ele foi estudar direito em Bonn e, em 1836, transferiu-se para Berlim. Em Berlim, estudou também filosofia e história, aproximando-se do pensamento de Hegel e, em seguida, tornou-se seu maior crítico. Em 1841, defendeu a tese de doutorado em filosofia.

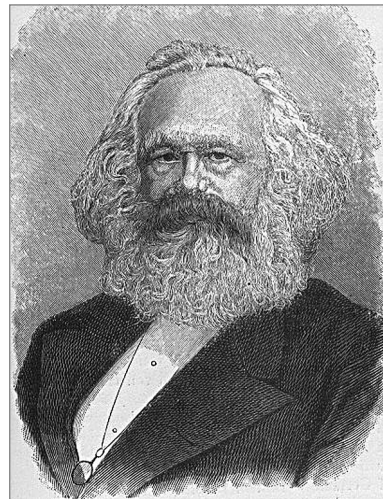


Figura 7: Karl Marx.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>

Ele pretendia ser professor universitário, mas a perseguição do governo aos críticos de Hegel impediu-o de seguir a carreira acadêmica. O contato com os problemas sociais exerce grande influência na vida de Marx, e o leva a escrever vários artigos com críticas contundentes ao governo alemão. Por causa das pressões deste, Marx se muda para Paris. Antes de viajar, casa-se com Jeny Von Westphlen, com quem teve sete filhos, dos quais só três chegaram à idade adulta.

Expulso de Paris em 1845, mudou-se para Bruxelas, onde dá início as suas atividades políticas mais intensas com o movimento dos trabalhadores. Em Bruxelas participa da fundação da Liga dos Comunistas, e com a colaboração de Engels, em 1848, redige o *Manifesto do Partido Comunista*. Em 1850, Marx parte para Londres, onde se dedica com afincos aos estudos, cujo resultado é sua obra principal, *O Capital* (1867). Morre em Londres em 1883.

A vida de Marx é marcada pela luta contra a ordem dominante da época e em defesa da dignidade dos trabalhadores. As dificuldades econômicas e pessoais enfrentadas por ele e sua família, também decorrem de suas posições. Sobreviveu financeiramente com a remuneração recebida por artigos que escreveu para os diversos jornais e revistas em diferentes partes do mundo.

Toda a obra de Marx é um documento vivo sobre a maneira pela qual foi percebendo, delimitando, eliminando e resolvendo questões. Produz simultaneamente o método e a interpretação do capitalismo. Aborda sempre e conjuntamente os problemas do capitalismo e os do método dialético de análise.

Parte das obras de Marx foi escrita em parceria com o seu amigo Engels.



Saiba Mais

Conheça algumas obras de Marx:

- Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.
- Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel.
- Manuscritos econômico-filosóficos.
- Contribuição à crítica da Economia Política.
- Salário, preço e lucro.
- Fundamentos da Economia Política.
- O capital (Livro 1, 1867)

Verifique outras obras de Marx nos sites:

<<http://www.culturabrasil.org/marx.htm>>;

<www.suapesquisa.com/biografias/marx/>

Agora que você já conheceu alguns aspectos importantes da vida de Marx, estudará sua concepção metodológica.

A dinâmica do pensamento de Marx

Para que você compreenda a dinâmica da produção do pensamento marxista serão apresentados os métodos dialético e o materialismo histórico; explicado como estes se relacionam com a produção da teoria marxista e como esta se propõe a explicar a constituição dos sujeitos humanos e da sociedade.

Marx viveu no século XIX, no período da consolidação do sistema capitalista, que imprimiu uma nova maneira de ser da sociedade. Sem nunca ter sido um sociólogo de profissão, seus estudos nasceram da prática e das necessidades políticas do movimento socialista. Foram os seguidores do pensamento marxista e os estudiosos das ciências sociais, que adaptaram a teoria de Marx às necessidades teóricas da Sociologia.

Suas formulações teóricas sobre a vida social, com destaque para as análises que fez da sociedade capitalista da sua época, causaram repercussões entre os intelectuais, a ponto da Sociologia Ocidental Moderna preocupar-se basicamente em confirmar ou negar as questões levantadas por ele.

Ele cumpriu o papel de desvendar o sistema capitalista de forma ampla, analisando seus aspectos políticos, sociais e econômicos, com a utilização do método dialético. Isto é tão marcante que se pode afirmar que o conceito de realidade social de Marx é **dialético**.

Caracterizando o método, Marx (1982, p. 179) afirma que “o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem”. É o movimento da matéria, da realidade social e da vida do ser humano que é objetivamente dialético.

Acompanhe os parágrafos seguintes com atenção para que você entenda o que é o método dialético.



Toda a abordagem desenvolvida por Marx a respeito do sistema capitalista de produção é dialética, caracterizada especialmente pelas indicações das contradições e conflitos marcantes na dinâmica desta sociedade: padrões X operários, riqueza X pobreza, mando X obediência.

Verifique uma explicação por meio de um exemplo:

Em Comte e Durkheim, a riqueza e a pobreza são duas partes de uma mesma realidade, como se fossem as duas faces de uma mesma moeda. Para Marx, riqueza e pobreza são contraditórias. Uma decorre necessariamente da outra. A riqueza é resultado da exploração, opressão e injustiça. Isto só é possível por causa das condições estabelecidas pela sociedade, que não são iguais para todos: uns nascem em berço de ouro, outros de madeira, outros de capim, papelão, jornal ou sem berço.

A partir desta perspectiva de abordagem ampla da sociedade capitalista, pode-se considerá-lo mais como um cientista social do que como um sociólogo. Marx acreditava que a razão não era só um instrumento de compreensão e apreensão da realidade social, mas também de construção de uma sociedade mais justa.

Após ter distinguido os aspectos e elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra a dialética na sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento. A realidade em estado de movimento, a realidade em processo, impulsionada pela superação de elementos contraditórios que a permeiam, é uma idéia básica no método dialético. Para ele, tudo parece levar a própria contradição e, por consequência, à mudança, à transformação.

Em suma, dialético é um método de análise da realidade, que vai do concreto ao abstrato e que oferece um papel fundamental para o processo de abstração.

É um modo de ver e conceber o mundo, a sociedade, a vida, os seres humanos, as coisas, a matéria, as idéias e pensamentos, caracterizado pela dinâmica do movimento constante de tudo. Nada está parado, inerte. Tudo muda, tudo se transforma.



Este modo dialético de ver e conceber tudo está presente na análise e interpretação da sociedade capitalista moderna, também entendida como **Materialismo Histórico**.

A análise da vida social para Marx e Engels (1989, p.27) deve ter como ponto de partida: “[...] os indivíduos reais, a sua ação e as condições materiais de existência, quer se trate daquelas que já encontrou elaboradas, quer das que ele próprio criou. A primeira condição de toda a história humana é a existência de seres humanos vivos”.

Na abordagem da vida social, ele desenvolveu um método que, mais tarde, foi denominado de **Materialismo Histórico**, por tratar das relações materiais que os homens desenvolvem para poderem produzir os meios necessários para a sobrevivência.

Vamos entender melhor o que significa a concepção do materialismo-histórico?

Nesta abordagem, a produção das idéias, das representações e da consciência está, antes de tudo, direta e intimamente ligada à atividade material dos homens, é a linguagem da vida real. Sendo assim, as representações e o pensamento dos homens aparecem como a emanção direta do seu comportamento material da vida cotidiana.

Os homens são produtos de suas representações e de suas idéias, na medida em que são estas qualidades que os tornam humanos. Porém, não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, crêem, mas dos homens tomados em sua atividade real, segundo o seu processo real de vida.



São os homens que, ao desenvolverem a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, os seus pensamentos e os produtos destes pensamentos. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Vejamos uma explicação por meio de um exemplo:

A idéia de uma mesa surgiu pela necessidade que o ser humano teve de uma superfície plana para preparar os seus alimentos. Iniciou no chão, depois sobre uma pedra, um tronco de árvore. Foi pensando e refletindo sobre maneiras de melhor satisfazer as suas necessidades que o ser humano chegou à construção de diferentes tipos de mesas.

Esse processo de criação se aplica ao desenvolvimento de todos os instrumentos produzidos para melhor interferir e transformar a natureza, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e foi o que possibilitou que o homem fosse transformando-se a si próprio.

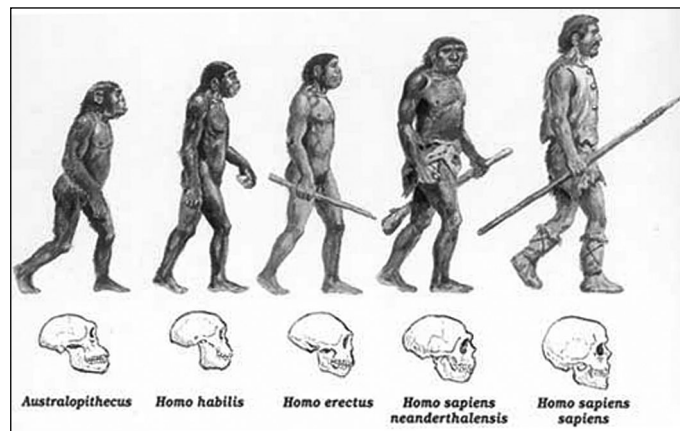


Figura 8: Evolução Humana

Fonte: <<http://www.avph.hpg.ig.com.br/>>

Ao longo da história humana, isso foi promovendo o seu desenvolvimento e a sua constituição como sujeito de sua história, com as qualidades e características humanas que conhecemos – relacionadas às capacidades de pensar, de planejar, de imaginar e da própria consciência. E são estas, entre outras capacidades de ordem superior, que são tipicamente humanas e que nos diferem de outras espécies animais.

É, portanto, intervindo na realidade material, transformando a natureza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência que o homem constrói sua consciência.

É na vida real que começa a ciência real, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. O conhecimento baseado na produção da sociedade resulta do estudo do processo real de vida e da ação dos indivíduos de cada época.

Os homens devem poder viver para poder fazer história. E para viver é preciso, antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se, além de outras coisas. Desta forma, a produção da realidade material para garantir a reprodução da vida a cada dia, é um processo dialético contínuo em evolução. Assim, o modo como o ser humano luta para estar vivo já é parte do fazer história e do seu fazer-se na história, pois, ao mesmo tempo, produz conhecimento.



O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. É no desenvolvimento histórico que os homens, ao renovarem a cada dia a sua própria vida, iniciam o processo de suas próprias reproduções.

A consciência é um produto social como um reflexo do contexto social mais próximo. A consciência da necessidade de relacionar-se com indivíduos que os cercam, advinda da percepção da necessidade de juntar esforços para sobreviver, marca, para o homem, o início da consciência do fato de que, apesar de tudo, ele vive em sociedade.

A vida em sociedade tem características distintas em cada período da história, marcadas pelo modo como o ser humano organizou-se para satisfazer suas necessidades básicas.

Uma passagem da Ideologia Alemã (MARX e ENGELS, 1989, p. 27-28) reflete bem esta perspectiva:

Um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história [...] a fim de manter os homens vivos.

Satisfeitas estas necessidades básicas, os homens criam novas necessidades, e esta criação é para Marx o primeiro ato histórico, resultante da ação orientada pela consciência. É desde o início da evolução histórica que os homens renovam diariamente as suas próprias vidas e buscam a reprodução da espécie, numa relação entre homem e mulher, pais e filhos.

Você estudará sobre forças produtivas e modos de produção nas seções 2 e 3, desta unidade.

Para Marx (1989), são as massas das **forças produtivas** que determinam as condições sociais de existência. Neste sentido, a consciência nasce da necessidade da existência de intercâmbio com outros homens. A consciência é, portanto, desde o início, um produto social (SELL, 1999).



Com estas colocações, estavam lançadas as bases para uma nova interpretação da história. Ao afirmar que é a matéria que determina a consciência, Marx (1989) toma como ponto de partida a vida material e histórica do homem.

Proletariado é o conjunto de trabalhadores que necessitam vender a sua força-de-trabalho a um empresário capitalista.

Numa visão histórica, segundo Amorim e Tamanini (2003), as configurações assumidas pela ciência e pela ética são o resultado de uma evolução que não obedece, necessariamente, as leis eternas. Ela é construída pelas realidades históricas e se caracteriza por um ato consciente e revolucionário de uma classe, no caso do sistema capitalista, o **proletariado**.

Para os históricos, as teorias ou abstrações são representações que os homens fizeram para si mesmos na História. Elas são o resultado da história humana, destinadas a descrevê-la e a permitir sua continuidade ou descontinuidade. Portanto, são contextualizadas e podem ser modificadas, porque toda história traz em si o germe da sua própria destruição.

A dinâmica das relações sociais, o movimento das mudanças e transformações constantes, a dialética da realidade e do pensamento constituem a força motora da história. As circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material e social, processo que implica no surgimento de contradições. Neste sentido, o sociólogo poderia compreender a sociedade capitalista e a direção na qual ela estaria se transformando graças as suas contradições internas.

Na verdade, Marx nunca trata da produção em geral, mas refere-se à produção num estágio de desenvolvimento social, como sendo a produção dos indivíduos que vivem em sociedade. A sociedade depende do estágio de desenvolvimento social, de suas forças produtivas e das relações sociais de produção, conforme citação que segue:

[...] os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são os resultados da energia prática dos homens, [...] determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas [...]. (MARX apud QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2001, p.71).

A maneira pela qual os homens produzem seus meios de existência depende da natureza dos meios de existência já conhecidos e que precisam ser reproduzidos ou substituídos.

Você estudará mais sobre o trabalho na obra de Marx, na seção 4, desta unidade.

A compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência à maneira como os homens produzem sua sobrevivência material. Por isso, o conceito de **trabalho** é fundamental para o entendimento, pois é nesse processo que se estabelece a interação com a natureza e é por meio do trabalho que o homem a transforma.

Na concepção marxista, o homem trabalhando é considerado como força de trabalho, significando a energia despendida no processo de trabalho, por meio do qual chega ao produto. E é o trabalho que atribui ao produto um valor determinado.

De acordo com Demo (1989), as relações que se estabelecem entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que processam diretamente o produto são denominadas **relações sociais de produção**.

Os **meios de produção** são os instrumentos utilizados para processar a produção, o capital, as fábricas, a terra, as ferramentas, os insumos, etc.

Por **modo de produção** entende-se a maneira historicamente específica que caracteriza o processo de produção.

As relações de produção são caracterizadas pelo relacionamento dentro de um modo de produção entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os possuem. No caso do modo de produção capitalista, ela ocorre entre o capitalista que detém a posse privada dos meios de produção e os trabalhadores diretos, isto é, aqueles que não os têm.

[illegible]

Unidade 3

SEÇÃO 2 - Economia e sociedade

Para uma compreensão mais adequada da sociedade moderna, é imprescindível que se tenha o domínio de alguns conceitos básicos relativos a sua economia.

Como você está estudando as idéias sociológicas de Marx, nesta seção, você terá contato com alguns fundamentos conceituais da Sociologia econômica marxista. Isso porque, no pensamento de Marx, os aspectos econômicos adquiriram destaque e estão muito presentes em toda a análise da sociedade capitalista.

Inicialmente, podemos destacar que no cenário das relações de produção capitalistas surgem dois **conceitos** básicos e fundamentais para o entendimento do pensamento de Marx, a **mais-valia** e **classes sociais**, conceitos que serão estudados a partir de agora.

Fique atento aos próximos parágrafos para acompanhar as idéias e facilitar sua compreensão.

Na verdade, a economia capitalista trouxe um fato novo, a separação entre produto e produtor. O trabalhador produz sem saber o que está produzindo, sem ter participado do planejamento do processo e nem do produto final. Ele é apenas o executor daquilo que foi projetado por outro.

Isto se torna mais intrigante se levarmos em conta que o trabalho é a base do valor das mercadorias. Isto é, o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado a ela. Se uma mercadoria vale duas vezes mais do que a outra, é porque contém o dobro de trabalho.

Segundo Demo (1989), no tempo do intercâmbio mercantil simples, vendiam-se mercadorias para se obter o dinheiro que podia comprar outras mercadorias. Agora, vendem-se mercadorias para se obter dinheiro, que permite comprar mercadorias multiplicadoras do dinheiro.



O camponês (pequeno agricultor) vendia feijão, milho, batata, etc, para obter dinheiro para comprar sal, remédios, roupas.

Na sociedade atual, vende-se a própria força de trabalho como mercadoria, mas é uma mercadoria produtora de outras mercadorias, multiplicadora de dinheiro. Neste contexto, a força de trabalho surge, então, como uma nova mercadoria. O trabalhador livre vende a sua força de trabalho pelo valor de um determinado salário.

É bom lembrar que a força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria ou trabalho assalariado. O escravo, por exemplo, não vendia a sua força de trabalho ao seu dono, assim como o boi não vende o seu trabalho ao lavrador. O escravo era vendido de uma vez para sempre com a sua força de trabalho. Era uma mercadoria que podia passar das mãos de um dono às mãos de outro. Assim, ele era uma mercadoria, mas a sua força de trabalho não lhe pertencia.



Já o trabalhador livre, no sistema capitalista, vende 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia, ao proprietário dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e meios de vida. (QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2001).

Na concepção de Marx, o salário deve ser determinado, considerando-se o valor dos meios necessários para a subsistência, para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. E considerando-se, ainda, tudo o que é necessário para que o trabalhador se reproduza de acordo com o seu nível de vida, que varia historicamente entre épocas e regiões, e de acordo com suas habilidades.

Para Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2001, p. 88), “o capital, assim como o trabalho assalariado, é uma relação social de produção, é uma forma historicamente determinada de distribuição das condições de produção resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade”. Isto só é possível porque o valor que o trabalhador pode produzir durante as horas trabalhadas é superior ao valor pelo qual vende sua capacidade, seu salário.

A força de trabalho é a única mercadoria que pode produzir valor. Para Marx (1982), uma parte deste valor, apropriada sob forma de trabalho excedente, é trabalho não-pago e passa a integrar o capital, transformando-se em riqueza. No capitalismo, esse trabalho excedente assume a forma de mais-valia, expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital.



Chama-se mais-valia o valor que o trabalhador cria além do valor de sua força de trabalho.

Ela é considerada pelos sociólogos como sendo a alma do capitalismo, pois produz na teoria e na prática a desigualdade e os antagonismos sociais. Aquilo que o trabalhador produz a mais do que recebe, em forma de salário, é apropriado pelo dono dos meios de produção e, normalmente, é chamado de apropriação do excedente de trabalho.

É por meio da extração de mais-valia que se estabeleceu a via fundamental da acumulação capitalista, por intermédio da qual, segundo Marx (1982), o capital realiza a sua vocação histórica às custas do trabalhador. Movido pela idéia do lucro, o capitalista seria necessariamente explorador.



Lucro e mais-valia. Há diferença entre eles?

É importante destacar que há uma diferença entre lucro e mais-valia. A mais-valia origina-se somente do trabalhador, já o lucro pode vir de outras fontes: da compra e venda de mercadorias, do lucro, do arrendamento.

Marx (1982) chamou de **mais-valia absoluta** aquela conseguida por meio do aumento de horas na jornada de trabalho ou pela intensificação do uso da força de trabalho. Exemplo: numa fábrica de sapatos, se o trabalhador trabalhar diariamente uma

hora a mais, ele estará produzindo mais sapatos. Ele pode produzir mais sapatos se o patrão conseguir que ele se mantenha ocupado, trabalhando pelo maior tempo possível além das horas destinadas à jornada de trabalho.

Por outro lado, chamou de **mais-valia relativa** aquela obtida por intermédio da diminuição do tempo de trabalho necessário, por meio da especialização profissional, introdução de novas tecnologias ou adoção de novos métodos de gerenciamento. Nestes casos, é possível aumentar a mais-valia, mesmo diminuindo o tempo de trabalho.

Para facilitar sua compreensão sobre mais-valia, leia o exemplo que segue:



Um operário vende sua força de trabalho ao capitalista por um preço X (por exemplo, \$10.000), para trabalhar durante um período Y (suponhamos 8 horas).

Mas, em apenas uma fração deste período (por exemplo, 4 horas), o trabalhador produz o equivalente ao salário combinado, ou seja \$ 10.000.

O tempo restante da jornada de trabalho (4 horas) é trabalhado gratuitamente para o capitalista, produzindo-se um valor suplementar, ao qual Marx denomina mais-valia.

A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. (AMORIM e TAMANINI, 2003).

Ligado ao conceito e à prática da extração da mais-valia constrói-se o conceito de **classes sociais**. Embora seja considerado um dos temas principais do pensamento de Marx, ele não deixou uma teoria sistematizada sobre as classes sociais.

Mesmo assim, é possível abstrair um entendimento deste assunto a partir de sua obra e da obra de seus seguidores, que divulgaram suas idéias. É o que será feito.

Segundo Demo (1989), as classes sociais são grupos sociais antagônicos, onde um se apropria do trabalho do outro, por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção, lugar este determinado fundamentalmente pela forma específica que se relaciona com os meios de produção. A distinção está entre **os que possuem e os que não possuem os meios de produção.**

Como você já viu, a compra e a venda da força de trabalho produz um distanciamento entre os que compram e os que vendem a força de trabalho. Marx chama isto de antagonismo de classe, cuja base de sustentação é a propriedade privada dos meios de produção. Com a proposta de eliminação da propriedade privada, ele via a possibilidade de eliminar os antagonismos de classe.

Marx (1982) demonstrou que a existência das classes está vinculada a determinadas fases da história do desenvolvimento da produção; que a luta de classes conduz necessariamente, ao longo do tempo, à ditadura do proletariado; e que esta mesma ditadura não passa de uma transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.

É na obra *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, que se encontram as principais considerações políticas de Marx sobre a luta de classes, conforme citação que segue:

[...] a história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes. [...] na nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, [...] burguesia e proletariado. (MARX E ENGELS, 1985, p. 45).

Mesmo reconhecendo a importância do papel da burguesia na dissolução do feudalismo e na construção da ordem capitalista, Marx prognostica que cabe aos operários dar o próximo passo, o da destruição do capitalismo e da instauração da sociedade **socialista**:

Maiores informações a respeito da distinção entre feudalismo, capitalismo e socialismo você terá na seção 3, em modos de produção.

O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. [...] a burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX e ENGELS, 1985, p. 64)

Na verdade, Marx reconhece no capitalismo apenas duas classes, a **burguesia** e o proletariado, o que seria para ele uma simplificação, se comparada ao sistema feudal de produção. Algumas vezes ele usa o termo “pequena burguesia” para designar uma classe em transição, composta pelo pequeno produtor independente, artesão ou camponês, donos dos seus meios de produção.

Hoje existem salários que permitem acumulação de capital, cujo valor vai muito além do necessário para a satisfação das necessidades básicas (atletas diferenciados, *top models*, executivos de grandes empresas), onde as características da mais-valia praticamente desaparecem ou não se aplicam, o que Marx desconhecia.



Usamos hoje, também, fração de classe para designar subgrupos componentes de classe. A própria burguesia pode ser subdividida em burguesia industrial, comercial e financeira; os trabalhadores da indústria, do comércio, da prestação de serviços, os autônomos, diaristas, entre outros.

Também é comum falar-se em **consciência de classe**, quando ela está ciente de seus reais interesses. Marx falava de “classe em si” para indicar o seu potencial contestatório. A “classe para si”, quando levada pela consciência do conflito e da exploração, organiza-se politicamente para a defesa consciente de seus interesses, o que supõe uma identidade construída para a luta de classe.

Sobre a burguesia na atualidade, veja discussão disponível em: <<http://overmundo.com.br/blogs/o-pensamento-da-nova-burguesia>>. Também sugerimos a música do Cazuza, Burguesia, cuja letra você pode encontrar em: <<http://cazuza.lettras.terra.com.br/lettras/43858/>>.

Você pode buscar um aprofundamento maior sobre o tema, lendo algumas partes do Manifesto Comunista na versão da Web, especialmente o primeiro capítulo, burgueses e proletários, disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>.

Mas essa consciência e luta de classes levaria à abolição das classes sociais na construção essencial da sociedade comunista:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. [...] em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX e ENGELS 1985, p. 64).

Chegando ao fim a divisão da sociedade em classes, o Estado, enquanto estrutura política, também teria que ser destruído. No entender de Marx, o Estado era um instrumento da luta de classes, logo não faria sentido em uma sociedade sem classes. Como ele entendia que o proletariado precisava do Estado para derrubar a burguesia, ele afirmava que era necessário um momento de transição entre o capitalismo e o comunismo, e chamou isto de socialismo. A transição seria implantada por meio da ditadura do proletariado.

Lênin (apud HARNECKER, 1972, p.145) dizia que:

A essência fundamental da ditadura do proletariado residia na organização e disciplina do destacamento avançado dos trabalhadores, de sua vanguarda, de seu único dirigente: o proletariado. Seu objetivo é construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, converter a todos os membros da sociedade em trabalhadores, destruir a base sobre a qual descansa a exploração do homem pelo homem. [...] exige um período bastante longo de transição do capitalismo para o socialismo, porque é difícil reorganizar a produção, como se necessita de tempo para introduzir mudanças radicais em todos os domínios da vida e porque a enorme força da tradição de um modo burguês de dirigir a economia somente pode ser superada numa luta vasta e tenaz. Por isso, Marx fala de todo um período de ditadura do proletariado como período de transição.

Assim, era preciso que a classe operária se tornasse revolucionária, primeiramente tomando consciência de seus interesses de classe e percebendo as condições objetivas de

construção do socialismo para, numa continuidade de aprimoramento deste modelo, chegar ao comunismo como uma sociedade perfeita, sem propriedade privada, sem classe e sem o Estado.

No decorrer desta seção, você leu algumas passagens sobre modos de produção. Na próxima seção, ampliaremos a discussão sobre este assunto, que também se relaciona com a discussão sobre Economia e sociedade.

Vamos lá?

Seção 3 - Modos de produção

O estudo dos modos de produção torna-se importante para que você possa saber como os seres humanos se organizaram, quanto ao trabalho e à produção, nos diferentes contextos sócio-históricos, para produzirem os meios necessários para a reprodução da vida e também para a concentração de capital.

A teoria a respeito dos modos de produção foi desenvolvida primeiramente por Marx e depois pelos seus seguidores.

O que realmente significa modo de produção?



O modo de produção é entendido como o conjunto das forças produtivas e o conjunto das relações de produção, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento.

Vamos esclarecer ainda mais para facilitar sua compreensão:

Como vimos anteriormente, é na vida cotidiana que o ser humano vai fazendo a sua história. É a partir das atividades práticas do dia-a-dia que os seres humanos, com o uso da sua capacidade de entendimento das coisas, vão sendo estimulados

para as constantes modificações no modo de fazer a prática, o que leva, por conseguinte, ao desenvolvimento das forças produtivas (potencial para produzir um produto).

Estas evoluem com maior rapidez e influenciam as relações de produção (relações necessárias entre os envolvidos num processo de produção), que não se comportam como um elemento passivo. As relações de produção exercem uma influência ativa no desenvolvimento das forças produtivas, acelerando ou amortecendo o seu avanço.

Para Fiorante (1978), o modo de produção é uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como instâncias, ou níveis, isto é, como estruturas regionais com uma autonomia e dinâmica próprias, ligadas a uma unidade dialética.

Este conceito de Fiorante está muito ligado ao pensamento marxista, já que Marx analisa os modos de produção dentro de estruturas. Por outro lado, sente-se a dificuldade de caracterizar o seu modo de produção em um país ou em uma nação, pois, geralmente, não se encontra uma só forma de produção, mas diversos modos de produção influentes.

Desta feita, pode-se caracterizar o modo de produção de um país por aquele que predomina e isto já se torna uma grande dificuldade. Enquanto que, em determinados espaços, mantém-se um modo de produção, em outros o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais definem novos modos de produção.



Saiba mais

Para esclarecer um pouco mais, nós podemos dizer com segurança que, no Brasil, temos o predomínio absoluto do modo de produção capitalista.

Mas nas comunidades indígenas da selva amazônica, temos o comunismo primitivo; pela televisão sabemos de denúncias de práticas escravistas (consideradas crime); no campo existem relações semi-feudais, com a prática de arrendamento, de parcerias, com os pactos entre coronéis e serviçais; em alguns assentamentos de “sem-terra” temos práticas socialistas, com propriedade coletiva, produção coletiva, distribuição coletiva igualitária.

Muitos autores seguem uma sequência histórica e cronológica para mostrar os modos de produção da seguinte maneira:

- a) o comunismo primitivo,
- b) a escravidão,
- c) o feudalismo,
- d) o capitalismo,
- e) o socialismo/comunismo (este último é esperado).

Vamos conhecer cada um deles?

a) Modo de produção do comunismo primitivo

A primeira forma da propriedade é a da tribo. Ela corresponde ao estágio rudimentar da produção (caça, coleta, pesca, pecuária e agricultura) e grandes quantidades de terras incultas. Como exemplo, temos no Brasil as comunidades indígenas desde antes do descobrimento e que, em algumas situações, chegam até os nossos dias, como é o caso de comunidades da selva amazônica.

Neste estágio, a divisão é muito pouco desenvolvida, há divisão natural do trabalho, por sexo, idade e troca de tarefas. Os instrumentos de trabalho utilizados são extremamente rudimentares e há um baixíssimo nível de produtividade.

A estrutura social é limitada. A lei fundamental consiste na luta permanente para assegurar a sobrevivência em condições precárias dos membros da comunidade, mediante a posse coletiva dos meios de produção, o trabalho coletivo e a distribuição igualitária dos bens produzidos.

Há a propriedade coletiva dos meios de produção, trabalho coletivo e distribuição igualitária dos bens produzidos. Veja que, neste modo de produção, não existindo o Estado, a organização do poder está ligada ao patriarca ou ao chefe. A forma de consciência predominante é o mito ou a forma religiosa (AMORIM e TAMANINI, 2003).

b) Modo de produção escravista

A escravista é a segunda forma de propriedade mais antiga, resultante da reunião de várias tribos numa só cidade, por contrato ou conquista. Ao lado da propriedade comunal, vai surgindo a propriedade privada de bens móveis e mais tarde de imóveis. A estrutura social comunista primitiva se desagrega com a propriedade privada imobiliária.



Na seqüência, há aumento da produção agrícola e a formação de excedentes econômicos. Nesse momento, faz-se necessário o braço escravo para o trabalho.

Surge também o poder político para perpetuar essa forma de dominação representada pelos Estados Imperiais. A religião passa a ter um papel ideológico e os deuses são criados para tornar sagrada e inquestionável a dominação.

A escravatura se desenvolve com o aumento da população e das necessidades. Ela caracterizou a vida econômica e social da chamada Antigüidade Clássica. As antigas civilizações da Grécia, Egito, Babilônia, Roma, Índia, China e outras, desenvolveram-se à base de trabalho escravo.

Surge a oposição entre cidade e campo. A divisão do trabalho vai sendo aperfeiçoada a partir de novas necessidades, entre a cidade e o campo, entre pastores e agricultores, entre artesãos, entre o trabalho manual e o intelectual. Destaca-se a propriedade privada dos senhores de escravos sobre os meios de produção e sobre os trabalhadores. (AMORIM e TAMANINI, 2003).

A produtividade do trabalho vai aumentando gradativamente se comparada ao comunismo primitivo, permitindo ao trabalhador criar um sobre-produto, que é apropriado pelo senhor do escravo. A produção é destinada essencialmente ao consumo local.

c) Modo de produção feudal

No modo de produção feudal, a população continua espalhada no campo, onde não são mais os escravos, mas os pequenos camponeses que se erguem como classe produtora.

A estrutura feudal da propriedade imobiliária corresponde nas cidades à propriedade corporativa, também conhecida como organização feudal da profissão. A propriedade consiste no trabalho de cada indivíduo.



Figura 9: Fases do Feudalismo

Fonte: <www.culturabrasil.pro.br>

Um pouco da história permite-nos entender melhor o modo de produção feudal, conforme apresentação feita por Amorim e Tamanini (2003). Em meados do século XV, com a queda do império romano, a Europa dividiu-se em vários feudos, que eram grandes extensões de terra cultivadas por servos. Desapareceu a escravidão e surgiu a relação produtiva entre senhores e servos. O estado absolutista ficou enfraquecido e cada senhor feudal passou a cuidar da administração política do seu feudo.

A unidade do mundo foi dada pelo catolicismo. Para você entender esse “cenário”, é preciso levar em consideração que as invasões e as guerras internas tornaram difícil o desenvolvimento do comércio. A posse da terra passou a ser extremamente valorizada. Dela, ricos ou pobres, poderosos ou não, deveriam tirar os meios de subsistência.



Assim, nesse período, toda a vida social passou a depender da propriedade ou da posse, desenvolvendo-se um sistema administrativo e uma organização militar estreitamente ligada à situação patrimonial.

Os proprietários menos poderosos colocavam-se a serviço do senhor feudal, obrigando-se a apoiá-lo nas guerras e a entregá-lhe uma contribuição pecuniária recebendo, em troca, a sua proteção. O chefe de família que não possuísse patrimônio recebia uma faixa de terra para cultivar e extrair o sustento da família, além de entregar ao senhor feudal uma parcela da produção.

O senhor adquiria sobre ele e sua família o direito de vida e de morte, podendo assim, estabelecer as regras do seu comportamento social e privado. A vassalagem era uma relação pessoal, enquanto que o benefício tinha o sentido de estabelecimento de um direito real, ambos implicando o reconhecimento do poder político do senhor feudal e contribuindo para que o feudo tivesse sua ordem jurídica própria, desvinculada do Estado.

O Estado Feudal caracteriza-se pelo exercício acumulativo das diversas funções diretivas por parte das mesmas pessoas e pela fragmentação do poder central em pequenos agregados sociais.

Os pequenos capitais economizados aos poucos por artesãos isolados e o aumento da população desenvolveram as condições de artesão e de aprendiz, fazendo com que nascesse nas cidades uma hierarquia semelhante à do campo.

A estrutura era condicionada pelos limitados lucros de produção, pela cultura rudimentar e restrita ao solo e à atividade artesanal. Mesmo no apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho era limitada. Além da divisão em príncipes reinantes, nobreza, clero e camponeses (no campo) e a separação em mestres, operários e aprendizes e plebe dos diaristas (nas cidades) não houve importante divisão do trabalho.

A necessidade de associação contra a nobreza espoliativa, necessidade de mercados, concorrência com os servos que se evadiam em massa para as cidades prósperas, fizeram nascer as corporações.



Quais são as principais características do modo de produção feudal?

Como principais características do modo de produção feudal, podemos destacar: a crescente divisão social do trabalho, produção destinada ao consumo local, divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: senhores feudais (donos de terra) e servos da gleba (camponeses), propriedade privada dos senhores feudais sobre os meios de produção, propriedade incompleta dos senhores feudais sobre os servos da gleba, pois estes, embora estivessem vinculados aos feudos, já dispunham de mais liberdade, possuíam instrumento de trabalho e outros bens próprios.

Na sequência, você observará o modo de produção decorrente da Revolução Industrial. Ela provocou uma gigantesca transformação nas relações de produção. Surgiram novas classes: a burguesia e o proletariado.

d) Modo de produção capitalista

O modo de produção capitalista surgiu a partir do modo de produção feudal. Sua evolução percorre duas etapas: o capitalismo pré-monopolista e o capitalismo monopolista (imperialismo).

O capitalismo pré-monopolista é aquele período do desenvolvimento do capitalismo em que existiu a livre concorrência, ao passo que no capitalismo monopolista a livre concorrência é substituída pelo monopólio.

As duas etapas possuem um fundamento comum: a propriedade privada sobre os meios de produção e a exploração da força de trabalho pela classe capitalista para a produção de mais-valia.

É a situação do regime de iniciativa privada em que as empresas competem entre si. Os preços de mercado formam-se segundo a correção entre oferta e procura, quase sem interferência de compradores ou vendedores isolados.

É quando só existe uma empresa produtora de um bem no mercado, sem nenhum bem substituto próximo. Ex: Cimento Votoran, no Brasil.

Para Fiorante (1978), ao capitalismo só serve o trabalhador competente, pois existem diversos mecanismos a favor do capitalismo que lhe assegura seu alto lucro e mais-valia. O capitalismo só vive do sobre-trabalho do operário, do excedente que acumula e concentra como riqueza.

O trabalhador pensa que o seu salário é um pagamento justo pela sua jornada de trabalho, mas não entende que ele representa apenas uma pequena parte. A maior parte é apropriada pelo dono do capital e o trabalhador não recebe.

Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França e em outros países economicamente desenvolvidos, o capitalismo pré-monopolista predominou até os últimos decênios do século XIX, quando os processos gerados na economia capitalista conferiram nova característica ao capitalismo: a livre concorrência deu lugar ao domínio dos monopólios, que passaram a desempenhar papel decisivo no desenvolvimento da economia capitalista. Tamanini e Amorim (2003) destacam as principais características:

- Propriedade privada sobre os meios de produção e divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais, antagônicas, novas e qualitativamente diferentes das classes sociais dos modos de produção escravista e feudal: a burguesia e o proletariado.
- Avanço sem precedentes do conhecimento científico e tecnológico.
- Generalização da produção de mercadorias, isto é, da produção destinada à venda, ao mercado. Tudo, na sociedade capitalista, se transforma em mercadoria, inclusive a força de trabalho.
- O trabalhador, diferentemente do que ocorre nas sociedades escravista e feudal, já não é mais um escravo, nem servo da gleba. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho ao capitalista que lhe fizer a melhor oferta, isto é, pagar-lhe o melhor salário. E é livre, também, porque está sempre disponível para o trabalho assalariado.
- Com o esgotamento do capitalismo, haveria a possibilidade de um novo modo de produção.

e) Modo de produção socialista/comunista

Embora seja possível separar o modo de produção Socialista do Comunista, preferimos seguir a maioria dos autores que os discutem de forma simultânea, pois há uma relação muito estreita entre os dois, porque o surgimento do segundo depende do desenvolvimento do primeiro. Além disso, não temos nenhuma sociedade em que o Comunismo esteja sendo implementado como sistema predominante. Ele permanece mais como uma utopia.

Com o desenvolvimento e esgotamento do modo de produção Capitalista, este dará lugar ao modo de produção Socialista, que conduzirá ao Comunismo - etapa onde desaparece a luta de classes.

Um pouco diferente da propriedade coletiva primitiva, gerada pela fragilidade do homem diante da natureza, a propriedade socialista seria o resultado de um grande desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.



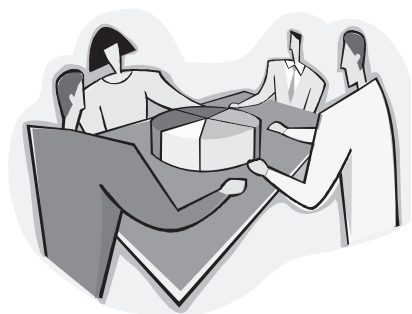
Neste momento, você deve estar se perguntando: como passar de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista?

Segundo Marx, seria o proletariado que se constituía na maioria da população. A classe que, aspirando ao poder, tomaria o Estado e transformaria as relações sociais. Essa seria uma revolução feita pela maioria em benefício de todos. Desse modo, essa revolução proletária marcaria o fim das classes e do caráter antagônico da sociedade capitalista. Assim, é bom ficar evidenciado que seria sempre o proletariado organizado quem transformaria a sociedade.

O modo de produção socialista nasceria no interior do modo de produção capitalista. Seu traço característico essencial consistiria na abolição da propriedade privada sobre os meios de produção e o estabelecimento da propriedade social sobre estes.

Segundo Fiorante (1978), se no capitalismo o grande capital domina o poderio econômico e o sistema, no socialista é o Estado, quem exerce este poder de dividir as atividades do

trabalho e apropriar para redistribuir à cúpula dirigida do Estado, no entanto, o povo em geral sempre fica com a mínima parte de seu esforço.



A propriedade socialista dos meios de produção é a propriedade social, a propriedade coletiva dos próprios trabalhadores. Os membros da sociedade socialista, possuindo em comum os meios de trabalho e os objetos de trabalho, empregam-nos no processo de trabalho em benefício próprio.

O modo de produção comunista, desde a sua fase inferior (o socialismo), além de basear-se na propriedade social, estatal sobre os meios de produção, assentar-se-ia na economia planificada.

Para Tamanini e Amorim (2003), a planificação seria realizada para o conjunto da economia nacional por regiões, localidades e unidades produtivas, e, ainda, por ramos da economia do país. A eficácia da planificação econômica socialista estaria condicionada à ampla participação das massas trabalhadoras na elaboração e na execução dos planos.

O estabelecimento do domínio absoluto da propriedade social sobre os meios de produção, em todos os ramos da economia nacional, faria com que o novo regime se baseasse em relações de produção que excluíssem a exploração do homem pelo homem, abolindo as próprias causas que originam essa exploração, faz surgir a sociedade sem classes.

O comunismo constitui-se numa distribuição igualitária, todos são produtores indistintamente e não há excedente em mãos privadas.



O princípio que regeria a etapa socialista é "a cada um, de acordo com a sua capacidade", enquanto o que orientaria a etapa comunista é "a cada um, de acordo com suas necessidades".

Agora que você estudou as características de cada modo de produção, vamos verificar os elementos que fornecem os subsídios que permitem distinguí-los.

Como você pôde perceber, para reconhecer a forma específica de cada modo de produção é indispensável recolher os dados que os distinguem e proceder a uma cuidadosa observação e análise de variáveis empíricas. Para Lara (2005), dentre elas podem-se destacar:

- o nível de desenvolvimento das forças produtivas, que envolve a força de trabalho e os meios de produção existentes, com relevância para os instrumentos e a técnica adaptada;
- a propriedade dos meios de produção e os direitos de cada grupo ou classe sobre esses meios;
- o tipo de relações de produção existente entre os membros da sociedade e o papel de cada um no processo de trabalho;
- o objetivo da atividade econômica, conforme destina-se a satisfazer necessidades e interesses dos produtores, dos que se apropriam dos excedentes, dos mercadores ou dos capitalistas;
- a repartição do produto do processo de trabalho entre os membros da sociedade, a utilização e a apropriação do excedente econômico;
- a continuidade do processo de produção no decorrer do tempo, ou seja, como está assegurada a reprodução social;
- cada modo de produção, na fase de declínio da sua evolução, reduz as suas potencialidades, começando a surgir contradições internas, que dificultam o seu desenvolvimento, face à natureza das novas forças produtivas e aos efeitos nas relações sociais de produção.

Nesta seção, você estudou diferentes modos de produção e percebeu como eles se relacionam com as questões do trabalho. Na seção seguinte, você aprofundará ainda mais seus estudos sobre este assunto.

SEÇÃO 4 - Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade

Você deve ter percebido a importância que o trabalho ocupa na vida do ser humano, especialmente por meio do pensamento de Marx. Nesta seção, iremos abordar esta temática de modo mais direto.

Ligadas ao trabalho, na sociedade atual, estão as questões do emprego, desemprego e empregabilidade. É este conjunto que vamos tentar entender nesta seção, tendo como pano de fundo o pensamento de Marx.



Nas obras de Marx, o trabalho ocupa posição central. Ao trabalhar, o homem produz a cultura. A cultura, como resultado do trabalho, diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros seres vivos.

Verifique como é possível relacionar o trabalho como atividade humana, conforme está sendo discutido neste momento, com a discussão sobre o método de Marx, apresentado na seção 1, desta unidade.

A característica do homem é projetar, conceber o trabalho antes de realizá-lo e de modificar sua concepção durante sua realização. A capacidade de trabalho é ao mesmo tempo característica e condição humana, desta se formam as relações sociais; as familiares, as políticas, as econômicas e as relações com a natureza.

As representações, as linguagens, as instituições, a educação, estão diretamente ligadas com a forma pela qual os homens, no trabalho, relacionam-se para produzir o que necessitam e para se reproduzirem como seres dotados de história e cultura.

Á medida que o ser humano desenvolve meios para o seu trabalho e sabe o que irá alcançar no fim do mesmo, ele se desenvolve e imprime nas coisas criadas a sua marca. O meio de trabalho é um instrumento que o trabalhador usa para transformar um objeto, uma matéria-prima em produto para o consumo.

No fim do processo de trabalho aparece um resultado, um produto, que já existia antes, mas como projeto que ele tenha elaborado conscientemente. No desenvolvimento do projeto, pelo uso da inteligência e criatividade ele pode perceber deficiências no projeto e ir alterando conforme sua vontade, durante todo o curso do trabalho.

Para Marx (1972), o grande problema da sociedade capitalista é que o produto do trabalho não pertence àquele que o produziu. Há uma contradição intrínseca na sociedade capitalista (conforme já apontada na seção 2, desta unidade) entre proprietários dos meios de produção (burgueses) e trabalhadores (proletários). Ele entende que a marca da sociedade capitalista é a divisão social acentuada do trabalho e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não é o trabalhador.

A existência da propriedade privada dos meios de produção separa, em classes sociais distintas e opostas, os proprietários dos não-proprietários dos meios de produção, os burgueses e os operários. Uns têm a propriedade dos meios de produção, outros apenas a sua força de trabalho.



A divisão do trabalho e da propriedade separa os homens, isolando aqueles responsáveis pela concepção daqueles que executam o trabalho, separando o trabalho intelectual do trabalho manual, uns pensam e outros executam.

Concretamente, mão e consciência encontram-se separadas, representadas por homens distintos, aquele executa e aquele projeta. A característica do homem, de conhecer (planejar) o trabalho antes de realizá-lo, é perdida. O responsável por uma parte da tarefa repete-a mecanicamente, converte-se em um apêndice da máquina.

O trabalhador perde a relação que estabelecia entre o desenvolvimento do conhecimento e o trabalho, quando era dono do projeto. A ciência aparece separada do trabalhador, a serviço do capital.

A separação entre o pensar e o executar e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não o trabalhador, produz o que Marx chamou de **alienação**. A alienação, a consciência deslocada da produção da vida, toma conta das instituições. A alienação tende a obscurecer para o homem o fundamento real da sociedade que é a exploração e a desigualdade.

O processo de alienação, para Marx, manifesta-se no trabalho e no modo como se organiza a divisão do trabalho. O produto do trabalho, a mercadoria construída pelo próprio homem, torna-se estranho e alheio a ele.

Com a expansão da propriedade privada, bem como sua intensificação e a divisão do trabalho, que são bases fundamentais do capitalismo, o trabalho perde sua característica determinante que é a expressão do poder do ser humano na relação com a natureza, e os produtos derivados de seu trabalho assumem uma existência à parte do indivíduo, de sua vontade e de seu planejamento.



A racionalidade exigida pelo modo de produção capitalista transforma o homem em máquina de trabalho como nos primórdios da humanidade se fez com os animais. Para alcançar índices elevados de produtividade, o capitalismo construiu reciprocamente com os eventos modernos, uma racionalidade jamais vista na humanidade. O ser humano transforma-se ele próprio em mercadoria.

Marx demonstrou justamente que o valor de um produto está na quantidade do trabalho empregado na fabricação do mesmo e que o lucro do capitalista está no valor produzido pelo trabalho que ele não paga ao operário, que ele designa de “mais-valia”.

Com a racionalidade do modo de produção capitalista, os trabalhadores são destituídos dos meios de produção, sendo forçados a venderem somente o que lhes resta: a força de trabalho em troca de um salário que não paga o seu trabalho. Assim, eles próprios se transformam em mercadorias.

Na sociedade capitalista, o trabalho transforma-se em uma mercadoria, vendida como qualquer outra no mercado, perde sua característica humana. O homem deixa de se sentir homem pelo

trabalho. Ao contrário, só se sente livre quando desempenha as funções animais (comer, beber, procriar, etc.).

As relações de produção, que assim se estabelecem, fazem parte da própria natureza do modo de produção que começa a vigorar. No *Primeiro Manuscrito Econômico e Filosófico*, Marx propõe-se a desvendar a verdadeira natureza do trabalho alienado: o trabalhador sente-se contrafeito, à medida que o trabalho não é voluntário, mas lhe é imposto, é trabalho forçado; o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades; o trabalho não é para si, mas para outrem; o trabalhador não se pertence, ele é propriedade de outra pessoa.



Pare e faça um exercício de reflexão!

Pense, neste momento, em atividades que são desempenhadas de forma alienada pelos trabalhadores, como por exemplo, numa indústria automobilística.



Registre pelo menos 5 delas.

Para Marx, a alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho. No capitalismo, as instituições sociais acentuam esta alienação. O homem vive socialmente por meio das instituições, em uma tensão constante entre as forças de mudança e as de conservação ali presentes.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. A mais-valia e a mercadoria são a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo do operário e do capitalista.

A forma mercadoria cristaliza tanto o produto do trabalho necessário à reprodução do produtor (trabalho pago), como o produto do trabalho excedente (não pago) e apropriado pelo capitalista, no processo de compra e venda da força de trabalho.

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade [...] Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colméias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. [...] Além do esforço de seus próprios órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. (MARX, 1982, p. 194–196)

O trabalho é um componente importante na dialética da vida do ser humano em contato com a natureza ou com a matéria, como um processo de transformação constante de ambas as partes. Só o ser humano pode compreender esta dinâmica.

Emprego e empregabilidade

Neste início de milênio, emprego e empregabilidade tornaram-se questões importantes para as instituições, empresas, trabalhadores e também para os centros de pesquisa e universidades. Envolvem aspectos básicos do ser humano como a sobrevivência, passam pela cidadania e dignidade para considerar ambições maiores como satisfação, realização e felicidade.

Para início de conversa, o emprego pode ser entendido como a função e a condição das pessoas que trabalham em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica.

O desemprego é entendido como a condição ou situação das pessoas incluídas na faixa das “idades ativas” (em geral entre 14 e 65 anos), que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade econômica.

A complexa questão envolvendo o emprego, desemprego e empregabilidade, diz respeito à reestruturação dos processos de produção, que se acentuou a partir da última década do século passado e que ainda está em curso, foi discutida pela Sociologia e demais Ciências Sociais. A quantidade de registros na literatura mostra a importância que o tema assumiu durante estes últimos 15 anos.

Neste período, houve uma efetiva diminuição dos postos de trabalho, decorrente da incorporação de novas tecnologias nos sistemas de produção e trabalho, com o conseqüente aumento da produtividade.

Aproveite a leitura do texto Caracterização dos tipos de desemprego de Torres e Longo (2003), para compreender o que é desemprego:

Caracterização dos tipos de desemprego

Desemprego estrutural: característico dos países subdesenvolvidos, ligado às particularidades intrínsecas de sua economia. Explica-se pelo excesso de mão-de-obra empregada na agricultura e atividades correlatas e pela insuficiência dos equipamentos de base que levariam à criação cumulativa de emprego.

Desemprego tecnológico: atinge sobretudo os países mais adiantados. Resulta da substituição do homem pela máquina e é representado pela maior procura de técnicos e especialistas e pela queda, em maior proporção, da procura dos trabalhos meramente braçais.

Desemprego conjuntural: também chamado desemprego cíclico, característico da depressão, quando os bancos retraem os créditos, desestimulando os investimentos, e o poder de compra dos assalariados cai em consequência da elevação de preços.

Desemprego temporário: forma de subemprego comum nas regiões agrícolas, motivado pelo caráter sazonal do trabalho em certos setores agrícolas.

A desocupação de uma percentagem de três por cento da força de trabalho é considerada nos países capitalistas como desemprego mínimo ou normal e só acima desse índice é que se fala em desemprego. Há quem considere essa quota como necessária ao desenvolvimento da indústria. Os defensores dessa tese afirmam que uma certa porcentagem de desemprego é salutar à economia, por constituir uma reserva de mão-de-obra para a expansão industrial.

Desemprego na América Latina: O potencial de mão-de-obra latino-americano está longe de seu pleno aproveitamento. Há na economia agropecuária um desemprego latente, disfarçado e, embora generalizado, dificilmente mensurável em termos estatísticos. Como nessa região do mundo coexistem formas de exploração da terra em regime semifeudal e pré-capitalista, ocorre também o subemprego rural, decorrente da concentração da propriedade da terra.

SEGUE ►

Calcula-se que nos países menos desenvolvidos de 25 a 30% do potencial de trabalho seja perdido por meio do desemprego e do subemprego. No entanto, a taxa de crescimento demográfico extremamente alta não é a principal causa de subutilização da força de trabalho. O problema se deve basicamente a graves desequilíbrios e inadequações nos sistemas econômicos e sociais desses países. Entre esses fatores, aponta-se a má distribuição de renda.

Desemprego no Brasil: O Brasil tinha 7,6 milhões de desempregados segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1999 (PNAD-1999). Ele estava em terceiro lugar em número de desempregados no mundo. Acima dele estavam a Índia, com quase 40 milhões, e a Rússia com 9,1 milhões, segundo cálculo foi feito pelo economista Márcio Pochmann da Unicamp. Em agosto de 2000, a taxa média de desemprego foi de 7,15%. Esse cálculo é feito pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país e serve como indicativo da taxa global do Brasil.

O fator que mais contribui para o aumento do desemprego é o baixo ritmo de crescimento econômico do país.

Taxa de desemprego: A taxa de desemprego é uma porcentagem da População Economicamente Ativa que pode ser calculada com base em diferentes metodologias, é o caso do Brasil: O IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, no qual somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho são consideradas desempregadas. O cálculo é feito com base em dados de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos (Dieese), realizam a pesquisa no Distrito Federal além das regiões metropolitanas referências do IBGE, adotam o critério de desemprego total, que engloba também o desemprego oculto. Nessa categoria estão aqueles que não procuraram emprego por desalento ou porque estavam exercendo um trabalho precário. Esses cálculos levam a resultados muito diferentes. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, enquanto o IBGE apontava em agosto de 2000 uma taxa de desemprego aberto de 7,55%, a Fundação Seade e o Dieese chegam a uma taxa de desemprego total de 17,7%.

A terceirização e a informalização também contribuíram para a construção deste cenário de rearranjos no mundo do trabalho, produzindo intensa preocupação para sociólogos, psicólogos, economistas e administradores, já que estas mudanças têm reflexos imediatos na vida dos trabalhadores inseridos no mercado e dos trabalhadores terceirizados ou autônomos, que atuam lado a lado com os regularmente inseridos no mercado formal.

Conforme Torres e Longo (2003), a reestruturação produtiva implantada pelas grandes empresas, que reduzem seu quadro de pessoal e mantêm apenas os mais qualificados, faz com que o mercado de trabalho vá perdendo a capacidade de geração de novos empregos, aumentando os índices de desemprego industrial no Brasil, sobretudo nas grandes empresas. Neste contexto, há uma pequena compensação, com incremento de empregos, por parte das médias e pequenas empresas.

Uma pesquisa de Montagner e Brandão (1996, apud PICCINI E OLIVEIRA, 2003), sobre a Região Metropolitana de São Paulo, já mostrava que o contingente de desempregados aumentava ininterruptamente na categoria dos que exerciam funções mais qualificadas, de gerência e planejamento, atividades de apoio à produção de bens e serviços e os que realizavam tarefas de secretaria e escritório. Os autores associam este tipo de desemprego “aos processos de redução de níveis hierárquicos e à terceirização de atividades das empresas”.

Isto evidencia que as expectativas de que os empregos perdidos no setor industrial seriam compensados pelos novos postos no setor de serviços não se confirmaram. Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se inferir que o setor de serviços também estava passando por um processo de enxugamento de cargos, submetidos a um processo intenso de modernização, como foi o caso do setor bancário, associado à prática de uma alta rotatividade de mão-de-obra.



Neste quadro, produz-se um novo perfil dos desempregados: os de faixas etárias mais elevadas, os oriundos dos setores que foram submetidos a um processo de terceirização e os possuidores de um maior nível de escolaridade.

Estes padrões de desemprego só serão alterados à medida que se modifique o modelo de desenvolvimento vigente.

Entre os desempregados, parece inegável que há uma tendência em partir para o trabalho informal. Mas há também casos em que, por iniciativa empresarial, dos sindicatos ou dos próprios trabalhadores, certas atividades se tornaram “escoadouro” ou alternativa temporária para o desemprego: foram criadas cooperativas de trabalho e determinadas atividades foram terceirizadas.

As cooperativas de trabalho são organizadas, muitas vezes, com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores da categoria ou pelos próprios empregadores. O trabalho em domicílio é mais constante em alguns setores como o de confecções (facção), calçados (ateliês), trabalho virtual (vendas, informática), cooperativas comunitárias.

O desemprego é o grande desafio, mas empresas que mantêm uma mão-de-obra relativamente estável preocupam-se que seus funcionários tenham condições de empregabilidade e oferecem a eles a possibilidade de uma qualificação que lhes dê condições de “empregabilidade”.

Nesta ótica, a questão de emprego não é mais vista (ou possível) no modelo tradicional de empresa, além disso, aumentam as exigências em termos de profissionalismo/qualificação, o funcionário precisa cada vez mais ser um empreendedor, buscar o autodesenvolvimento.



Vamos entender o que é empregabilidade?

O conceito de empregabilidade é entendido por Torres e Longo (2003) como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar um novo emprego quando demitida. Por trás deste conceito há a idéia de que a mão-de-obra está desempregada devido a sua inadequação diante de um mercado cada vez mais exigente. O trabalhador estaria desempregado, não porque faltam empregos, mas porque o seu perfil de qualificação não está adequado aos novos conceitos de produção.

A educação não resolve o problema de ser cada vez mais constante o uso de tecnologias que eliminam os postos de trabalho e pelo fato de que as relações de trabalho estão centradas em autoritarismo, na busca acentuada do lucro e na concentração do capital. Atribui-se à evolução tecnológica o aumento do desemprego, mas a base técnica em si não é a responsável pelo desemprego, mas o uso que dela se faz.

Mais do que discutir “empregabilidade”, é necessário lembrar do poder da empresa de decidir unilateralmente jornada de trabalho, admissão e demissão de pessoal, a organização e as condições de trabalho que levam as empresas a valorizarem extremamente os equipamentos poupadores de mão-de-obra. (TORRES; LONGO, 2003).



Pesquisas recentes mostram que o emprego cresce justamente entre os trabalhos mal pagos e de alta rotatividade. O trabalho estável, bem pago e qualificado é privilégio de uma minoria. Ampliam-se os trabalhos de natureza instável, precários e informais, e, nestes casos, incluem-se até mesmo trabalhadores com níveis mais elevados de escolarização.

Esta constatação insere-se na nova lógica de produção “terceirizada”. As grandes empresas “enxugam” seus quadros e os trabalhadores assumem funções terceirizadas junto a fornecedores que investem menos em sua mão-de-obra, seja por escassez de recursos econômicos, seja por que assumem parte do processo produtivo com menos valor agregado, que pressupõe uma mão-de-obra com menor qualificação.

Parece-nos então, da máxima relevância, a relação que vai se estabelecer entre as três categorias: flexibilização do trabalho, qualidade de vida do trabalhador e emprego. (TORRES; LONGO, 2003).

Diante dessas colocações, cabe perguntar:

- Como se sente o trabalhador que está inserido no mercado de trabalho, formal ou informal?
- Que qualidade de vida existe diante desta situação de ameaça de perda do posto de trabalho?



Saiba mais

Para auxiliar na sua reflexão sobre esses questionamentos, confira, no Saiba Mais desta unidade, o texto: *O desemprego no Brasil e no mundo*, de Torres e Longo (2003).

Chegamos ao final de mais uma unidade. Esperamos que você tenha entendido os principais fundamentos sociológicos de Marx e tenha percebido as características essenciais do seu modo de pensar e entender o mundo, a sociedade e o ser humano.

[illegible]

[illegible]



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade.

- Saiba Mais sobre a seção 4, lendo o texto: *O Desemprego no Brasil e no Mundo*, de Torres e Longo (2003).

O Desemprego no Brasil e no Mundo

O desemprego não é um problema só no Brasil; ele ocorre na Europa e em toda parte do mundo. Fora os Estados Unidos, onde a questão está minimizada pelo longo período de crescimento da economia, nas demais partes do mundo o fenômeno é visto com preocupação. Na Europa, o problema é muito grave; no Japão, atualmente observa-se a diminuição do número de vagas no mercado de trabalho; a Coreia do Sul enfrenta a mesma situação. Nos países subdesenvolvidos, a situação não é diferente.

No Brasil, é grande a preocupação dos trabalhadores, dos sindicatos, das autoridades e dos estudiosos de problemas sociais, a despeito de não possuímos dados precisos sobre o desemprego: o IBGE fala em taxa de 12%, a Fundação Seade/Dieese fala em 18% na região metropolitana da Grande São Paulo. A verdade é que temos, hoje, em qualquer família alguém desempregado. Essa é uma realidade que está muito próxima de cada um de nós. O desemprego causa vários problemas: para o desempregado, para a família e para o Estado. Para o cidadão desempregado e sua família, o desemprego provoca insegurança, a indignidade, aquela sensação de inutilidade para o mundo social.

A tecnologia, que vem desde a revolução industrial na Inglaterra em 1750, traz problemas, e certamente é uma das principais causas do desemprego mundial. Uma máquina substitui o trabalho de 10, 20, 40 ou mais pessoas. Já foi dito que a revolução industrial provocou insatisfação dos trabalhadores, mas pouco desemprego, porquanto, na época, as vagas fechadas numa empresa eram supridas pela abertura de outras empresas. Além disso, houve a redução da jornada de trabalho para 8 horas e a semana de 5 dias.

Todavia, hoje, com a globalização, a informatização, as novas tecnologias, nós temos efetivamente um problema de

SEGUIE ►

desemprego estrutural. Vejam o exemplo dos bancos, onde diminuíram em menos da metade os postos de trabalho. Tudo é informatizado, as pessoas não precisam do caixa humano, elas vão direto ao caixa eletrônico. Esses funcionários perdem o emprego e não têm outra oportunidade, porque todos os ramos de atividade estão se modernizando, não só os bancos, mas as indústrias estão sendo robotizadas. Estão desaparecendo muitas profissões e atividades profissionais, porque têm o robô fazendo o trabalho de muitas pessoas. Isso realmente gera desemprego e tanto o governo quanto a sociedade têm que contribuir para encontrar uma solução.

Talvez a solução momentânea seja a requalificação profissional. Os profissionais que perdem seus postos de trabalho devem passar por treinamentos e reciclagens. Só assim poderão encontrar outra atividade e assumir uma nova vaga no concorrido mercado de trabalho moderno. O desempregado não pode ficar esperando nova oportunidade para ocupar a mesma vaga que ocupava antes da demissão, mesmo porque aquela vaga, ou melhor, aquela função pode deixar de existir. Aquele que deseja voltar ao mercado de trabalho deve se reciclar, buscando uma colocação em outra área ou ramo de atividade; para isso, ele deve estar preparado.

O governo, através dos Fundos de Amparo ao Trabalhador, tem oferecido recursos para treinamentos e reciclagens aos desempregados. Essa iniciativa ajuda, pois o trabalhador, sem essa reciclagem não vai conseguir uma recolocação no mercado de trabalho, mas não resolve o problema.

A questão do emprego é, hoje, a principal preocupação do movimento sindical, do Estado e, principalmente, da família, a que mais sofre com a falta de trabalho e queda da renda, agravando todos os problemas sociais. Tem que ter como prioridade a procura de caminhos para a execução de programas de desenvolvimento que resultem em geração de empregos.

Porém, essa não é a única saída para abrir postos de trabalho no mercado. Haja vista o que se passa no setor automobilístico, onde investimentos maciços e duplicação da capacidade produtiva não resultaram em geração de novos empregos.

Ao contrário, com os investimentos feitos as empresas puseram em prática um amplo programa de modernização e automação, cortando milhares de postos de trabalho. Para se ter uma idéia do estrago ocorrido neste setor, basta dizer que, na década de 80 do século passado, para uma capacidade de produção de um milhão e quinhentos mil veículos, as montadoras empregavam 140 mil trabalhadores. Hoje, para

SEGUIE ►

uma capacidade de produção de três milhões de veículos, as montadoras empregam apenas 90 mil trabalhadores.

Além de investimentos e programas de crescimento econômico, são necessárias outras medidas para gerar mais empregos. Hoje temos linhas completas, sistemas produtivos completos, operados por robôs. Os processos tecnológicos empregados na atualidade e mais a presença crescente da mulher no mercado de trabalho exigem uma redução drástica da jornada de trabalho, para dar emprego às centenas de milhões de pessoas no mundo inteiro que precisam trabalhar.

Mas, a redução da jornada não pode ser um ato isolado e unilateral de um só país ou dois. É preciso estabelecer uma nova jornada de trabalho de caráter universal, algo como uma resolução da Organização das Nações Unidas para ser cumprida por todos os países e para ser fiscalizada a sua aplicação por um órgão tipo OIT, a Organização Internacional do Trabalho, para que não haja um desequilíbrio nos custos de produção e quebra da equidade competitiva entre os países no mercado mundial. E, também, para que não haja redução de salários.

Para aprofundar seus conhecimentos sobre esta unidade, sugerimos também a leitura das seguintes obras:

- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HARNECKER, M. **Los conceptos elementares del materialismo histórico**. Siglo21, 1972.
- MARX, K. **O Capital**. 7. ed. Resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, MARIA L.O.; OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

Weber e a socialização



Objetivos de aprendizagem

- Identificar a contribuição de Weber para a Sociologia.
- Compreender o processo de racionalização da sociedade moderna.
- Entender a relação indivíduo/sociedade para Weber.
- Entender o processo de estratificação, mobilidade e mudança social.
- Compreender o interacionismo simbólico.



Seções de estudo

- Seção 1** O pensamento de Weber.
- Seção 2** Racionalização e Capitalismo e Burocratização da Sociedade.
- Seção 3** Estratificação, mobilidade e mudança social.
- Seção 4** Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico.



Para início de estudo

Nesta unidade você conhecerá um pensador diferente dos anteriores, tanto pela metodologia desenvolvida quanto pela sua compreensão da sociedade, uma vez que para ele é importante levar em conta o sentido que os indivíduos constroem para legitimar suas ações.

Para compreender esta afirmação você pode pensar, por exemplo, nas ações que envolvem dominação. Para Weber, o autor em questão, alguém pode se deixar dominar pelos mais diferentes motivos, desde aqueles ligados a hábitos não refletidos até aqueles ligados a considerações racionais construídas conscientemente e que visam a algum objetivo no final daquela ação. Isto vale tanto para quem está dominando outras pessoas, e que deseja a vinculação dos dominados a uma disposição para obedecê-lo, como para quem é dominado e tem a vontade de obedecer.

Segundo ele, faz parte da relação autêntica de dominação a probabilidade de encontrar obediência da parte do dominador, e certa vontade de obedecer da parte do dominado. Isto lhe permite afirmar que nem toda dominação se serve de meios econômicos, às vezes ela ocorre por causa do costume, ou por causa dos interesses meramente afetivos, ou, ainda, por motivos ideais ligados aos valores que as pessoas possuem.

Conclui-se daí que a dominação pode ocorrer por causa das convicções pessoais, ou por causa das dependências afetivas, emocionais, econômicas, ou, ainda, porque os envolvidos almejam alcançar algum tipo de reconhecimento futuro, que pode se traduzir na necessidade de ser apoiado, ou reconhecido, ou de negociar algum benefício. É a natureza dos motivos que determina o tipo de dominação, e a natureza dos motivos se encontra na relação entre o indivíduo e a sociedade.

É a justificativa que o dominado apresenta para o seu ato de se deixar dominar, e não a forma de execução do poder por parte do dominador, que legitima a dominação. O dominado, desse modo, torna-se o sujeito de uma ação, cujo sentido construído por ele pode legitimar o poder do dominador. Isto implica em um envolvimento do indivíduo que atribui um significado subjetivo ao seu comportamento e leva em conta o que o outro

espera que ele faça. Trata-se, portanto, de uma relação social, que é constituída pelos sentidos que os indivíduos envolvidos constroem para sua ação.

Veja, a partir das afirmações anteriores, como Weber é diferente de Durkheim, para quem a sociedade sempre estava na frente dos indivíduos. Ou de Marx, que entendia que a sociedade se expressava com toda força na sua dimensão econômica. Já em Weber, os homens individuais são participantes do modo como fazem a História, envolvem na sua experiência social parte de si mesmos, embora também tenham relação com a dominação exercida pelo Estado e pelas associações.

Isto significa dizer que nada nasce simplesmente da cabeça dos envolvidos, mas que todas as ações estão fundamentadas em relações sociais. (BOTTOMORE; NISBET, 1980).

Lembra das questões colocados por Tosi na unidade 2? Como será que Weber responderia àquelas questões?

SEÇÃO 1 - O pensamento de Weber

A Alemanha do final do século XIX e início do século XX faz sua inserção industrial de maneira tardia, à medida que contrariou a velocidade na qual o capitalismo se expandia por toda a Europa, principalmente na França e Inglaterra. A Alemanha dessa época era um país em atraso naquilo que se referia ao processo de industrialização. Tanto que para que pudesse participar da corrida econômica impetrada no velho continente foi necessária a unificação de dois territórios germânicos, efetuada por Bismarck em 1870.

Diferentemente da Inglaterra e França, que tinham uma classe burguesa com força política para dirigir o Estado, na Alemanha a classe burguesa era extremamente incipiente e frágil, e perdia em poder político para a aristocracia rural denominada de “junkers”.

Desse modo, fez-se necessário, para a inserção da Alemanha no modelo capitalista moderno, a existência de um governo forte e centralizador, como o de Bismarck, o que, segundo Weber, ocasionou o aumento da burocracia estatal, ou seja, da expansão da classe de funcionários. Isto tornou a burguesia alemã extremamente acomodada no que tange ao seu papel político.

Exatamente como consequência dessa expansão crescente do Estado com o papel de direção política na Alemanha é que as análises sociológicas e políticas de Weber estarão diretamente ligadas às temáticas da expansão do capitalismo, da condição dos trabalhadores do campo e da cidade, e do papel do Estado e da burocracia nas sociedades modernas.

Conhecendo Max Weber



Figura 10: Max Weber

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber>

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, na cidade de Erfurt, Alemanha, numa família de burgueses liberais. Durante toda a sua vida, Weber teve sua atenção dividida entre a reflexão e a ação sobre as questões que preocupavam a Alemanha.

Weber concluiu seus estudos e começou a trabalhar nos tribunais de Berlim. No início da década 1880, frequentou, como estudante de Direito, as salas de conferências dos juristas da época. Concentrou-se, contudo, no campo da História Econômica e Jurídica. Em 1890, prestou seu segundo exame de Direito. Habilitou-se em Berlim, para o Direito Comercial Alemão e Romano. (GERTH; MILLS, 1982).

A produção intelectual de Weber desenvolveu-se em torno de muitos interesses. Sua formação acadêmica foi muito ampla, concentrou-se nos estudos de Direito, fez incursões pela História, Economia, Filosofia e Teologia.

Sua dedicação explícita à Sociologia somente ocorreu na fase final de sua vida. Também publicou pesquisa sobre os trabalhadores do Elba, preocupou-se em estudar os mecanismos do capitalismo, a

bolsa de valores e as relações entre a ética derivada da religião e os sistemas econômicos. (TRATEMBERG,1977). Ele participou da vida pública do seu país, colaborando com a redação da Constituição da República de Weimar, em 1919.

Weber foi o grande sistematizador da Sociologia alemã. Isto se deu em uma situação muito particular, num momento em que a França desenvolveu seu pensamento social sob a influência da filosofia positivista, como vimos nas unidades 1 e 2, e a Inglaterra foi a sede do desenvolvimento industrial e da sedimentação do pensamento burguês. Morreu no ano de 1920 em Munique.



Saiba mais

Conheça algumas obras de Weber:

- História agrária de Roma e sua significação para o direito público e privado.
- A ética protestante e o espírito do capitalismo (1ª parte).
- A ética protestante e o espírito do capitalismo (2ª parte).
- As relações de produção na agricultura do mundo antigo.
- Crítica positiva da concepção materialista da história.
- A ciência e política como vocação.
- História econômica geral.
- Economia e Sociedade.

Verifique outras obras de Weber no site:
<<http://www.culturabrasil.org/weber.htm>>.

Somos nós que fazemos a hora?

Diferentemente de Marx e Durkheim, Weber vai centrar suas análises no sujeito. Deste modo, esse pensador vai partir da idéia de que o indivíduo é o elemento primordial para compreender a realidade social. E essa análise passa pelo comportamento dos indivíduos, já que tudo que existe na sociedade é resultado da vontade e da ação dos indivíduos. É em suas condutas individuais que o agente associa um sentido que é orientado pelo comportamento dos outros. Veja as palavras do próprio autor:

Falaremos de ação na medida em que o indivíduo atuante atribua um significado subjetivo ao seu comportamento - seja ele claro ou disfarçado, omissão ou aquiescência. A ação é “social” na medida em que o seu significado subjetivo leva em conta o comportamento dos outros e é por ele orientado em seu curso. (WEBER, 1994, p. 4).

A ação social está, deste modo, profundamente ligada ao conceito de relação social. “A expressão ‘ação social’ será usada para indicar o comportamento de uma pluralidade de atores na medida em que, em seu conteúdo significativo, a ação de cada um deles leva em conta a ação de outros, e é orientada nesses termos.” (IDEM, p. 26).

Weber dá ênfase à relação na qual a atribuição de sentido é uma ação necessária e até mesmo fundadora do intercâmbio social. É por isso que ele afirma ser a Sociologia uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social e para a explicação causal no seu transcurso e nos seus efeitos.

É o sentido que os homens estabelecem em suas ações que, segundo Weber, fundamenta a ordem social. Assim, o homem passa a ter na teoria de Weber, como indivíduo, um significado e uma especificidade que não encontramos no positivismo.

Não existe nesse autor a mesma oposição presente em Durkheim entre sociedade e indivíduo. Em Weber, as normas sociais só se tornam concretas quando se manifestam nos indivíduos sob a forma de uma motivação. Cada indivíduo é levado a agir por um motivo que é dado pela tradição, por interesses racionais ou pela emotividade.



Como você pode perceber, para Weber a hora não vem marcada pela sociedade.

Cabe ao cientista social descobrir os possíveis sentidos das ações humanas presentes na realidade social que ele irá estudar. Ao cientista social cabe perceber qual é o sentido produzido pelo agente em todas as suas conseqüências. É o indivíduo, por meio dos valores sociais e de sua motivação, que produz o sentido da ação social.

O caráter social da ação individual

Weber nos diz que por mais individual que seja a ação, o fato do indivíduo agir segundo a expectativa do outro faz com que a sua ação tenha um caráter coletivo e social. É o que ele denomina ação social. Quando esse sentido da ação social é compartilhado, temos a relação social. Isto é diferente da ação individual e, para que se estabeleça uma relação social, é preciso que haja um sentido compartilhado.



E qual é a diferença entre ação social e relação social?

A ação social é a conduta do agente que está orientada pela conduta do outro, pela expectativa que você possui sobre o que o outro espera que você faça. Na relação social, a conduta de cada qual entre múltiplos agentes envolvidos orienta-se por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado.

Ainda é preciso considerar que essa relação orienta-se pelas ações dos outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Porém, nem toda espécie de ação, incluindo a ação externa, é social. A conduta humana é ação social somente quando ela está orientada pelas ações dos outros.

Por exemplo, um choque de dois ciclistas é um simples evento como um fenômeno natural. Por outro lado, haveria ação social na tentativa dos ciclistas se desviarem, ou na briga ou considerações amistosas subseqüentes ao choque.

Os tipos de ação

Por causa da infinidade das ações humanas, Weber constrói uma teoria dos tipos de ação para apontar quais seriam os motivos básicos da ação social. Entre os tipos de ação social temos, segundo Weber:

a) Ação racional referente a fins: é ação determinada por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas. Estas expectativas funcionam como “condições” ou como “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente como sucesso.

Nesse tipo de ação, o homem coloca determinados objetivos e busca os meios mais adequados para consegui-los. O importante é perceber que o motivo da ação é alcançar sempre um resultado eficiente. É uma ação instrumental voltada para um fim utilitário. A empresa capitalista e o estrategista militar funcionam nessa lógica.

b) Ação racional referente a valores: é determinada pela crença consciente no valor: ético, estético, religioso ou qualquer outro que é absoluto e inerente à ação e independe do seu resultado. O motivo da ação, neste caso, não é um resultado, mas um valor, independentemente se o resultado for positivo ou negativo. O capitão que afunda junto com o seu navio é um exemplo, pois age racionalmente baseado num valor.

c) Ação social afetiva: é a ação determinada de modo afetivo guiada por paixões, por afetos ou estados emocionais. Uma resposta intempestiva está incluída neste grupo.

d) Ação social tradicional: é a determinada pelo costume arraigado ou hábito, aquele tipo de ação que se faz porque sempre se fez. A maior parte das ações cotidianas enquadra-se neste tipo de ação.

No centro de relações sociais moldadas pelas lutas, Weber percebe o fato da dominação. Na verdade, entre os conceitos mais usados da teoria weberiana estão os conceitos de poder e dominação.

De acordo com o autor, poder é a capacidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social. Para Weber, poder é diferente de dominação, que significa probabilidade de encontrar uma pessoa pronta a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado. A dominação pode ser entendida como uma relação social. Assim, para Weber, o importante é analisar o que torna legítima a autoridade, pois é com a legitimidade social que a dominação é justificada e efetivada.

Weber distingue três tipos de dominação e legitimidade, que são:

a) Dominação legal racional: a obediência apóia-se na crença, na legalidade da lei e dos direitos de mando das pessoas autorizadas a comandar pela lei. Assenta-se no poder de um direito abstrato e impessoal. Assim, esse poder está ligado à função e não à pessoa. São exemplos desse tipo de dominação o código civil e o regimento interno de uma empresa.

b) Dominação tradicional: sua legitimidade apóia-se na crença de que o poder de mando tem um caráter sagrado, herdado dos tempos antigos. O poder patriarcal dentro da família é um exemplo.

c) Dominação carismática: o chefe carismático tem origem numa personalidade excepcional. A legitimidade da autoridade do líder carismático lhe é conferida pelo afeto e confiança que os indivíduos depositam nele. Profetas, fundadores de impérios, guias espirituais são exemplos de líderes carismáticos.

Até este momento você conheceu alguns aspectos importantes do pensamento de Weber. Você ampliará seus conhecimentos sobre este assunto estudando o conteúdo proposto na seção 2.

SEÇÃO 2 - Racionalização e Capitalismo e Burocratização da Sociedade

2.1 Racionalização e Capitalismo

Um bom exemplo do modo como a ação dos indivíduos constrói a sociedade, e de como Weber aplica a metodologia compreensiva para explicar o sentido dessas ações, pode ser encontrada em sua obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, cujos principais aspectos são apresentados a seguir.

Nessa obra, Weber discute a relação entre a religião luterana e o desenvolvimento do capitalismo, além de admitir que o problema da origem do capitalismo contempla muitas e variadas causas (econômicas, políticas, militares, técnicas, etc.).



Diferentemente de Marx, que escolheu o fator econômico como privilegiado para entender a sociedade, Weber afirma que podemos compreender a sociedade por diferentes aspectos, e não há um mais correto ou melhor que outro, há sempre diversas possibilidades de análises da sociedade.

Com esse pressuposto, Weber inaugura a concepção hermenêutica na Sociologia.

Weber aponta que a ética luterana favoreceu o desenvolvimento do capitalismo. Segundo ele, isso aconteceu porque o estilo de vida luterano estava marcado por uma vida disciplinada, de tal forma que as ações praticadas pelos seus seguidores sempre se reverteram em trabalho, acumulação e lucro.

Tratava-se, como afirmava o autor, de uma ascese no mundo. Esta ascese era praticada no trabalho, para o qual o luterano se dedicava com rigor e disciplina. Seu lema “tempo é dinheiro” permitiu construir um modo de vida que não significava usura, mas louvor à obra criadora de Deus por meio do trabalho.

Segundo Sell (2001, p. 119), a primeira contribuição para esse processo, afirma Weber, foi dada por Martinho Lutero e sua concepção de “vocação”. Para Lutero, a salvação das pessoas não vinha do fato de elas se retirarem do mundo para rezar, como faziam os monges católicos. Pelo contrário, quanto mais as pessoas aceitassem suas tarefas profissionais como um chamado de Deus (vocação) e as cumprissem com disciplina, mais aptas estariam para serem salvas.

Segundo Weber, seria a religião calvinista a que melhor nos ajuda a explicar a relação entre a ética protestante e a origem do capitalismo. De acordo com a doutrina calvinista, todos os homens são predestinados por Deus para a salvação ou para a condenação. Somente Deus, na sua sabedoria e bondade eterna, sabe e escolhe quem será salvo ou não (doutrina da predestinação). Nada do que o homem fizer por esforço próprio faz diferença, tudo depende de Deus.

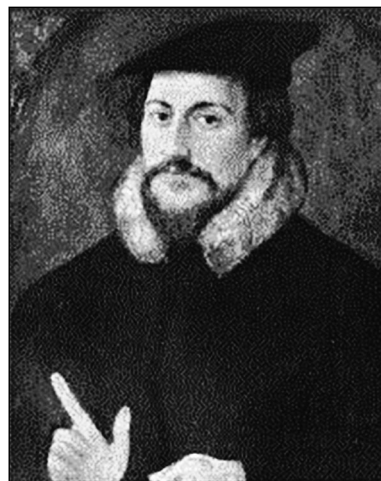


Figura 11 Calvino

Fonte: http://mackenzie.br/teologia/Historia%20da%20Igreja/3%20Movimento%20Reformado/fotos%20-%20MovimentoR/calvino/pages/Calvino%20jovem%202_.jpg.htm

Imagine como uma concepção assim gerava angústia nas pessoas. Elas tinham a necessidade de saber se iriam ser salvas. Apesar de somente Deus possuir esta resposta, os calvinistas acreditavam que havia uma forma de obter indícios para esta questão: tratava-se de obter sucesso no trabalho. Quanto mais sucesso no trabalho, maior era o indício que você era um escolhido de Deus, e dessa forma seria salvo.

Nessa concepção, o cristão estava no mundo para dar glória a Deus, e devia fazê-lo trabalhando. Para tanto era necessário levar uma vida disciplinada cujo resultado só poderia ser o enriquecimento de seus bens materiais. Como bom cristão, ele também não iria esbanjá-los em prazeres e em outras condutas consideradas desonestas.

Segundo Weber, essa ética do trabalho, embora tivesse motivações religiosas, acabou dando suporte para um comportamento indispensável à origem do capitalismo, ou seja, a busca do lucro por

meio do trabalho metódico e racional. Mesmo com o processo de secularização da vida (o declínio da religião na sociedade), a ética do trabalho se expandiu e se consolidou no Ocidente.

Com o tempo, a motivação da busca do lucro se desligou da religião e ganhou vida própria, mas, antes disso, a disciplina advinda do mundo religioso foi condição para o nascimento de uma ética do trabalho. Veja o que o autor nos diz:

O puritano queria tornar-se profissional, e todos tiveram que segui-lo. Pois, quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob este sistema, e não apenas daqueles diretamente atingidos pela aquisição econômica e, e quem sabe o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. (WEBER, 2003, p. 119)

Mais do que a origem do capitalismo, o protestantismo ascético favoreceu também a racionalização da vida. Uma vida metódica, dedicada ao trabalho, de forma disciplinada e ordenada: é nesse sentido que o comportamento do protestante representa uma forma extremamente racionalizada de vida.

A origem do capitalismo, portanto, faz parte de um processo mais amplo, chamado por Weber de “desencantamento do mundo” - porque ele permitiu o estabelecimento de uma ordem social com relação a fins (racional), cujo consenso é obtido por meio de regras e mediante coação, ao mesmo tempo em que permitiu uma série de associações e instituições organizadas de modo racional.

Dessa maneira, a história humana se transformou num processo crescente de racionalização da vida, de abandono das concepções mágicas e tradicionais como justificativa para o comportamento dos homens e para a administração social.

Na obra weberiana *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, encontramos a explicação do calvinismo, com sua doutrina da predestinação como fundamento dogmático da moralidade puritana, e também da forma de uma conduta ética metodicamente racionalizada. A perda de tempo é, portanto, o primeiro e o principal de todos os pecados.

Toda hora de trabalho perdida configura-se em uma perda de trabalho para a glorificação de Deus. Daí resulta como condenada a contemplação passiva do mundo, porque ela não materializa a vontade de Deus sobre a construção do mundo.



Dentro dessa doutrina todos recebem uma vocação divina. Esta vocação não é, como no luteranismo, apenas um destino ao qual todos devem se submeter, mas é um mandamento de Deus para todos. Ele (Deus) quer que

todos trabalhem na sua glorificação. E nessa perspectiva seria na vida profissional que o homem adquire certo treino moral, uma prova do seu estado de graça, fazendo com que consiga cumprir sua vocação. Não é um trabalho em si, mas um trabalho racional, uma vocação, que é pedida por Deus.

Nesta concepção puritana da vocação, a ênfase sempre é posta no caráter metódico da ascese vocacional e não, como pensava Lutero, na aceitação do destino irremediavelmente assinalado por Deus.

Quando Deus aponta para um dos seus eleitos uma oportunidade de lucro, ele deve aproveitá-la com um propósito e, conseqüentemente, o cristão autêntico deve atender ao seu chamado. A riqueza é, portanto, condenável somente na medida em que se constitui uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é condenável somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações.

Querer ser pobre equivale a querer ser doente. A mendicância constitui pecado de preguiça e violação do dever de amor ao próximo. A ênfase no significado ascético de uma vocação fixa propiciou uma justificação ética para a moderna divisão do trabalho. Da mesma forma, a interpretação providencial proporcionou a probabilidade de lucros para os homens de negócio.

A ascese orientava todo o seu vigor principalmente contra uma atitude: a de desfrutar espontaneamente a vida e tudo o que ela tem para oferecer. A idéia do dever do homem para com seus bens aos quais se subordina como administrador, ou até como “máquina” de ganhar dinheiro, estende-se como um peso sobre toda a sua vida. Quanto maiores as posses, mais pesado será o sentimento de responsabilidade se permanecer a mentalidade ascética em conservar a riqueza por meio do infatigável trabalho.

Esse ascetismo secular do protestantismo opunha-se poderosamente ao usufruto das riquezas e restringia o consumo, especialmente o consumo de luxo. Ao mesmo tempo, libertava psicologicamente o luterano para a aquisição de bens, rompendo com os grilhões da ânsia do lucro. A ascese condenava também a produção da riqueza privada, tanto por desonestidade quanto por ganância instintiva. A riqueza não podia ser um fim em si mesma. Esta concepção puritana permitiu a ascensão de vida da burguesia baseada em uma economia racional.

O capitalismo tem um ethos - uma ética peculiar. A obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer caráter eudonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior a “felicidade” ou utilidade do indivíduo, de qualquer forma algo de totalmente transcendental e simplesmente irracional. (WEBER, 2003, p. 135).

Esse processo de racionalização da vida nos ajuda a compreender o modelo de sociedade capitalista. E é, de certo modo, o que Weber chama de desencantamento do mundo por causa da perda de sentido religioso e a gradativa substituição da religião pela ciência, o que acabou por provocar profundas mudanças na

cultura, conforme você já vem percebendo. Do mesmo modo, a expansão da racionalidade ocidental provocou o que Weber chamou de desencantamento do mundo e o que ele dirá que será uma “**prisão de ferro**” para o homem moderno.



Como foi dito anteriormente, para Weber a modernidade se caracteriza pelo processo de racionalização do mundo e, embora esse processo tenha possibilitado aos indivíduos a capacidade de dominar a natureza, principalmente por meio da ciência e da técnica, trouxe também consequências negativas, a saber, a perda de sentido e a de liberdade.

Em relação à perda de sentido, Weber debate que a gradual substituição da religião pela ciência, fenômeno que se dá a partir do uso da razão, traz profundas mudanças na cultura e na ação humana. Porém, essa racionalidade que deveria ser meramente instrumental (meios para se atingir da melhor maneira possível um objetivo) passa a ocupar o lugar da religião, procurando dar respostas ao porquê da nossa existência.

A nossa própria vida social torna-se racionalizada e, à medida que esse processo se aprofunda, nos vemos seres cada vez mais artificiais, imersos na busca incessante de satisfações materiais. É desse modo que a racionalidade ocidental acaba nos aprisionando em uma jaula de ferro, a denominada “prisão de ferro da modernidade”, à qual se remete a idéia da perda de liberdade. O homem se liberta da mitologia e das explicações teológicas e sobrenaturais ou naturalizadas, e torna-se prisioneiro de sua própria criação.



Longe de a racionalidade nos libertar, o que foi largamente defendido e afirmado pelos iluministas, segundo Weber, a racionalidade dos meios tomou conta da existência, já que os homens perderam a capacidade de determinar suas próprias vidas. O capitalismo tornou o trabalho um fim em si mesmo, demonstrando que a racionalidade aumentou, sim, a produtividade, mas à medida que se expandiu escravizou cada vez mais o homem. Nas palavras do autor:

Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascentismo de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como ‘especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado. (WEBER, 2001, p.131).

É por isso que Weber é considerado um pensador pessimista. Ao contrário de Durkheim e Marx, que têm uma imagem ou positiva da modernidade ou que vêem saída para esse processo, Weber não via nenhuma solução, já que a razão que possibilitou avanços para os homens trouxe em si o germe de sua escravidão.

2.2 Burocratização da sociedade

Para Weber, a burocracia é outra manifestação do desencantamento do mundo. Ele estava preocupado com os efeitos sufocantes e desumanizantes do processo de burocratização da sociedade moderna. Ainda segundo ele, a burocracia representa o tipo mais puro de dominação “racional-legal”.

Giddens (2005, p.284-285) listou cinco características da burocracia de acordo com Weber.

1. Existe uma hierarquia definida de autoridade:

Uma burocracia assemelha-se a uma pirâmide, na qual os cargos de maior autoridade estão no topo. Há uma corrente de comando que se estende de cima para baixo, possibilitando que a tomada de decisões seja feita de forma coordenada. As tarefas da organização são distribuídas como “deveres oficiais”, e cada repartição superior controla e supervisiona a que se encontra abaixo dela na hierarquia.

2. Regras escritas regem a conduta dos funcionários em todas os níveis da organização:

Isto não significa que os deveres burocráticos sejam apenas uma questão de rotina. Quanto mais alta for a posição da repartição, maior será a tendência de as regras abrangerem uma ampla variedade de casos e exigirem flexibilidade em sua interpretação.

3. Os funcionários trabalham em tempo integral e são assalariados:

A cada cargo de hierarquia atribui-se um trabalho definido e fixo. Espera-se que os indivíduos construam uma carreira dentro da organização. Há possibilidade de promoção com base na capacidade, tempo de serviço ou ambas.

4. Existe uma separação entre as tarefas de um funcionário dentro da organização e a vida externa deste:

A vida doméstica do funcionário difere das atividades que ele realiza no local de trabalho, havendo também uma separação física entre elas.

5. Nenhum membro da organização possui os recursos materiais utilizados no trabalho:

O desenvolvimento da burocracia, segundo Weber, afasta os trabalhadores do controle dos meios de produção. Nas comunidades tradicionais era comum os agricultores e os artesãos terem controle sobre seus processos de produção e trabalharem com suas próprias ferramentas. Nas burocracias, os funcionários não são donos dos escritórios nos quais trabalham, nem das mesas às quais se sentam ou do maquinário que utilizam.



Weber apontava que quanto mais a organização se aproximasse do tipo ideal de burocracia (ideal não significa melhor, mas a forma mais pura de organização burocrática) mais eficaz ela seria nos objetivos fins.

Ao estudar as características da burocratização, Weber ficou preocupado com possíveis conseqüências nefastas que esses processos trariam para os seres humanos. Primeiramente, apontou os possíveis efeitos alienantes da burocracia sobre os trabalhadores, sobretudo os mais desqualificados, pois os que ocupam níveis inferiores, inevitavelmente, ficariam reduzidos à realização de tarefas repetitivas.

Outro problema que ele apontava com a crescente burocratização era a possibilidade do enfraquecimento da democracia. Segundo ele, quanto mais a burocracia do Estado se expande e quanto maior a complexidade dos problemas ocasionados pela modernidade, mais entraves são criados para a democracia, isto porque, com a burocracia, os cidadãos se distanciam das decisões fundamentais, cabendo a eles apenas escolher aqueles que farão parte dos quadros do governo.

Será que Weber tinha razão em se preocupar com o processo de burocratização?

Vamos ler o que nos aponta Giddens, (2005, p. 293).

As preocupações de Weber não estavam totalmente deslocadas. Nos antigos países comunistas, houve a formação de enormes burocracias para administrar a economia centralizada e a rede de serviços sociais. Essas burocracias evoluíram para blocos próprios fortificados de poder, os quais foram controlados, somente com muita dificuldade, até o último instante da era comunista, pelas forças políticas. Esses fenômenos, entretanto, não se restringem aos antigos estados comunistas. Até mesmo no ocidente existem episódios documentados de conflitos ocorridos nos níveis mais altos entre os interesses burocráticos e os interesses políticos.

Agora que já estudamos alguns dos principais conceitos desenvolvidos por Max Weber, vamos discutir como eles foram retomados por outros teóricos e são utilizados para nos ajudar a compreender alguns fenômenos sociais.

Seção 3 - Estratificação, mobilidade e mudança social

Um dos grandes problemas da sociedade contemporânea é a desigualdade entre indivíduos e grupos. A Sociologia discute esse problema com o termo **estratificação social**. Geralmente, quando pensamos em estratificação logo nos vem à mente a desigualdade social, não é mesmo? Mas também podemos falar de estratificação em termos de gênero, idade, religião, etc.

Dependendo do local ocupado por um indivíduo dentro da estratificação ele receberá um acesso diferente e/ou desigual às recompensas. Podemos definir estratificação como as desigualdades estruturadas entre diferentes grupos de pessoas, isto é, o modo como a sociedade está organizada em camadas ou estratos. Nessa hierarquia, os mais favorecidos encontram-se no topo e os menos, na base.

Podemos definir que, historicamente, existiram quatro sistemas de estratificação nas sociedades humanas: a casta, a escravidão, o estamento e a classe.

Vamos ver como Giddens (2005, p.234) apresenta cada uma delas, no texto que segue:

A **escravidão** é uma forma extrema de desigualdade na qual alguns indivíduos são literalmente propriedade de outros. Enquanto instituição, a escravidão foi gradualmente erradicada, tendo quase que completamente desaparecido do mundo atual.

A **casta** associa-se sobretudo às culturas do subcontinente indiano e da crença hindu do renascimento. Acreditava-se que os indivíduos que não fossem fiéis aos rituais e aos deveres de sua casta renasceriam em uma posição inferior na próxima encarnação. Os sistemas de castas estruturam o tipo de contato que pode ocorrer entre membros de diferentes *status* sociais.

SEGUE ►

Os **estamentos** fizeram parte de muitas civilizações tradicionais, incluindo o feudalismo europeu. Os estamentos feudais consistiam em estratos que possuíam diferentes obrigações e direitos entre si. Na Europa, o estamento mais alto era composto pela aristocracia e pela pequena nobreza; o clero formava outro estamento; e os plebeus (servos, mercadores e artesãos) compunham o chamado 'terceiro estamento'.

Os sistemas de **classe** diferem em muitos aspectos da escravidão, das castas e dos estamentos. Podemos definir uma classe como um agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de estilo de vida que podem levar. A posse de riquezas e a profissão são as bases principais das diferenças de classe.

Ao lermos com atenção os conceitos acima, perceberemos que as classes se diferem das antigas formas de estratificação em vários sentidos. São eles:

- a) no sistema de classe há algum tipo de mobilidade social. Assim, o indivíduo que nasce em uma determinada classe pode passar para outra;
- b) diferentemente de outros estratos, as classes não são dadas por providências legais ou religiosas. Não há fronteiras claras entre uma classe e outra;
- c) nas classes o fator determinante de distinção é o econômico. Nos demais sistemas de estratificação, outros fatores são importantes, como a influência da religião no sistema indiano, por exemplo.

A maior parte das análises sociológicas sobre estratificação social tem como referência as teorias de Marx e Weber. Neste texto apresentaremos os principais conceitos de Weber sobre estratificação e mobilidade social.

Weber e a teoria da estratificação

A análise de Weber sobre a estratificação foi desenvolvida a partir da teoria de Marx, porém, ela foi modificada e de certa forma aperfeiçoada. Assim como Marx, Weber considerava que a sociedade se caracterizava por conflitos. No entanto, o primeiro via os conflitos de classe e os temas econômicos como centro de todas os conflitos sociais. Já o segundo desenvolveu uma visão multidimensional da sociedade. Para Weber, a estratificação social é mais ampla do que a questão de classe, abrangendo também *status* e partido.

Ainda segundo ele, a posição de classe vai além da questão de ser ou não proprietário dos meios de produção. A situação de classe é determinada pela “situação de mercado” da pessoa, isto inclui, além das posses de bens, o nível educacional e o grau de habilidade técnica. Weber também destaca que os gerentes dispõem de condições mais favoráveis de trabalho que os operários, por exemplo. E mostra que os trabalhadores que possuem maior qualificação têm maior possibilidade de negociação do que os trabalhadores com menor nível de instrução.

Na teoria de Weber o *status* refere-se a diferenças existentes entre grupos sociais em relação ao prestígio e honra, conferidas pelos demais. E, diferentemente de Marx, para Weber o *status* não está diretamente ligado à classe.



Pense, por exemplo, em grupos de minorias étnicas que migraram recentemente. Eles podem possuir uma renda relativamente alta, mas o prestígio pode ser baixo. Outro exemplo são os “novos ricos” ou “emergentes”, que são muitas vezes desprezados pelos ricos bem estabelecidos, sendo ridicularizados por não terem o mesmo hábito que eles.

Para Weber, outro componente importante na estratificação social é o partido. Na terminologia do autor, partidos não se restringem a grupos políticos, mas a organizações que procuram impor sua vontade a outros. “O partido define um conjunto de

indivíduos que trabalham juntos por terem formação, objetivos e interesses comuns.” (Giddens, 2005, p. 237). Os partidos podem apelar para causas que ignoram as diferenças de classe, podendo afiliar-se em questões religiosas ou ideais nacionalistas.

A teoria de Weber sobre estratificação trouxe uma importante contribuição, sobretudo, por mostrar que a estratificação de uma sociedade vai além da desigualdade de classe, mas tem como fonte o partido e o *status*. Enquanto Marx discutia como estratificação as divisões de classe, Weber ampliou a discussão, mostrando a complexa interconexão entre classe, status e partido.



Saiba mais

Estratificação e Gênero

Mesmo com uma abordagem bastante ampla da teoria de Weber sobre estratificação social, alguns pontos centrais ficaram de fora de sua análise, como foi o caso da estratificação e gênero.

Na realidade, a temática do gênero só entrou na agenda sociológica no fim dos anos 70. Assim, durante muitos anos as pesquisas sobre estratificação social não enxergavam o gênero. Dessa forma, parecia que as mulheres não existiam, ou não mereciam ser consideradas na análise.

Mobilidade e mudança social

Ao estudarmos a temática da estratificação, já vimos que não podemos considerar apenas as diferentes posições econômicas, ou mesmo profissionais, mas sim verificar como é a vida de cada integrante de determinado estrato social.

Mobilidade social é o conceito usado para designar mudanças de indivíduos e grupos entre diferentes posições socioeconômicas. A mobilidade vertical refere-se ao movimento de subida ou descida dentro da escala socioeconômica. Nas sociedades contemporâneas acontece também a mobilidade lateral, que se refere a deslocamento geográfico entre bairros, cidades e regiões.

Quando o presidente Lula foi eleito em 2002, muitos jornais enfatizaram que era inédito no Brasil um presidente da República oriundo de classes populares, isto porque o Brasil é marcado pela pouca alteração de sua estrutura social.



Saiba mais

Para concluir o estudo desta seção, confira no Saiba Mais desta unidade o texto *A gangorra social brasileira*, de José Pastore, que apresenta importantes considerações sobre a temática da mobilidade social.

SEÇÃO 4 - Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico

Como vimos anteriormente, Weber fez críticas às teorias de Marx. Entre outros aspectos, argumentou que o desenvolvimento do capitalismo moderno não deveria ser interpretado apenas por circunstâncias econômicas favoráveis, como Marx havia apontado.

Como já estudamos nesta unidade, Weber relacionou o surgimento do capitalismo com o desenvolvimento do protestantismo. Em suas obras, ele destacou a importância de se compreender o sentido (ou motivo) dado pelos atores ao desenvolverem determinada ação social.

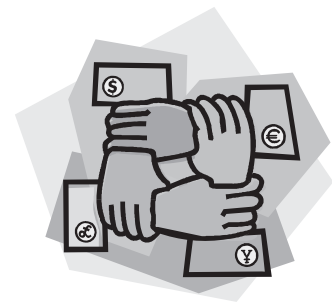
A idéia de que significados subjetivos e motivos devem ser levados em consideração na análise sociológica foi uma grande contribuição de Weber para a Sociologia clássica e contemporânea. Essa ênfase em significados subjetivos do ator social encontrou espaço na Sociologia norte-americana do início do século XX.

Nessa época, os sociólogos americanos centravam a discussão no sujeito, ou nas relações entre sujeito e sociedade. Este era o foco principal da “Escola de Chicago”. Situada na Universidade de Chicago, foi o principal departamento de Sociologia nos Estados Unidos até a segunda grande guerra. Essa escola teve como um de seus principais representantes George Herbert Mead (1863-1931), cujo trabalho resultou na abordagem do Interacionismo Simbólico.

O **interacionismo simbólico** aparece com a preocupação com a linguagem e o significado. “Mead sustenta que a linguagem permite que nos tornemos seres autoconscientes -côncios de nossa própria individualidade e capazes de nos vermos a partir de fora, como os outros nos vêem. O elemento-chave nesse processo é o símbolo.” (Giddens, 2005, p. 36)

O símbolo é algo representativo de outra coisa. A palavra “copo”, por exemplo, é um símbolo do utensílio que usamos para beber água. Além de palavras, os gestos e outras formas de comunicação não-verbais também são símbolos. Sorrir para alguém ao entrar no elevador tem um valor simbólico.

Da mesma forma que pedir desculpa ao esbarrar com um desconhecido na rua. São símbolos que os membros da sociedade compartilham.



De acordo com Mead, os seres humanos dependem de símbolos e conhecimento compartilhado para viverem. Como vivemos em um ambiente ricamente simbólico, potencialmente todas as interações entre indivíduos envolvem uma troca de símbolos.

O interacionismo simbólico dirige a atenção do sociólogo ao detalhe da interação interpessoal e como esse detalhe é usado para dar sentido ao que os outros dizem e fazem. Para entendermos melhor o que isso significa, vamos ler a citação de Bryn (2006, p.19) no quadro e perceber como a abordagem do interacionismo simbólico pode nos ajudar a compreender fenômenos sociais.

Se um policial descobre uma pessoa morta ao volante de um carro que bateu em uma árvore, pode ser difícil determinar se a morte foi um acidente ou suicídio. Entrevistar parentes e amigos a fim de descobrir o estado de espírito do motorista antes do acidente pode ajudar a eliminar a possibilidade de suicídio. Como o exemplo ilustra, compreender a intenção ou o motivo do ator social é fundamental para se compreender o significado de uma ação. Um estado mental deve ser interpretado antes que um corpo se torne uma estatística de suicídio.

Para os parentes e amigos, o suicídio é sempre doloroso e, algumas vezes, embaraçoso. Companhias de seguro frequentemente negam pagamento aos beneficiários em casos de suicídio. Como resultado, os médicos legistas podem ver-se inclinados a classificar uma morte como acidental sempre que tal interpretação seja plausível. Sendo humanos, eles podem querer minimizar o sofrimento da família após um acontecimento tão terrível e, nesse sentido, alguns sociólogos acreditam que as taxas de suicídio baseadas em estatísticas oficiais tendem a ser cerca de um terço menor do que as taxas verdadeiras.

O estudo do lado subjetivo da vida social esclarece muitas inconsistências como essas e nos ajuda a ir além da imagem oficial, aprofundando nossa compreensão acerca de como a sociedade opera e complementando intuições advindas de análises do nível macro. Além disso, ao enfatizar a importância e validade dos significados subjetivos, os interacionistas também aumentam a tolerância em relação a pontos de vista não-oficiais, minoritários e divergentes.

Você chegou ao final desta unidade. Ao estudá-la, você identificou a contribuição de Weber para a Sociologia. Compreendeu o processo de racionalização da sociedade moderna e entendeu a relação indivíduo/sociedade para Weber. Conheceu, também, o processo de estratificação, mobilidade e mudança social, além de ter compreendido o interacionismo simbólico.

[illegible]



2. Vamos pensar no sistema de estratificação social no Brasil. Como estará o sistema de estratificação brasileiro nos próximos 10 anos? Ele será diferente do atual? Por quais razões?

3. Em sua cidade há bairros considerados bons e ruins? Compare a quantidade e a qualidade de construções públicas como parques, escolas, hospitais em dois bairros de sua cidade (um considerado bom e outro ruim). Como se dá a distribuição dessas construções públicas nos dois bairros? Você percebe a relação entre status econômicos e construções públicas? Como se dá essa relação?



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade.

- Saiba Mais sobre a seção 3 lendo o texto *A gangorra social Brasileira*, de José Pastore (2007), que segue:

A gangorra social brasileira

Quando nos concentramos nos problemas do dia-a-dia do desemprego, da doença, do crime e da violência, temos a impressão que o Brasil anda para trás. É comum dizer-se que a sociedade brasileira empobrece cada vez mais e que a classe média está acabando.

O exame dos dados em uma perspectiva histórica, porém, oferece um outro quadro. Com a colaboração de Nelson do Valle Silva, e prefácio de Fernando Henrique Cardoso, acabo de publicar um livro sobre *Mobilidade Social no Brasil* (Makron Books, 2000) que examina o que aconteceu com as classes sociais ao longo de todo o século XX.

A mobilidade social no Brasil é intensa. No Brasil do passado (1900-70), a mobilidade social girou em torno de 58%. Nos tempos mais recentes (1970-2000), aumentou para 63%.

Trata-se de um volume de mobilidade bastante expressivo e superior ao de vários países desenvolvidos, como é o caso da Inglaterra, onde a mobilidade é de 59%, da Suíça (55%), Áustria (52%), Alemanha e Itália (53%) e vários outros. A mobilidade social só é maior do que a do Brasil na Austrália (69%) e Estados Unidos (67%).

A mobilidade social pode ser para cima ou para baixo. Algumas pessoas sobem em relação aos seus pais; outras descem. No Brasil, cerca de 79% dos chefes de família estão em posição superior a de seus pais.

Junto com o grande volume de mobilidade social, porém, verifica-se que a estrutura social brasileira permanece desigual. Por exemplo, a classe alta que, no passado, era formada de 3,5% dos brasileiros, hoje, chega a quase 5%. Trata-se de um aumento substancial, sem dúvida. Mas esse estrato continua pequeno e de difícil acesso. A classe média alta, igualmente, engloba apenas 7,5% das famílias. Por outro lado, cerca de 48% dos brasileiros pertencem às classes baixas (inferior e superior).

SEGUE ►

Como interpretar essa conjugação de mobilidade com desigualdade? A pesquisa realizada com base em uma amostra dos chefes de família de todo o Brasil ao longo de várias décadas mostrou que a maioria dos brasileiros sobe pouco na escala social, e a minoria sobe muito. Isso torna a estrutura social bastante dinâmica e, ao mesmo tempo, espichada. Daí a coexistência de mobilidade e desigualdade.

A pesquisa revelou mudanças no tipo de mobilidade social. No passado, a maioria da mobilidade era do tipo *estrutural* – ou seja, as pessoas subiam na estrutura social porque se abriam novos postos de trabalho com melhores oportunidades para as pessoas que os preenchiam – estivessem elas preparadas ou não para as funções. Hoje, já desponta a mobilidade *circular* – aquela em que, para uma pessoa ocupar uma posição mais alta, outra tem de desocupá-la (por troca, aposentadoria ou morte). Em outras palavras, a mobilidade social começa a ser determinada por elementos de competição no mercado de trabalho, o que é comum nos países mais avançados, onde é grande o papel da educação.

Está mudando também a geografia da mobilidade. No passado, em especial nos anos 60 e 70, o grosso da ascensão social ocorreu nas grandes metrópoles, em especial, nas zonas industriais, consideradas como o paraíso dos empregos. Hoje, a mobilidade se desloca para as cidades do interior, acompanhando a diversificação das atividades da agricultura, *agrobusiness*, comércio, serviços e indústrias que se mudaram para regiões mais favoráveis.

Para o futuro, espera-se a manutenção das altas taxas de mobilidade social e uma acentuação da mobilidade circular no interior do País, o que exigirá muita capacidade para concorrer e vencer em mercados mais competitivos.

Por isso, você que é jovem, considere seriamente o Brasil do interior e estude o que mais que você puder. Para subir socialmente deverá decrescer o papel da “herança social”, do “pistolão” e do apadrinhamento, e crescer a importância da educação e da competência profissional.

Leia também as seguintes obras:

- BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRYN, Robert [et al] **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CASTRO, Ana Maria de; DIAS Edmundo Fernandes (org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- COHN, Gabriel, (org.); FLORESTAN Fernandes (coord.). **WEBER**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1997.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2002.
- DIGGINS, John Patrick. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1987.
- GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (Organização e introdução). **Max Weber**: ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos S. A., 1982.

- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**. Itajaí: Univali/ Edifurb, 2001.
- TRAGTENBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Atual, 1988.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.
- _____. **Sobre as teorias das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1994. VI.
- _____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.
- _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. Parte 1.

Sociologia e Sociedade



Objetivos de aprendizagem

- Entender alguns componentes básicos da sociedade e da Sociologia contemporânea.
- Compreender a questão dos direitos humanos no contexto do multiculturalismo e nacionalismo.
- Compreender os conceitos de raça, etnicidade, migração e xenofobia.
- Entender as principais questões relacionadas a gênero e sexualidade.
- Conhecer a Sociologia do corpo.
- Perceber a importância das questões relativas à ecologia, no contexto do desenvolvimento da sociedade moderna, e as consequências à vida desta e das próximas gerações.



Seções de estudo

- Seção 1** Sociedade e Cultura: identidade, padrão cultural e etnocentrismo.
- Seção 2** Direitos humanos, multiculturalismo e nacionalismo.
- Seção 3** Raça, etnicidade, migração e xenofobia.
- Seção 4** Gênero e sexualidade.
- Seção 5** Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento.
- Seção 6** A crise ecológica: o crescimento da população; riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente.



Para início de estudo

Nesta unidade você terá uma visão panorâmica a respeito de questões que envolvem a sociedade e preocupam a Sociologia contemporânea. Na primeira seção, você verá a importância e as implicações da identidade cultural e seus padrões, a problemática do etnocentrismo expresso no domínio da cultura do centro das sociedades mais desenvolvidas tecnologicamente.

Na segunda seção, terá contato com uma discussão envolvendo a questão dos direitos humanos, pretensamente universais e situados num contexto com tendências apontando para uma espécie de multiculturalismo nacionalista globalizado.

Você irá mergulhar em questões ainda mais polêmicas na sociedade e também para a Sociologia na terceira seção. Raça, etnicidade, migração e xenofobia são questões polêmicas, longe de consensos, e que acompanham a evolução das sociedades há muito tempo, mas com mais ênfase na sociedade moderna e contemporânea.

Já na quarta e quinta seções, estarão em foco as principais questões relacionadas a gênero e sexualidade, bem como os principais aspectos relacionados à sociologia do corpo, temas bastante atuais em nossa sociedade contemporânea.

Por fim, na sexta seção, você será convidado a uma reflexão mais aprofundada a respeito da sociedade moderna e aquilo que o ser humano vem produzindo em relação à ecologia, isto é, os riscos e impactos que o chamado desenvolvimento moderno vem produzindo ao ambiente de reprodução da vida. São preocupações que envolvem todas as sociedades de todos os continentes, pois tratam-se de questões globalizadas, sistêmicas, que afetam a todos os ocupantes deste planeta, todas as formas de vida.

Pelo que foi possível perceber, trata-se uma unidade que apresenta riqueza e amplitude de conteúdos. Preparado para ampliar mais ainda seus conhecimentos?

Vamos começar!

SEÇÃO 1 - Sociedade e Cultura: identidade, padrão cultural e etnocentrismo

Nesta seção, veremos parte da diversidade da vida e da cultura humanas, desenvolvidas nos diferentes modos de vida do ser humano. Não há um conceito de cultura que tenha uma aceitação universal. Na linguagem sociológica, cultura é o que é resultado da criação humana.

Um conceito clássico de cultura é o de Tylor (1954 apud CANDAU, 2007) “um todo complexo que abarca conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como integrante da sociedade”.

Cultura não é herança biológica, mas capacidades desenvolvidas pelo ser humano por meio do convívio social. Todos os seres humanos possuem cultura. Ela não é exclusiva de pessoas letradas. Tanto a mais simples e isolada sociedade tribal quanto a mais complexa sociedade possuem cultura. Evidentemente, são culturas diferentes. É inaceitável se ouvir dizer de pessoas ou grupos a expressão: “é sem cultura”.

Cada povo, cada sociedade tem sua cultura, tem o seu modo de vida, resultante do convívio que desenvolveu para a adaptação às condições ambientais. Mas a cultura é também resultante da transformação da natureza pelo homem, com o seu trabalho.



Para Giddens (2005, p.38), a cultura “refere-se às formas de vida dos membros ou grupos de uma determinada sociedade; como se vestem, seus costumes matrimoniais e vida familiar, seus padrões de trabalho, cerimônias religiosas e ocupações de lazer”. Ainda pode-se dizer que é um sistema de inter-relações que conecta os indivíduos uns com os outros.

As sociedades são unidas porque os seus membros estão organizados e estabelecem relações sociais, orientadas por uma única cultura. Cultura e sociedade estão tão interligadas que nenhuma existir e sem a outra. Ambas constituem os alicerces essenciais da condição de “seres humanos”.



Figura 12: Índio brasileiro. Cena do filme Tainá.

Fonte: <<http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/taina-2/taina-2-04.jpg>>

Normalmente, quando os sociólogos se referem à cultura, subentendem aqueles aspectos da vida humana que são aprendidos e que tornam possível a cooperação e a comunicação entre os seres humanos, formando um contexto comum, em uma sociedade em que vivem as suas vidas.

O que normalmente é considerado fundamental em todas as culturas são as idéias que definem o que é considerado importante, válido e desejável. São essas idéias abstratas ou valores que dão sentido e direção aos seres humanos, enquanto interagem no mundo social. A monogamia – ser fiel a um único parceiro sexual – é um exemplo de valor que é proeminente na maioria das sociedades ocidentais. (GIDDENS, 2005).

As normas e regras estabelecem comportamentos que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. Os valores e as normas trabalham em conjunto para estabelecer a forma como os membros de uma cultura se comportam dentro dos seus limites.

Em culturas que enfatizam a valorização do conhecimento, há normas culturais que encorajam os estudantes a dedicarem grande energia aos estudos. Em uma cultura que dá muito valor à hospitalidade, as normas culturais orientam para a cortesia.



Os valores e as normas variam muito entre as diferentes culturas. Algumas valorizam muito o individualismo, enquanto outras dão ênfase a necessidades em comum.

Um exemplo pode deixar isso mais claro. A maioria dos alunos na Grã-Bretanha se sentiria ultrajada em encontrar outro estudante “colando” em um exame. Lá, copiar do trabalho de outra pessoa vai contra os valores centrais da realização individual, de igualdade de oportunidade, de trabalho duro e de respeito às regras. Estudantes russos ficariam perplexos diante do sentimento dos colegas britânicos. Ajudar um ao outro a passar em um exame reflete o valor que os russos dão à igualdade e à solução coletiva de problemas. Pense a respeito da sua própria reação a esse exemplo. O que isso diz em relação aos valores de sua sociedade? (GIDDENS, 2005).

Os valores culturais podem ser contraditórios, dentro de uma mesma sociedade ou comunidade. Alguns grupos ou indivíduos podem valorizar crenças religiosas tradicionais, enquanto outros podem enfatizar o progresso e a ciência; algumas pessoas preferem conforto material e sucesso, outras podem preferir a simplicidade e a vida tranqüila.

Em nossa época de mudanças, tomada pelo movimento global das pessoas, das idéias, dos bens e da informação, não é surpreendente que encontremos exemplos de valores culturais em conflito.

Os valores culturais e as normas também mudam no decorrer do tempo. Algumas normas que consideramos hoje como naturais em nossas vidas pessoais, como relações sexuais pré-matrimoniais e casais vivendo juntos sem estarem casados, eram valores inaceitáveis há poucas décadas. Os valores que orientam nossos relacionamentos sociais ou íntimos evoluem gradual e naturalmente no decorrer dos anos.

Giddens (2005, p. 39) mostra por meio de alguns exemplos como acontece a mudança da cultura e dos valores. Confira no texto a seguir.

Em janeiro de 2000, uma comissão do governo japonês publicou um relatório que resumiu as principais metas para o Japão no século XXI. Diante da recessão econômica, do crescimento das taxas de criminalidade e do alto desemprego, a comissão foi formada pelo primeiro ministro e recebeu a tarefa de planejar um novo rumo para o país nas décadas seguintes.

As principais descobertas da comissão surpreenderam muitas pessoas: os cidadãos japoneses precisam perder o seu apego a alguns dos seus valores se o país quiser enfrentar as suas atuais mazelas sociais com sucesso. A comissão concluiu que a cultura japonesa dá valor demais à conformidade e à igualdade e apontou a necessidade de ação para reduzir o “grau excessivo de homogeneidade e uniformidade” na sociedade.

Ressaltou algumas facetas básicas da vida japonesa que refletem essa conformidade: quase todos os estudantes japoneses usam uniformes azuis-escuros idênticos que cobrem traços de individualidade, enquanto empregados ficam até tarde no escritório, mesmo que sem necessidade, em função de uma regra tácita sobre sair do trabalho cedo. Esses valores, conclui a comissão, impedem o povo japonês de adotar noções de habilitação individual que seriam essenciais nos anos seguintes.

Normas e valores culturais são profundamente incrustados e é muito cedo para dizer se um mandato governamental terá sucesso em alterar os valores japoneses tradicionais. Entretanto, uma expressão comum japonesa – “prego saliente o martelo ajeita” – sugere que talvez seja preciso algum tempo e esforço antes que os valores culturais japoneses da conformidade e do auto-apagamento sejam enfraquecidos.

Muitos de nossos comportamentos e hábitos do cotidiano são fundados em normas culturais como, movimentos, gestos e expressões são fortemente influenciadas por fatores culturais. Um exemplo disso é a forma como as pessoas sorriem.

Entre os esquimós da Groelândia não há forte tradição do “sorriso público”, comum na Europa e América. Isso não significa que os esquimós sejam frios ou pouco amigáveis, simplesmente não é comum à prática do sorriso ou de troca de brincadeiras. Há a crença de que o sorriso e atitudes polidas dirigidas aos clientes são essenciais às práticas de negócio competitivas. Clientes que são abordados com sorrisos e que recebem um “bom dia” têm mais chance de se tornarem compradores freqüentes.

Com a expansão da indústria de serviços na Groelândia nos últimos anos, hoje, em muitos supermercados, vídeos de treinamento sobre técnicas amigáveis são apresentados e vendedores e outros são mandados ao exterior para cursos de treinamentos.

Não são apenas as crenças culturais que diferem através das culturas. A diversidade das práticas e do comportamento humano é também notável. Formas aceitáveis de comportamentos variam amplamente de cultura para cultura e, com frequência, contrastam drasticamente com o que as pessoas consideram normal.

No Ocidente moderno, consideramos crianças com idade entre 12 ou 13 anos como sendo muito novas para o casamento. Mas em algumas culturas, casamentos são arranjados entre crianças dessa idade como algo natural. No Ocidente, comemos ostras, mas não comemos gatinhos ou cães de estimação, sendo que ambos são considerados especiarias em muitas partes do mundo.

Os judeus não comem carne de porco, enquanto os indianos a comem, mas evitam carne de gado. Os ocidentais consideram beijar como uma parte normal do comportamento sexual e afetivo, mas em muitas outras culturas essa prática é tanto desconhecida como considerada repulsiva. Todos esses diversos traços de comportamento são aspectos de amplas diferenças culturais que distinguem as sociedades umas das outras. (GIDDENS, 2005).

Falando então em subculturas, essas não se referem somente a grupos étnicos ou lingüísticos dentro de uma sociedade maior. Elas dizem respeito a quaisquer segmentos da população que são distinguíveis do resto da sociedade por seus padrões culturais.

As subculturas têm âmbitos muito amplos e podem incluir naturalistas, góticos, *hackers*, *hippies*, *rastafaris*, fãs de *hip-hop* ou torcedores de times de futebol. Algumas pessoas podem se identificar claramente com uma cultura particular, enquanto outras podem se movimentar facilmente entre um número diferente delas. (GIDDENS, 2005).



A cultura tem papel importante em perpetuar os valores e as normas de uma sociedade, mas também oferece oportunidades importantes para a criatividade e a mudança.

Subculturas e contraculturas – grupos que rejeitam em grande medida os valores e as normas predominantes da sociedade – podem promover idéias que mostrem alternativas à cultura dominante. Movimentos sociais ou grupos de pessoas que dividem estilos de vida comuns são forças poderosas de mudança dentro das sociedades. Desse modo, subculturas permitem a liberdade de as pessoas se expressarem e agirem segundo suas opiniões, expectativas e crenças. (GIDDENS, 2005).

Neste contexto, as subculturas, normalmente, pretendem ser entendidas a partir dos parâmetros das culturas dominantes, – fato também compreendido na Sociologia como visão etnocêntrica – o que produz situações desagradáveis.

O **etnocentrismo** é uma visão do mundo em que o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo, e todos os outros são pensados e sentidos a partir dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.

No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. (ROCHA, 1999).



O etnocentrismo pode ser entendido como uma atitude na qual a visão ou avaliação de um grupo sempre estaria sendo baseada nos valores adotados pelo seu grupo, como referência, como padrão de valor. Trata-se de uma atitude discriminatória e preconceituosa.

Basicamente, encontramos em tal posicionamento um grupo étnico sendo considerado como superior a outro. Um grupo pode ter menor desenvolvimento tecnológico como, por exemplo, os habitantes anteriores aos europeus que residiam nas Américas, na África e na Oceania, se comparado a outro, mas possivelmente, é mais adaptado a determinado ambiente, além de não possuir diversos problemas que esse grupo “superior” possui.

É importante que fique claro o que é hoje consenso entre cientistas sociais, que não existem grupos superiores ou inferiores, mas grupos diferentes.

Neste sentido, Giddens (2005) afirma que o etnocentrismo é a prática de julgar outras culturas comparando-as com a nossa. Uma vez que as culturas humanas variam tanto, não é surpreendente que pessoas vindas de uma outra cultura achem difícil simpatizar com as idéias ou com o comportamento daqueles de uma cultura diferente.

Na verdade, percebe-se pela literatura que há uma tendência do homem nas sociedades de repudiar ou negar tudo que lhe é estranho ou não está de acordo com suas tendências, costumes e hábitos. Pela História, sabemos que na civilização grega o bárbaro era o que “transgredia” toda a lei e costumes da época, é etimologicamente semelhante ao homem selvagem na sociedade ocidental.



Figura 13: Culto afrobrasileiro

Fonte: < <http://orbita.starmedia.com/~hyeros/cultosafrobras014.html> >

Perguntar sobre o que é etnocentrismo segundo Rocha (1999) é indagar sobre um fenômeno no qual se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano – sentimento e pensamento – vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades, como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas.

Assim, a colocação central sobre o etnocentrismo pode ser expressa como a procura de sabermos os mecanismos, as formas, os caminhos e razões, pelos quais tantas e tão profundas distorções se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que fazemos da vida daqueles que são diferentes de nós. Este problema não é exclusivo de uma determinada época nem de uma única sociedade.

Toda cultura tem seus padrões de comportamento, os quais parecem estranhos às pessoas de outras formas culturais. Aspectos da vida cotidiana que você inconscientemente toma como comuns em sua própria cultura podem não ser parte da vida diária em outras partes do mundo.

Em países que compartilham a mesma língua, hábitos cotidianos, costumes e comportamentos podem ser bem diferentes. A expressão “choque cultural” é realmente apropriada. Frequentemente as pessoas se sentem desorientadas quando ficam imersas em uma nova cultura; isto acontece porque elas perderam pontos de referência familiares que as ajudam a entender o mundo ao seu redor e ainda não aprenderam como navegar em uma nova cultura. (GIDDENS, 2005).

As culturas geralmente são difíceis de serem compreendidas de fora. Temos dificuldades de entender as práticas e as crenças separadamente das culturas mais abrangentes de que fazem parte. Uma cultura tem que ser estudada em termos de seus próprios significados e valores, o que é uma suposição chave da Sociologia.

Como pano de fundo da questão etnocêntrica, Rocha (1999) descreve como acontece a experiência do choque cultural. Confira no exemplo que segue.



Conhecemos o grupo do “eu”, o “nosso” grupo, que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita nos mesmos deuses da mesma forma, dá à vida significados comuns.

Aí, então, nos deparamos com um “outro”, o grupo do “diferente” que nem sequer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis. E, mais grave ainda, este “outro” também sobrevive à sua maneira, gosta dela, também está no mundo e, ainda que diferente, também existe.

O grupo do “eu” faz da sua visão a única possível, a melhor, a superior, a certa. O grupo do “outro” fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta num considerável reforço da identidade do “nosso” grupo.

De qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior. É representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. Os outros são os selvagens, os bárbaros.

São qualquer coisa menos humanos, pois, estes somos nós.

O etnocentrismo é reforçado pela indústria cultural, que interfere na nossa vida cotidiana, por intermédio da televisão, jornais, revistas, propagandas, cinema, rádio. Nossas atitudes frente a outros grupos sociais com os quais convivemos são, muitas vezes, repletas de atitudes etnocêntricas.

Rotulamos e aplicamos estereótipos por meio dos quais nos guiamos para a vida. As idéias etnocêntricas que temos sobre mulheres loiras, negros, empregados, surfistas, pobres, dondocas, velhos, caretas, gays, lésbicas e todos os demais “outros” são uma espécie de “conhecimento”, um “saber” baseado em formulações ideológicas, que no fundo transforma a diferença pura e simples num juízo de valor perigosamente etnocêntrico.

Mas existem idéias que se contrapõem ao etnocentrismo. Uma das mais importantes é a da **relativização**. Segundo Giddens (2005), quando vemos que as verdades da vida são menos uma questão de essência das coisas e mais uma questão de posição: estamos relativizando. Quando compreendemos o “outro” nos seus próprios valores e não nos nossos, estamos relativizando.

Relativizar, para o mesmo autor, é ver as coisas do mundo como uma relação capaz de ter tido um nascimento, capaz de ter um fim ou uma transformação. Ver as coisas do mundo como a relação entre elas. Ver que a verdade está mais no olhar que naquilo que é olhado.



Relativizar é não transformar a diferença em hierarquia, em superiores e inferiores ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza por ser diferença.

A diferença é ameaçadora porque fere nossa própria identidade cultural. Suspender as próprias crenças culturais profundamente sustentadas e examinar uma situação de acordo com os padrões de outra cultura pode ser repleto de incerteza e desafio.

Algumas questões que refletem essas incertezas podem ser levantadas para reflexão neste final de seção: como aquele mundo de doidos pode funcionar? Como é que eles fazem? Eles só

podem estar errados ou tudo o que eu sei está errado? Não, a vida deles não presta, é selvagem, bárbara, primitiva! O relativismo cultural significa que todos os costumes e comportamentos são igualmente legítimos? Haveria padrões universais aos quais os homens deveriam aderir?



Convidamos você a refletir sobre os questionamentos anteriores.

E para auxiliar nesta reflexão, recomendamos dois filmes que retratam o choque cultural no Brasil: *A Missão* e *Brincando nos campos do Senhor*.

SEÇÃO 2 - Direitos humanos, multiculturalismo e nacionalismo

Você verá, nesta seção, que a questão dos direitos humanos parece ser um dos grandes desafios do momento atual da humanidade. Num mundo onde parece que só uns têm lugar, a dignidade para todos os seres humanos é um caminho longo a ser percorrido, é algo a ser conquistado, é o amanhã.

Para Santos (2004), enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como localismo globalizado - uma forma de globalização “de-cima-para-baixo”. Serão sempre um instrumento do choque de civilizações, como arma do Ocidente contra o resto do mundo.

As pequenas sociedades, como as sociedades primitivas de caçadores e coletores, tendem a ser culturalmente uniformes ou monoculturais. Algumas sociedades modernas, como o Japão, têm se mantido bastante monoculturais e são marcadas por altos índices de homogeneidade cultural. A maioria das sociedades industrializadas, contudo, está tornando-se culturalmente mais diversa.

Processos como a escravidão, o colonialismo, a guerra, a migração e a globalização contemporânea têm levado populações a se dispersar através das fronteiras e a se fixar em novas áreas. Isto leva à emergência de sociedades que são compostas culturais, ou seja, cuja população é feita de um número de grupos de diversas formações culturais, étnicas e lingüísticas. Nas cidades modernas, muitas comunidades subculturais vivem lado a lado – indianos ocidentais, paquistaneses, indianos, bangladeshianos, italianos, gregos e chineses podem ser encontrados todos no centro de Londres. (GIDDENS, 2005).

É sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação.

Atualmente, são consensualmente identificados quatro regimes internacionais de aplicação de direitos humanos: o europeu, o inter-americano, o africano e o asiático. Todas as culturas tendem a considerar os seus valores máximos como os mais abrangentes, mas apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais.

Por isto mesmo, a questão da universalidade dos direitos humanos é traída, pois a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental.

De acordo com Santos (2004), o conceito de direitos humanos assenta-se num bem conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente **ocidentais**, que são:

- existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente;
- a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade;
- o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado;
- a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica, como soma de indivíduos livres.

uma vez que todos estes pressupostos são claramente ocidentais e facilmente distinguíveis de outras concepções de dignidade humana em outras culturas.

Se observarmos a história dos direitos humanos no período imediatamente após a Segunda Grande Guerra, não é difícil concluir que as políticas de direitos humanos estiveram, em geral, a serviço dos interesses econômicos e políticos dos Estados capitalistas hegemônicos (Estados Unidos e Europa). Um discurso generoso e sedutor sobre os direitos humanos permitiu atrocidades indescritíveis como do Vietnã e Iraque.

Para Giddens (2005), a marca ocidental liberal do discurso dominante dos direitos humanos pode ser facilmente identificada em muitos outros exemplos: na Declaração Universal de 1948, elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; no reconhecimento exclusivo de direitos individuais; na prioridade concedida aos direitos cívicos e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro e, durante muitos anos, o único direito econômico.

Mas há também um outro lado desta questão. Em todo o mundo, milhões de pessoas e milhares de ONG's têm vindo a lutar pelos direitos humanos, muitas vezes correndo grandes riscos, em defesa de culturas, de classes sociais e grupos oprimidos.



Nesse contexto, a Sociologia considera como de fundamental importância o respeito e a consideração com a diversidade étnica e cultural, para alguns multiculturalismo.

O **multiculturalismo** é considerado como pré-condição de uma relação equilibrada entre a dimensão globalizada e a legitimidade da comunidade local.

Multiculturalismo é comumente entendido como um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, sem que haja um predomínio de uma delas. Geralmente separadas geograficamente e sem vivência integrada, o que muitos chamam de “mosaico cultural”. São muito citados o Canadá e a Austrália como exemplos de multiculturalismo.

Alguns países europeus advogam discretamente a adoção de uma política multiculturalista.

O multiculturalismo implica, também, em reivindicações e conquistas das chamadas minorias: negros, índios, mulheres, homossexuais, entre outras.

A doutrina multiculturalista dá ênfase à idéia de que as culturas minoritárias são discriminadas, sendo vistas como movimentos particulares, mas elas devem merecer reconhecimento público. Para se consolidarem, essas culturas singulares devem ser amparadas e protegidas pela lei.



O multiculturalismo opõe-se ao etnocentrismo.

A política multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural, principalmente quando esta homogeneidade é considerada única e legítima, submetendo outras culturas a particularismos e dependência. Sociedades pluriculturais coexistiram em todas as épocas, e hoje, estima-se que apenas 10 a 15% dos países sejam etnicamente homogêneos.

A diversidade cultural e étnica muitas vezes é vista como uma ameaça para a identidade da nação. Em alguns lugares, o multiculturalismo provoca desprezo e indiferença, como ocorre no Canadá entre habitantes de língua francesa e os de língua inglesa. Mas também pode ser vista como fator de enriquecimento e abertura de novas e diversas possibilidades, o hibridismo e a maleabilidade das culturas são fatores positivos de inovação.

Vemos o acirramento de conflitos culturais e étnicos no planeta colocando a discussão crítica e a preocupação com a questão cultural e étnica como uma das questões-chave do século e para além do Brasil.



E como isto se expressa na escola?

A riqueza cultural e étnica do nosso país parece estar sendo insuficientemente trabalhada no cotidiano das nossas escolas, tendendo ao estereótipo e à disseminação de preconceitos.

Para Trindade (2006), pensar o multiculturalismo pode ser um tema complexo, controverso e de modo geral considerado indefinido – sobretudo quando o relacionamos à educação e, mais especificamente, à escola – coloca-nos alguns desafios:

- a percepção da diversidade humana;
- a desconstrução de verdades tidas como infalíveis e eternas;
- a integração e interação de saberes e culturas;
- a desierarquização das diferenças e visões de mundo;
- um profundo amor e respeito pela Vida.

O universo da educação é um espaço privilegiado para se trabalhar as diferenças culturais, pois ele é marcado pela presença de pessoas que se apresentam com suas singularidades: diferentes tamanhos, etnias, visões de mundo, modos de ser, sentir, agir, sonhar.

Para Trindade (2006), a educação é o espaço da diferença, da diversidade, e também de encontros, embates, conflitos, possibilidades. É um espaço do múltiplo. Por isto, é fundamental discutir a presença da diferença, da diversidade na escola, numa abordagem pluriétnica, multicultural e multidisciplinar, tomando como desafio novas possibilidades mais democráticas de tratar a diferença, o outro no cotidiano das nossas escolas.

É preciso, também, potencializar educadoras e educadores a se aventurarem em experiências criativas promotoras de uma educação não racista, não machista e não elitista. Propiciar momentos de encontro, atualização e, conseqüentemente, construção ou produção coletiva do conhecimento, a favor de uma educação para todos, efetivamente inclusiva, a partir do olhar sobre a nossa diversidade cultural.



Figura 14: Dança típica japonesa

Fonte: <<http://www.sites.bunkyonet.com.br>>

Precisamos promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, capaz de favorecer a construção de um projeto comum, em que as diferenças sejam dialeticamente integradas e sejam parte desse patrimônio comum.

Esta perspectiva está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Os direitos humanos e o multiculturalismo, segundo Candau (2007), nos colocam no horizonte da afirmação da dignidade humana em um mundo que parece não ter mais esta convicção como referência radical.



Neste sentido, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social e política.

Para Candau (2007), o multiculturalismo é um dado da realidade. A sociedade é multicultural. Pode haver várias maneiras de se lidar com esse dado, uma das quais é a **interculturalidade**.

Esta acentua a relação entre os diferentes grupos sociais e culturais. A perspectiva intercultural não é ingênua. É consciente de que nessas relações existem não só diferenças, como também desigualdades, conflitos, assimetrias de poder.

No entanto, parte do pressuposto de que, para se construir uma sociedade pluralista e democrática, o diálogo com o outro, os confrontos entre os diferentes grupos sociais e culturais são fundamentais e nos enriquecem a todos, pessoal e coletivamente, na nossa humanidade, nas nossas identidades, nas nossas maneiras de ver o mundo, a nossa sociedade e a vida em sua totalidade.



A interculturalidade aposta na relação entre grupos sociais e étnicos. Enfrenta a conflitividade inerente a essas relações. Favorece os processos de negociação cultural, a construção de identidades “híbridas”, plurais e dinâmicas, nas diferentes dimensões da vida social.

Para finalizar esta seção e ampliar sua reflexão sobre o assunto, apresentamos um contraponto do multiculturalismo, o monoculturalismo. Segundo Candau (2007), o monoculturalismo, vigente na maioria dos países do mundo e ligado intimamente ao nacionalismo, pretende a assimilação dos imigrantes e da sua cultura nos países de acolhimento e é um contraponto ao Multiculturalismo. É o caso dos Estados Unidos e do Brasil, onde as várias culturas estão misturadas e amalgamadas sem a intervenção do Estado.

Você termina aqui esta seção, que certamente lhe proporcionou conhecimentos abrangentes sobre cultura e as diferenças culturais. Pronto para passar para a próxima?

Seção 3 - Raça, etnicidade, migração e xenofobia

Nesta seção, você vai se deparar com mais alguns conceitos importantes da Sociologia contemporânea. Podemos afirmar de antemão que raça, etnicidade, migração e xenofobia têm uma relação muito estreita, de tal forma que em alguns momentos torna-se difícil separá-los.

3.1 Raça, etnicidade e migração

Raça é um dos termos mais difíceis para o qual estabelecer um conceito, devido à diversidade de sentidos atribuídos a ele na vida cotidiana. Também não há consenso ao se estabelecer as diferentes raças; enquanto alguns autores trabalham com quatro raças, outros trabalham com três.

Para iniciarmos esta discussão, vamos voltar a meados do século XIX, quando Joseph Arthur Gobineau, reconhecido como “pai do racismo moderno”, propôs a existência de três raças: brancos, negros e amarelos.

Ele entendia que a raça branca possuía inteligência, moralidade e força de vontade superiores; os negros seriam os menos capazes, marcados por uma natureza animal, falta de moralidade e instabilidade emocional; os amarelos permaneciam numa situação intermediária.

Esta perspectiva teria influenciado, no século seguinte, Adolf Hitler e o partido nazista na Alemanha, a *Ku-Klux-Klan* (seita religiosa) nos Estados Unidos e os arquitetos do *apartheid* na África do Sul.

Após a Segunda Guerra Mundial, essa “ciência racial” foi totalmente desacreditada.



Em termos biológicos, não existem “raças” com contornos definidos, apenas variações físicas nos seres humanos.

A diversidade genética encontrada nos grupos humanos é tão grande quanto a diversidade entre eles. Em virtude deste fato, a comunidade científica abandonou o conceito de raça. Para muitos, raça não passa de um constructo ideológico discriminatório.

Raça pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados.

As distinções raciais representam mais do que formas de descrever as diferenças humanas são também fatores importantes na representação de padrões de poder e de desigualdade dentro da sociedade.

Enquanto a idéia de raça implica a noção de algo definitivo e biológico, o conceito de etnicidade, segundo Giddens (2005), tem um significado puramente social, refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas que se distinguem de outras.

Os membros dos grupos étnicos consideram-se culturalmente distintos de outros grupos da sociedade, que se caracterizam especificamente pelas diferenças quanto a língua, história, religião e estilos de roupas ou adornos.



As diferenças étnicas são completamente aprendidas, não há nada de inato, é um fenômeno puramente social, produzido e reproduzido ao longo do tempo.

É através da socialização que os jovens assimilam os estilos de vida, as normas e as crenças de suas comunidades.

Para muitas pessoas, a etnicidade é central para a identidade do indivíduo e do grupo. Ela consegue oferecer uma importante linha de continuidade com o passado, sendo normalmente mantida viva por meio da prática das tradições culturais.

Embora seja mantida dentro da tradição, a etnicidade não é estática nem imutável, mas adaptável às circunstâncias. Um exemplo claro é a tradição do carnaval brasileiro, com estilo próprio, mas com suas raízes africanas.

Os sociólogos evitam o uso do termo “raça”, preferem a etnicidade por se tratar de um conceito de significado eminentemente social. É um atributo que todos os membros de uma população possuem, e não apenas determinados segmentos desta. Mesmo que na prática etnicidade possa estar com maior frequência associada a grupos minoritários dentro de uma população.

A noção de grupos minoritários, geralmente minorias étnicas, é amplamente empregada na Sociologia. Os membros de um grupo minoritário estão em desvantagem se comparados com a população majoritária e possuem um senso de solidariedade de grupo. A experiência de ser objeto de preconceito e discriminação normalmente reforça os sentimentos de lealdade e de interesses em comum.

Estudiosos, como Giddens (2005), preferem utilizar “minoria” para referirem-se a grupos que tenham sofrido preconceitos sociais. Minoria pode significar apenas uma situação de desamparo ou discriminação. Como é o caso das mulheres, que não são numericamente minoria, mas são tratadas como minoria por serem desfavorecidas.



Assim como nas distinções étnicas, as minorias, raramente são neutras, geralmente estão associadas a desigualdades em relação à riqueza e ao poder.

O conceito de raça é moderno, mas o preconceito e a discriminação têm se difundido há muito pela história humana. O preconceito refere-se a opiniões ou atitudes defendidas por membros de um grupo em relação a outro. Uma pessoa preconceituosa baseia-se em

boatos, estereótipos, em características fixas e inflexíveis em vez de evidências diretas e reais.

Se o preconceito define as atitudes e opiniões, a discriminação refere-se ao comportamento concreto em relação a um grupo ou indivíduo. Ela pode ser percebida em atividades que excluem membros de um grupo de oportunidades: um negro é recusado em um emprego que é disponibilizado para uma pessoa branca.

Uma pessoa racista é aquela que acredita que alguns indivíduos são superiores ou inferiores a outros. O racismo é geralmente considerado como os comportamentos ou atitudes manifestados por determinados indivíduos ou grupos.

Muitos defendem a noção de que o racismo é mais do que simplesmente um conjunto de idéias nas quais um pequeno número de indivíduos extremistas acredita, mas, antes de tudo, encontra-se incorporado na própria estrutura e no funcionamento da sociedade. Instituições como a polícia, o serviço de saúde e o sistema educacional promovem políticas que favoreçam certos grupos e discriminam outros.



Por outro lado, muitos países hoje se caracterizam por populações multiétnicas. Algumas situações aconteceram no decorrer de séculos, outras, como resultado de políticas deliberativas de encorajamento à **migração** ou, ainda, por legados coloniais ou imperiais.

Em uma era de globalização e de mudanças sociais rápidas, cresce o número de países a defrontarem-se com os benefícios e desafios complexos da diversidade étnica. A migração internacional está acelerando o ritmo com maior integração da economia global. Parece evidente para os próximos anos uma intensificação do deslocamento e da mistura das populações humanas.

Examinando correntes recentes de migração global, Giddens (2005) indica ser possível identificar 4 tendências que irão caracterizar os padrões migratórios nos próximos anos:

- a) a migração através de fronteiras está acontecendo em números maiores do que já ocorreu anteriormente;
- b) a maioria dos países recebe imigrantes de muitos tipos diferentes;
- c) a migração tornou-se mais global por natureza, envolvendo um número maior de países como emissores e receptores;
- d) um número crescente de migrantes é formado por mulheres, relacionado ao mercado de trabalho global, maior demanda por trabalhadoras domésticas, a expansão do turismo sexual e do tráfico de mulheres.

Entretanto, as tensões e os conflitos étnicos continuam a eclodir nas sociedades de todo o mundo, ameaçando levarem à desintegração alguns países multiétnicos e sugerindo o prolongamento da violência em outros.

Para a integração étnica, Giddens (2005) propõe três modelos:

- a) o primeiro é a assimilação, o que significa que os imigrantes abandonam seus costumes e suas práticas originais, moldando seu comportamento aos valores e às normas da maioria; mudando o idioma, modo de vestir, estilos de vida e visões culturais, como parte da integração a uma nova ordem social;
- b) as tradições dos imigrantes se misturam para formar novos padrões culturais, e a diversidade vai sendo criada à medida que os grupos étnicos se adaptam aos ambientes sociais mais amplos;
- c) no pluralismo cultural, acontece o desenvolvimento de uma sociedade plural, na qual se reconheça igual validade de numerosas subculturas diferentes, com os mesmos direitos que a cultura majoritária. As diferenças étnicas são respeitadas e celebradas como componentes vitais da vida nacional.

3.2 Xenofobia

Você já deve ter ouvido este nome. Sabe o que ele significa?

O próprio nome já diz, fobia é um medo persistente, ou transtorno ligado ao medo de pessoas e objetos estranhos ou estrangeiros. Xenofobia é o medo natural ou aversão que o ser humano normalmente tem ao que é diferente.

Pode ser também um distúrbio psiquiátrico ou medo excessivo e descontrolado do desconhecido ou diferente.



Xenofobia pode ser usada em um sentido amplo referindo-se a qualquer forma de preconceito, racial, grupal ou cultural.

Apesar de amplamente aceito, este significado gera confusões, associando xenofobia a preconceitos, levando a crer que qualquer preconceito é uma fobia. (PERCÍLIA, 2006).

Xenofobia é também associado a aversão a outras raças e culturas, à fobia em relação a pessoas ou grupos diferentes, com os quais o indivíduo que apresenta a fobia habitualmente não entra em contato e evita. Por esta razão, xenofobia tende normalmente a ser visto como a causa de preconceitos.

Para Percília (2006), muitos acreditam que todo preconceito a homossexuais provém de medo irracional, por exemplo. Porém, isto não é totalmente verdade. Xenofobia pode realmente causar aversões que levam a preconceitos raciais ou de grupos. Mas nem todo preconceito provém de fobia. Preconceito pode provir de outras causas. Estereótipos pejorativos de grupos minoritários, por exemplo, podem levar um indivíduo a ter uma idéia errada de outro grupo podendo ultimamente levá-lo ao ódio. Não por medo, mas por desinformação. Vamos citar alguns exemplos para facilitar sua compreensão: que asiático é sujo, que mulçumano é violento, que negro é menos inteligente.

Outra situação pode vir de idéias preconceituosas, em que a causa não é fobia, mas conflitos de crenças. Esta causa é similar à anterior, no entanto, é gerada por conflito de conceitos, não desinformação. Exemplos: um grupo machista odiando homossexuais, religião pregando contra outras religiões ou ideais políticos.

Pessoas xenófobas, com seu medo de pessoas diferentes, cometem crimes, partem para a agressão daquela pessoa que ela julga ser “estranha”, impõe limites à mesma. Tal fobia foi uma das grandes protagonistas para que ocorresse a Segunda Guerra Mundial, pois os alemães queriam varrer da face da terra todos aqueles que eles julgavam não ser arianos, a chamada raça pura, a única digna de estar na terra.

Você pôde ter contato, nesta seção, com alguns conceitos básicos a respeito de raça, etnicidade, migração e xenofobia e perceber que a xenofobia está intimamente ligada ao racismo, ao preconceito, pois está presente onde pessoas se julgam melhores que outras, e que essas outras contaminam o ambiente em que vivem.

A **xenofobia** e o racismo preconceituoso não estão somente em países desenvolvidos, também se encontram em outros países, assim como no Brasil. O grupo xenófobo mais famoso é o neofascista.

Para ampliar a visão a respeito da xenofobia, vale a pena ler o texto de Andrioli, indicado no Saiba Mais desta unidade.

SEÇÃO 4 - Gênero e sexualidade

Iniciaremos esta seção discutindo gênero por meio de duas perguntas:

- O que é ser mulher?
- O que é ser homem?



A primeira resposta que vem a sua mente provavelmente está relacionada a questões meramente biológicas, isto é, talvez você pense simplesmente que o homem é o indivíduo que nasceu menino e mulher é aquela que nasceu menina.

Nesta seção, discutiremos que ser homem ou mulher envolve padrões não apenas biológicos, mas também comportamentos e atitudes “masculinas” e “femininas”. Os sociólogos distinguem o sexo biológico do gênero sociológico. De acordo com Bryn, (2006, p.250):

[...] gênero é composto dos sentimentos, das atitudes e dos comportamentos geralmente associados a homens e mulheres. Sua **identidade de gênero** é sua identificação com um sexo em particular, ou o sentimento de pertencer a esse sexo – tanto do ponto de vista biológico quanto dos pontos de vista psicológico e sociológico. Quando você se comporta de acordo com as expectativas amplamente compartilhadas acerca de como homens e mulheres devem agir, você está adotando um **papel de gênero**.

Nesta unidade, assumiremos que o gênero é uma construção social e não apenas uma parte da natureza ou uma “essência biológica”.

Lembra do que discutimos sobre socialização de gênero na unidade 2? Partiremos do que estudamos lá e aprofundaremos a discussão.



Saiba mais

Vamos voltar ao exemplo dos brinquedos infantis, agora olhando com mais atenção o exemplo de bonecas com corpo de mulher, as chamadas *fashion dolls*.

Confira no Saiba Mais desta unidade o quadro de Bryn (2006), que descreve a relação entre essas bonecas e a representação de gênero.

Após a leitura do texto, volte para esta sequência da unidade.

Os brinquedos são uma parte da socialização de gênero, mas não podem ser considerados os elementos principais. Desde o nascimento, meninos e meninas recebem tratamentos diferenciados de seus pais. Bebês do sexo feminino tendem a ser identificadas como fofinhas, frágeis e bonitas, já os bebês do sexo masculino são considerados ativos e fortes. Um interessante experimento foi feito por dois sociólogos (CONDY E CONDRY, 1976 apud BRYN, 2006, p.257):

Ao assistirem a um vídeo de um bebê de nove meses, identificado pelos pesquisadores como menino antes da exibição, os sujeitos experimentais tendem a qualificar como 'raiva' a reação de surpresa de um bebê frente a um estímulo; caso a criança tenha sido identificada como menina antes da exibição, os sujeitos qualificam a reação do bebê como 'medo', *independente do sexo real da criança*.

É certo que as crianças não são passivas frente à socialização, os papéis são repassados, mas aceitos ou negados por cada um de maneira diferenciada. Assim, considera-se que o gênero não é dado, mas construído.

Em torno dos 14 ou 15 anos a ideologia do gênero está formada, isto é, o conjunto de idéias sobre o que é apropriado em comportamento femininos e masculinos. Nesse período da vida, é comum nos países da Europa e da América do Norte meninas e meninos escolherem os cursos universitários que seguirão. Meninas são mais propensas a pensarem em suas carreiras e nas obrigações domésticas concomitantemente, enquanto os meninos tendem a pensar apenas em suas carreiras.

No Brasil, mesmo com muitas diferenças em seu sistema educacional em relação aos países citados anteriormente, verifica-se uma grande diferenciação no perfil de opção profissional entre os sexos.

Essa diferenciação é facilmente percebida ao compararmos os cursos superiores com maior percentual de matrícula de mulheres e os cursos com maior percentual de homens matriculados. Acompanhe esses dados nas duas tabelas que seguem:

Tabela 1: Cursos superiores com os dez maiores percentuais de matriculados do sexo feminino – Brasil, 2003.

Classe	Total	Feminino	%
Brasil	3.887.771	2.193.763	56,4
Serviço social e orientação	31.986	30.001	93,8
Fonoaudiologia	13.963	12.969	92,9
Nutrição	32.556	30.221	92,8
Secretariado	16.937	15.681	92,6
Ciências domésticas	1.351	1.231	91,1
Serviços de beleza	277	252	91,0
Pedagogia	373.945	339.832	90,9
Psicologia	90.332	76.990	85,2
Enfermagem	92.134	77.997	84,7
Terapia e reabilitação	7.225	6.051	83,8

Fonte: Informativo Inep n.79 – 09/03/2005, apud Bryn, 2006, p.260.

Tabela 2: Cursos superiores com os dez maiores percentuais de matriculados do sexo masculino – Brasil, 2003.

Classe	Total	Masculino	%
Brasil	3.887.771	1.694.008	43,6
Mecânica	9.172	8.445	92,1
Construção e manutenção de veículos a motor	73	67	91,8
Transportes e serviços (cursos gerais)	3.434	3.027	88,1
Eletrônica	9.214	8.121	88,1
Eleticidade e energia	1.798	1.577	87,7
Profissões industriais	3.287	2.856	86,9
Serviço de segurança e proteção de pessoas e propriedades	556	466	83,6
Básicos/programas especiais	1.858	1.553	83,6
Tecnologia química e de processos	1.448	1.167	80,6
Engenharia	234.772	187.426	79,9

Fonte: Informativo Inep n.79 – 09/03/2005, apud Bryn, 2006, p.260.

É muito clara a tendência à formação de guetos sexuais de opções profissionais. A preferência masculina se dá por ciências exatas e a feminina por ciências humanas.

É certo que a construção social do gênero não se limita à escola e à família, crianças, adolescentes e adultos permanentemente negociam seus papéis de gênero à medida que interagem com os meio de comunicação de massa.



Faça o seguinte exercício: Ligue a TV aberta por três horas consecutivas em um determinado canal. Observe criticamente os papéis desempenhados por homens e mulheres.

Registre suas observações no EVA desta disciplina.

Provavelmente, você perceberá o que sociólogos já vêm discutindo há três décadas. A saber, as mulheres são mostradas, principalmente, limpando a casa, fazendo compras, cuidando de crianças e agindo como objeto do desejo masculino.

Já os homens serão vistos desempenhando atividades profissionais e em posições de autoridade. Claro que o telespectador não é passivo a essas mensagens e não as recebe da mesma forma. Como já afirmamos anteriormente, as mensagens são “negociadas”.

Mas é inegável a importância dos meios de comunicação na formação de papéis de gênero. Algumas pessoas chegam mesmo a tentar “desenhar” seus corpos a partir do ideal de beleza criado nos meios de comunicação.

No final do século XX, a imagem corporal tornou-se mais esguia, principalmente para as mulheres. Mas por que a magreza foi enfatizada?

As modelos magérrimas (quase todas com peso abaixo do considerável saudável) replicam em anúncios publicitários e reforçam o desejo, nas meninas e mulheres adolescentes e adultas, de terem um corpo inalcançável para a maior parte da população feminina.



Você sabia?

Que uma pesquisa realizada pela equipe do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (Ribeiro e Zorzetto, 2004, apud Bryn, 2006) com 700 universitários da área de saúde em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, mostrou que três em cada quatro deles não aprovavam sua aparência física. Sendo que as principais queixas são sobre o excesso de gordura na cintura, celulite, etc.

Além disso, 80% dos entrevistados estavam dispostos a mudar as características do corpo para melhorar a aparência, apesar de 65% dos jovens estarem dentro do peso considerado saudável e 22% sendo classificados como magros. A pesquisa também revelou que 13% dos entrevistados afirmaram provocar vômito, tomar laxantes ou diuréticos depois das refeições para não engordarem.

Parece que o ideal de magreza é um bom negócio para um setor da indústria, o de alimentos *light* e *diet*. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos Dietéticos (Abiad) no Brasil, em 1998 os produtos da linha *diet/light* movimentaram cerca de US\$ 1 bilhão. Para 2005 as projeções eram otimistas, cerca de US\$ 7 bilhões. (BRYN, 2006).

Passaremos agora para um assunto relacionado.

Sexualidade humana

O que estudamos até agora nos ajudará na discussão sobre sexualidade. Nós vimos que as influências sociais nos levam a definirmos a partir da aparência e do comportamento o que é masculino ou feminino.

Para a maioria das pessoas, a socialização de gênero exercida pela família, escola e meios de comunicação de massa é coercitiva o suficiente para aderirem a papéis de gênero convencionais. No entanto, há uma minoria de pessoas que resiste aos papéis convencionais de gênero, como nos explica Bryn. (2006, p.263).

Por exemplo, indivíduos **transgêneros** são pessoas que rompem com as normas de gênero sociais ao desafiar as distinções rígidas existentes entre homens e mulheres. Algumas das pessoas transgênero são **transexuais**. Os transexuais **acreditam** que nasceram com o corpo “errado” e se identificam com as pessoas do sexo oposto, desejando viver plenamente como elas. Essas pessoas freqüentemente se engajam em um processo longo e doloroso para mudança de sexo, recorrendo a intervenções cirúrgicas e tratamentos hormonais.”

O Ministério da Saúde define que **homossexuais** são aquelas pessoas que têm orientação sexual e afetiva dirigidas a pessoas do mesmo sexo, já **bissexuais** são pessoas com orientação sexual e afetiva dirigida aos dois sexos.

Em todas as sociedades existem normas sexuais que encorajam as práticas consideradas “corretas” e condenam as consideradas “desviantes”, o que ocorre por meio da socialização. As normas sexuais variam nas diferentes culturas, algumas, por exemplo, encorajam a homossexualidade. Entre os antigos gregos, o amor de homens por meninos era considerado uma forma aceitável de amor.

Como já afirmamos, os tipos de comportamento sexual variam nas diferentes culturas, isto leva os sociólogos a constarem que a maior parte das respostas sexuais são aprendidas e não inatas. Na década de 1950, Cleallan Ford e Frank Bech (1951 apud Giddens, 2005, p. 117) desenvolveram um estudo sobre sexualidade em mais de 2 mil sociedades.

Foram encontradas variações importantes no que é visto como comportamento sexual ‘natural’ e como normas de atração sexual. Em algumas culturas, por exemplo, uma longa atividade sexual preliminar, talvez durando horas, é considerada desejável e mesmo necessária na preparação anterior do intercurso sexual; em outras, tais preliminares são virtualmente inexistentes. Em algumas sociedades, acredita-se que a excessiva freqüência de intercursos sexuais leva a debilidade física ou à doença. Entre o povo Semiang do Pacífico Sul, o ancião da aldeia aconselha como mais desejável que se dê mais espaço aos contatos sexuais – eles também crêm que uma pessoa de cabelo branco pode legitimamente copular todas as noites.

As atitudes ocidentais em relação ao comportamento sexual foram sendo moldadas há aproximadamente 2000 anos pelo cristianismo. A visão predominante do cristianismo era de que o comportamento sexual é suspeito, apropriado apenas para reprodução.

Na atualidade, convivemos com atitudes tradicionais e mais liberais a respeito da sexualidade. Em relação à homossexualidade, por exemplo, Michel Foucault, em seu livro *a História da Sexualidade*, com primeira edição em 1978, nos mostra que antes do século XIX era muito difundida a idéia de uma pessoa homossexual. A designação homossexual foi cunhada em 1860, e desde então os homossexuais são vistos de maneira separada das pessoas. Assim, a homossexualidade passou a fazer parte dos discursos médico e religioso.

Nos últimos anos, assistimos a um enorme progresso em relação às atitudes com os homossexuais. Na maior parte dos países ocidentais, tornam-se mais freqüentes imagens afirmativas dos relacionamentos gays. No entanto, preconceito e discriminação ainda permanecem.



Antes de avançar para a seção seguinte, reflita sobre essas questões polêmicas. Qual sua opinião sobre gênero e sexualidade e suas diversas formas de manifestação?

Registre sua opinião.

SEÇÃO 5 - Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento

Já estudamos vários assuntos de nosso cotidiano que são objetos de estudo da Sociologia. Talvez você nunca tenha pensado, mas ela também estuda a forma como o nosso corpo é influenciado pela sociedade, é a chamada Sociologia do Corpo.

É recente o interesse dos sociólogos pela interligação entre a vida social e o nosso corpo, bem como o estudo sobre a relação entre mudança social e as implicações no nosso corpo.

A **sociologia do corpo** é um novo e interessante campo de estudo. Esse mundo que está em constante transformação apresenta novos desafios e riscos que podem afetar nosso corpo, bem como, nos fornecem diferentes possibilidades de vivermos nosso cotidiano e cuidarmos de nossa saúde.

No mundo todo, os sistemas médicos e de saúde vêm apresentando enormes mudanças. A relação entre profissionais de saúde e pacientes, ou interagentes, está se alterando, tanto que tratamentos antes considerados “alternativos” como a acupuntura, por exemplo, hoje são aceitos como tratamentos no sistema único de saúde (SUS).

Nesta seção, discutiremos saúde, corpo e envelhecimento como processos sociais.

Saúde e doença

No decorrer do século XX, presenciamos um significativo aumento na expectativa de vida, sobretudo para a população que vive em países industrializados. No Brasil, esse fenômeno foi significativo, principalmente no final século XX e início do século XXI, como podemos verificar nos dados do IBGE.

Tabela 3: Expectativa de vida dos brasileiros

	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Esperança de vida ao nascer	66,57	68,49	70,43	70,71	71,00	71,29	71,59

Fonte: IBGE/DPE/COPIS - Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 22 jan, 2007.

Doenças como poliomielite, sarampo e tuberculose foram praticamente erradicadas, ampliando consideravelmente a expectativa de vida da população em geral, diminuindo a taxa de mortalidade.

Tabela 4: Taxa de mortalidade no Brasil

	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de mortalidade (por mil hab.)	6,95	6,55	6,34	6,33	6,33	6,32	6,31

Fonte: IBGE/DPE/COPIS - Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 22 jan, 2007.

Outro dado importante é a taxa de mortalidade infantil, que vem diminuindo no mundo todo; no Brasil, em pouco mais de uma década, diminuiu mais de 56% .

Tabela 5: Taxa de mortalidade infantil no Brasil

	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	47,00	37,90	30,10	29,20	28,40	27,50	26,60

Fonte: IBGE/DPE/COPIS - Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 22 jan, 2007.

Na maior parte das vezes, atribui-se esse avanço na saúde pública ao poder da medicina moderna. Acredita-se que quanto maior a especialização médica, maior será o sucesso na saúde pública.

Para a Sociologia, essa abordagem é insuficiente, pois não considera os fatores ambientais, sociais e de gênero nos padrões de doença e saúde.

O maior poder de cura da medicina não pode desconsiderar o fato de a saúde e a doença estarem distribuídas de forma desigual, por classe, nação e até mesmo sexo. De acordo com Giddens, 2005, essas *desigualdades na saúde* podem ser relacionadas a padrões socioeconômicos mais amplos.

A desigualdade na saúde é bastante evidente por classes sociais. Em um estudo desenvolvido na Grã-Bretanha, Browne e Bottrill (1999, apud GIDDENS, 2005, p.131), resumiram as principais desigualdades de saúde relacionadas à desigualdade de classe. Confira os resultados desta pesquisa.

- Trabalhadores manuais não-profissionalizados de classes sociais baixas têm duas vezes mais possibilidades de morrer antes da aposentadoria do que trabalhadores de colarinho branco que estão no topo das classes ocupacionais.
- Duas vezes mais bebês nascem mortos ou morrem na primeira semana de vida em famílias não-profissionalizadas do que em famílias profissionalizadas.
- Um indivíduo que nasce na classe social profissional provavelmente vive em média sete anos mais do que alguém nascido na classe social de trabalhadores manuais não-profissionalizados.
- Pessoas de classes trabalhadoras visitam seus médicos com mais frequência, apresentando maior número de sintomas médicos do que pessoas em ocupações profissionais;
- As doenças persistentes são 50% mais frequentes entre trabalhadores manuais do que entre profissionais.
- As desigualdades de saúde relacionadas à classe social são mais pronunciadas entre os que passaram grandes períodos desempregados.
- Pessoas que trabalham tendem a viver mais do que aqueles que estão sem trabalho.

Estudos feitos em outros países chegaram a resultados bastante semelhantes. Ainda que especialistas não tenham chegado a um consenso sobre as razões dessa desigualdade na saúde, está certo que para que os governos desenvolvam políticas públicas na área da saúde, de maneira mais efetiva, precisam considerar que as desigualdades de saúde existem e estão relacionadas a vários fatores.



E tratar de saúde não é somente tratar de doentes, mas também de suas causas, como o desemprego, a habitação precária e subeducação.

Saúde e Gênero

Outro tipo de desigualdade de saúde se refere a homens e mulheres. No geral, mulheres têm maior expectativa de vida em relação aos homens em todos os países.

Mas as mulheres estão propensas a sofrerem de maior incidência de doenças, principalmente na velhice. De acordo com Giddens (2005), em países industrializados, as mulheres apresentam duas vezes mais casos de ansiedade e depressão.

As causas de morte e os padrões de doença mostram algumas diferenças entre homens e mulheres. As doenças cardíacas são as mais freqüentes causas de morte entre homens e mulheres, mas os homens apresentam maiores índices de morte por acidentes e violência, sendo mais propensos a dependência de drogas e álcool. De modo geral, os homens tendem a adoecer com menos freqüência, mas as doenças que afligem os homens tendem a ser mais ameaçadoras à vida. (GIDDENS, 2005, p.133)

Por qual razão há tanta diferenciação entre padrões de saúde feminino e masculino?

As explicações genéticas são as mais freqüentemente apresentadas para dar conta das diferenças nos padrões de saúde entre homens e mulheres.

É certo que fatores biológicos influem na diferença entre padrões de saúde de homens e mulheres, mas repousar as explicações somente em fatores biológicos seria desconsiderar os fatores sociais e as condições de vida diversas.

Para discutirmos essa diferenciação de modo mais amplo, temos que considerar que mulheres estão mais sujeitas à pobreza que os homens, bem como os homens, muitas vezes, têm padrão de vida mais arriscado, o que eleva muito a possibilidade de acidentes de toda ordem.

Outra diferença é que boa parte das mulheres desempenha um número de papéis muito maior que os homens – trabalho doméstico, responsabilidades profissionais, cuidados com as crianças – elevando assim o estresse, a ansiedade e a depressão.

Saúde, doença e medicina

Com muita freqüência se assume que a compreensão sobre saúde e doença está restrita ao médico especialista.

Com um mundo em que as informações estão cada vez mais acessíveis, estamos mais aptos a interpretar as sensações de nosso corpo e fazer escolhas cotidianamente sobre dieta, exercícios físicos, tabagismo, e podemos escolher entre diversas possibilidades de tratamentos.



Devemos consumir alimentos geneticamente modificados, ou não? Essa é uma escolha que passa por nossas opções e estilo de vida.

Também observamos que a escala das doenças está se alterando. Até meados do século XX, a maior parte das doenças que assolavam a população era infecciosa, como a tuberculose, malária, cólera, tifo. Em quase todos os países, essas doenças foram erradicadas.

Atualmente, as causas mais comuns de morte em países industrializados são as doenças crônicas não-infecciosas, tais como o câncer, doenças cardíacas, diabetes e doenças do aparelho circulatório.

Assim, cada vez mais se discute o “estilo de vida” – tabagismo, alimentação, exercícios físicos – como influenciador do desencadeamento dessas doenças crônicas. É certo que estamos vivenciando mudanças na medicina moderna e na atitude das pessoas com relação à doença e à saúde.

O texto de Giddens (2005, p.141) possibilita uma importante reflexão sobre saúde, doença e as formas de tratamentos propostos pela medicina, ao tratar da questão do diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), mais conhecido como hiperatividade. Vamos conferir?

A “Medicalização” da Hiperatividade

Na década passada, o número de prescrições escritas para a droga Ritalina cresceu exponencialmente. Nos Estados Unidos, aproximadamente 3% das crianças entre cinco e dezoito anos usam Ritalina. Na Grã-Bretanha, em 1998 foram feitas mais de 125 mil prescrições – acima dos 3,5 mil em 1993. O que é Ritalina e por que ela deve ser uma preocupação para os Sociólogos?

A Ritalina é uma droga prescrita a crianças e adolescentes com transtornos de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) – um transtorno psicológico que, de acordo com muitos físicos e psiquiatras, é responsável pela desatenção nas crianças, dificuldade de concentração e incapacidade para prender na escola. A Ritalina foi descrita como a “pílula mágica”. Ela ajuda as crianças a se concentrarem, acalmando-as e ajudando-as a aprenderem de modo mais eficaz. Crianças problemáticas que antes perturbavam o andamento das tarefas de aula se transformaram em alunos “angelicais”, segundo alguns professores, depois que passaram a tomar Ritalina.

Os críticos da Ritalina, no entanto, argumentam que a droga está longe de ser a inofensiva “pílula mágica” que se quer fazer crer. Embora ela venha sendo prescrita em crescentes quantidades nos Estados Unidos e Reino Unido, nos últimos anos não se realizou nenhuma pesquisa abrangente de quais seriam seus possíveis efeitos a longo prazo no cérebro e no corpo das crianças. Mais preocupante, talvez, seja a afirmação de que a Ritalina se tornou uma “solução” conveniente para o que na verdade não é nem mesmo um problema físico.

Os que se opõem ao uso da Ritalina argumentam que os “sintomas” do TDAH são, na verdade, reflexos de pressão e do estresse crescentes que ameaçam as crianças modernas – uma aceleração cada vez maior na vida, o efeito esmagador da tecnologia da informação, a falta de exercícios, as dietas ricas em açúcar e o desgaste da vida familiar. Através do uso da Ritalina, segundo se diz, a profissão médica deve ter êxito em “medicalizar” a hiperatividade e a inatenção infantis, em vez de atentar para as causas sociais dos sintomas observados.

Envelhecimento e saúde

Na atualidade, há um fenômeno que vem chamando a atenção de diversos especialistas, o envelhecimento da população, também chamado de “agrisalhamento”.

De fato, a proporção de pessoas com mais de 65 anos não pára de crescer em todo o mundo (como você já pode verificar nas taxas que demonstram o aumento da expectativa de vida, anteriormente apresentadas nesta unidade).

Em uma sociedade em que as mudanças são constantes, muitas vezes o conhecimento dos mais velhos é visto como ultrapassado e desnecessário.

Por outro lado, vemos que as pessoas mais velhas já não aceitam o envelhecimento como um processo natural e inevitável, lançando mão de diversos recursos, sobretudo da medicina e da nutrição, para retardar os efeitos do envelhecimento. Hoje se atingem idades bem mais avançadas do que há um século atrás.

Mudanças tão significativas na distribuição de idades entre a população trazem novos desafios para a sociedade, um desses desafios é a **proporção de dependência**. Nas palavras de Giddens:

[...] de um lado, a relação entre o número de crianças e indivíduos aposentados, e de outro, as pessoas em idade de trabalho. Na medida em que a população mais velha continua a crescer durante o próximo século, a exigência em serviços sociais e sistemas de saúde crescerá também. O crescimento da expectativa de vida significa que os pensionistas precisarão ser pagos por mais tempo do que eles são atualmente. (GIDDENS, 2005, p.145).

Não podemos relacionar diretamente envelhecimento com doença, mas é certo que o avanço da idade amplia os problemas de saúde.

É bastante recente a tentativa de sociólogos em distinguir efeitos físicos de doenças e de envelhecimento. Os efeitos das perdas sociais e econômicas – como separação da família, aposentadoria – são difíceis de separar dos efeitos físicos do corpo. Classe social e gênero são também fatores importantes a serem considerados no envelhecimento.

Por exemplo, as mulheres tendem a viver mais do que os homens, assim, a maior parte da população de idosos é constituída de mulheres. Normalmente, as mulheres recebem salários menores, o que resulta em aposentadorias menores.

Terceira e quarta idades

Em uma sociedade como a nossa que valoriza a juventude, a vitalidade e a beleza física, as pessoas idosas, por vezes, tornam-se invisíveis. No entanto, recentemente, temos visto algumas mudanças relacionadas às atitudes sobre o envelhecimento.

Mesmo que ainda pareça estar longe a conquista do *status* concedido aos mais velhos em sociedades antigas, eles vêm recebendo maior poder político do que antes. Além disso, em momentos de precarização do trabalho regular, como estamos vivenciando hoje, é cada dia mais comum, sobretudo em classes mais baixas, o número de famílias que se mantêm apenas com o salário dos idosos.



A velhice vem sendo cada vez mais entendida como uma época de grandes oportunidades.

Como os compromissos diários com o cuidado dos filhos e o emprego já passaram, há mais tempo livre para lazer e atividades que antes não podiam ser realizadas, como viagens e cursos diversos.

Durante a terceira idade, os indivíduos são mais livres para desenvolverem suas atividades. Já a quarta idade refere-se aos indivíduos com mais de 85 anos e que, tradicionalmente, eram chamados de muito velhos.

Você avançará agora para a última seção desta unidade e conhecerá sobre um assunto que parece diferir um pouco dos anteriores. No entanto, ao lê-lo você perceberá que quando se discute Sociologia e sociedade, todos os assuntos possuem relações.

Você é capaz de estabelecê-las?

SEÇÃO 6 - A crise ecológica: crescimento da população, riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente

Nesta seção, vamos conhecer mais uma problemática da sociedade globalizada. As preocupações da humanidade com as questões ecológicas estão cada vez mais presentes na ordem do dia, por remeterem à possibilidade ou não da reprodução da vida ou, pelo menos, até quando isso será possível.

Neste contexto se insere a presença do ser humano interferindo na natureza de modo não sustentável e a questão do desequilíbrio pelo crescimento populacional descontrolado.

6.1 Crescimento da população

A problemática que envolve o crescimento da população está relacionada com o consumo humano e, também, com a utilização dos recursos naturais.

A população mundial levou 10 mil anos para chegar a 1 bilhão de pessoas. No século XIX, dobrou para 2 bilhões. No século XX, esse número triplicou para 6 bilhões. Isto permite entender as

preocupações dos cientistas com relação ao que poderá acontecer no século XXI. Se os padrões recentes se mantiverem, podemos chegar ao final deste século a uma situação insustentável.



O estudo da população chama-se demografia.

A demografia ocupa-se em medir o tamanho das populações e explicar o seu aumento ou diminuição. Para isto, leva em conta, basicamente, nascimentos, mortes e migrações. Normalmente, a demografia é considerada como um ramo da Sociologia ou Antropologia Social.

Os estudos demográficos utilizam-se de métodos estatísticos. Mesmo nos países industrializados, os resultados não são muito precisos, devido à dificuldade de se obter sensos que consigam registrar todas as pessoas que vivem numa determinada sociedade. Os sem teto, os imigrantes ilegais, os moradores temporários ou, ainda, aqueles de difícil acesso, geralmente não estão incluídos nos sensos.

Os índices de crescimento ou de redução populacional são medidos subtraindo-se o número de mortes a cada mil habitantes, num determinado período, do número de nascimentos a cada mil habitantes. Alguns países europeus possuem índices de crescimento negativos, isto é, suas populações estão diminuindo.



A maioria dos países industrializados apresenta índices de crescimento inferiores a 0,5%, enquanto os menos desenvolvidos estão entre 2 e 3%. Um crescimento populacional de 1% fará com que os números sejam duplicados em 70 anos. Se o crescimento estiver em 2%, a população duplicará em 35 anos e, se estiver em 3%, duplicará em 23 anos. (GIDDENS, 2005).

Na maioria dos países menos desenvolvidos, houve a introdução rápida da medicina moderna e dos métodos de higiene, o que causou uma queda brusca na mortalidade. Como as taxas de natalidade continuam altas, isto produziu uma estrutura etária

nos países menos desenvolvidos muito diferente daquela dos países industrializados. Na cidade do México, por exemplo, 45% da população têm menos de 15 anos. Nos países industrializados, menos de 25% pertencem a este grupo. (GIDDENS, 2005).



Projeta-se um crescimento acelerado das cidades nos países em desenvolvimento durante este século, o que produzirá mudanças na economia, no mercado de trabalho, um aumento da criminalidade, dos assentamentos de posseiros empobrecidos, novos riscos na saúde pública, sobrecarga na infra-estrutura de absorção do impacto.

A fome e a falta de alimentos são outra preocupação grave. Relatos da ONU informam que já existem 830 milhões de pessoas no mundo sofrendo com a fome ou subnutrição.

6.2 Riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente

Há milhares de anos, desde o início da prática da agricultura, os seres humanos deixaram sua marca na natureza. Para plantar é preciso limpar a terra, cortar as árvores e cuidar as ervas daninhas que invadem a lavoura. Mesmo os métodos primitivos podem levar à erosão do solo.

Com a evolução industrial moderna, o ataque humano ao meio ambiente natural passou a ser tão intenso que praticamente não há processo natural (terra, água e ar) que não tenha sofrido interferência do homem.



Com a indústria moderna houve uma demanda muito maior de matéria-prima e fontes energéticas, porém, são recursos limitados e alguns deles certamente se esgotarão caso não haja uma limitação global.

As questões ambientais dizem respeito não apenas ao melhor caminho para enfrentar e controlar os danos ambientais, mas também aos modos de vida dentro das sociedades industrializadas. Como vivemos no nosso cotidiano, como lidamos com o lixo, com o consumo da água, com o consumo de energia.

O processo de desenvolvimento tecnológico é imprevisível, e pode ser que a terra, de fato, venha a produzir recursos suficientes para os processos de industrialização. Por enquanto, esta situação não parece possível.



Figura 15: Paisagem da natureza

Fonte: <www.sxc.hu>

Tem aumentado muito o número de pessoas que se preocupam com o impacto nocivo dos seres humanos sobre o meio ambiente natural, e manifestam-se publicamente através de movimentos, partidos, ONGs. Embora as percepções, as idéias, as filosofias assumam tendências variadas, há uma linha comum, que é a de agir na proteção do meio ambiente do planeta, conservar e proteger as espécies naturais.

Vários relatórios recentes, de órgãos ligados à ONU, apontam em uma mesma direção: os índices de crescimento industrial não são compatíveis com a natureza finita dos recursos terrestres e a capacidade de o planeta suportar o crescimento populacional e absorver a poluição.

Evidentemente, pode haver uma reação dos seres humanos, com o uso dos meios tecnológicos e políticos, aos desafios

ecológicos. Experiências no mercado mostram que, caso haja um esgotamento de um minério, o preço do mesmo tende a subir muito, logo, o consumo do mesmo cairá, e pesquisas buscarão tecnologias ou materiais substitutos alternativos.

Estabelecer limites para o desenvolvimento econômico e tecnológico é uma questão complicada, pois os países menos desenvolvidos têm como meta atingir os níveis dos países desenvolvidos. Foi por isso que surgiu a noção de desenvolvimento sustentável. Significa que o crescimento deve ser conduzido de forma a permitir a reciclagem dos recursos físicos e a manutenção de níveis mínimos de poluição.



Desenvolvimento sustentável se refere ao uso de recursos renováveis para promover o desenvolvimento econômico, a proteção das espécies animais e da biodiversidade e o compromisso com a pureza do ar, da água e da terra.

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade das próximas gerações atenderem às suas.

Os críticos consideram a noção de desenvolvimento sustentável muito vaga e omissa em relação às necessidades específicas dos países pobres. Por exemplo: o que você pensa a respeito da comunidade internacional determinar que a floresta amazônica passe a ser patrimônio da humanidade e que o Brasil não pode derrubar mais nenhuma árvore?

O mundo contemporâneo enfrenta diversas ameaças ambientais que são globais. Elas podem ser divididas em duas classes básicas: a poluição e os resíduos lançados no meio ambiente; e o esgotamento dos recursos renováveis.

Em decorrência de um processo de exploração da natureza e de industrialização descontrolado, produziu-se um estado de coisas que forçam o ser humano a se colocar frente a questões globais nunca colocadas antes, como:

- Até quando podemos ter ar em condições para satisfazer a nossa necessidade de respiração?
- Até quando teremos água potável em condições de ser consumida?
- Até quando teremos recursos energéticos e matéria-prima natural para atender às nossas necessidades?
- E o aquecimento global, com as suas conseqüências de aumento dos níveis dos mares, a desertificação, disseminação de doenças, diminuição das colheitas, variação aguda nos padrões climáticos?

A maioria das questões ambientais está intimamente relacionada com o risco, pois são resultados da expansão da ciência e da tecnologia. O aquecimento global refere-se ao aumento gradual da temperatura terrestre, provocado pelo aumento dos níveis de gás carbônico e de outros gases na atmosfera, devido à queima de produtos fósseis como petróleo e carvão.

As conseqüências potenciais podem ser severas e incluem enchentes, disseminação de doenças, condições climáticas extremas e aumento dos níveis dos mares. O aquecimento global, a temperatura média da Terra aumentou 0,6 graus centígrados nos últimos 30 anos, oferece riscos potenciais a toda a espécie humana.

Finalizamos esta unidade ressaltando que os assuntos apresentados são polêmicos e inesgotáveis. Estas são questões abertas e há muito material na internet apresentando idéias, pesquisas, discussões e reportagens a respeito delas. Por isso, sugerimos alguns sites para que você possa ler mais a respeito deles. Verifique os indicados no Saiba mais no final da unidade.

[illegible]



1. Como você, enquanto ser humano pertencente a uma sociedade, poderia interferir e fazer a diferença em uma era de riscos globais? Qual a sua contribuição para minimizar os problemas apontados?

[illegible]



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade.

- Saiba mais sobre a seção 4 ao ler o texto de Bryn (2006, p.255-256).

A primeira boneca moderna a apresentar o corpo de uma mulher adulta foi Lilli, baseada em uma personagem de desenho animado alemão. Lançada em 1955, Lilli tornou-se, pouco depois, uma boneca pornográfica para homens. Em 1959, a americana Ruth Hendler criou a boneca Barbie inspirada na primeira Lilli. Naquela época, alguns especialistas da indústria de brinquedos argumentaram que as mães jamais comprariam bonecas com seios para suas filhas. Não poderiam ter se enganado mais! Hoje em dia, estima-se que, num mundo inteiro, sejam vendidas duas bonecas Barbie a cada segundo.

Em 1962, aparecia no mercado brasileiro a primeira boneca com corpo de mulher - a Susi. Fabricada até 1985, ela foi retirada do mercado quando seu fabricante passou a representar a Barbie no Brasil. Em 1996, a boneca voltou à cena. Mais adaptada aos padrões de beleza femininos do Brasil (em comparação com a sua concorrente americana, a Susi tem seios menores, quadris mais largos e cintura mais acentuada), a boneca brasileira passou a ser a *fashion doll* mais vendida no país.

O que as meninas aprendem quando brincam com bonecas como a Barbie e a Susi? A autora de uma página na internet dedicada à Barbie sem dúvida fala por milhões de pessoas quando escreve: "Barbie era mais que uma boneca para mim, ela era um modo de vida, a Mulher Ideal. (...)".

Os sonhos que as *fashions dolls* estimulam têm se tornado cada vez mais amplos. Pode-se escolher entre centenas de estilos de roupas, dezenas de profissões e até mesmo cor da pele. É inegável que, nos últimos anos, os fabricantes de brinquedos têm diversificado os papéis associados às bonecas, mas, a julgar pelos acessórios disponíveis, não resta dúvida de que elas dividem a maior parte do seu tempo entre atividades domésticas, higiene e cuidados com o corpo e beleza, pensando em agradar um marido em potencial.

SEGUE ►

A página da Estrela na Internet resume muito bem esses ideais:

Como toda garota, Susi pensa em ser noiva . Na versão Susi Linda Noiva, ela traduz toda a fantasia das meninas com a tradição do casamento. Seguindo a mesma linha, Susi Sonho de Princesa resgata o ideal da deslumbrante menina pelos salões do castelo em seu lindo vestido rosa.(...) Na linha de acessórios a fashion doll traz ainda (...) e, sua casa. (...) E sua Super Cozinha 'moderna e tecnológica'.(...) Quando quer colocar seu visual e as compras em dia, a fashion doll vai ao seu Shopping e seu Salão de Beleza. O Shopping Center da Susi é o sonho de toda garota [com] lojas de bijuterias e bolsas, cosméticos, roupas (...) tudo que Susi precisa para eu dia-a-dia. Depois de passear e fazer compras ela vai ao seu Salão de Beleza (...) para cuidar de seu cabelo, corpo e pele. (Estrela, 2004)

Uma história comparável, mas o tema agressividade e competitividade, pode ser encontrada na maneira como os brinquedos para meninos ensinam papéis masculinos estereotipados. A grande maioria dos bonecos dirigidos a meninos – os chamados bonecos de ação – enfatiza a força física, a agressividade e, por vezes, a inteligência.

Indicamos também a leitura das seguintes obras e sites:

- ANDRIOLI, Antonio Inácio. O retorno da xenofobia. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, n.13, 06/2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli1.htm>> Acesso em: 07 jan. 2007.
- BRYN, Robert [et al]. **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality**. An Introduction. Nova York: Vintage, 1990. v. 1.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. - Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MARCOS (sub-comandante). **La marcha del color de la tierra**. (comunicados, cartas y mensajes del Ejército Zapatista de la Liberación Nacional del 2000 al 2 de abril del 2001). México: Rizoma, 2001.

- PERCÍLIA, Eliene. **O que é xenofobia?** Equipe Brasil Escola.com. Disponível em: <<http://www.brasilestola.com/doencas/xenofobia.htm>> Acesso em: 07 jan. 2007.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Brasiliense, 1999. Col. Primeiros Passos.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos.** Lisboa: Porto, 2004.



Destacamos a seguinte obra:

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Memórias de minhas putas tristes.** São Paulo: Record, 2005.

Neste livro, Gabriel Garcia Márquez faz um belo ensaio sobre a vida de um homem depois dos seus noventa anos. É uma obra belíssima que vale a pena ser lida.

Pesquise também os seguintes sites:

- <<http://educar.sc.usp.br/licenciatura/2003/ee/Aquecimento11.html>> Acesso em: 07 jan. 2007.
- <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/aquecimento_global.htm> Acesso em: 07 jan. 2007.
- <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/aquecimento_global/index.html> Acesso em: 07 jan. 2007.
- <<http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0179/aberto/aquecimento.shtml>> Acesso em: 07 jan. 2007.
- <<http://www.discoveryportugues.com/tormenta1/feature14.shtml>> Acesso em: 07 jan. 2007.
- <www.ecoambiental.com.br/mleft/aquecglobal.htm> Acesso em: 07 jan. 2007.
- <www.comciencia.br/reportagens/clima/clima11.htm> Acesso em: 07 jan. 2007.

UNIDADE 6

Temas de Sociologia e cotidiano

6



Objetivos de aprendizagem

- Ampliar a concepção sociológica a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea.
- Compreender o processo de globalização da sociedade contemporânea e suas influências na vida cotidiana.
- Identificar as correlações existentes entre os problemas da desigualdade e dos antagonismos sociais e o processo de globalização.
- Entender a influência da educação e da mídia nas concepções de mundo da sociedade contemporânea.
- Identificar perspectivas e projeções para a vida social cotidiana das próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada.



Seções de estudo

- Seção 1** Globalização: blocos de integração econômica e política - regionalismo, transmigração, democracia, cidadania e responsabilidade social.
- Seção 2** Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão.
- Seção 3** Violência: crime como desvio, crime organizado e segurança pública.
- Seção 4** Agrupamentos ou grupos sociais: agregados sociais, movimentos sociais.
- Seção 5** Educação: mudanças no papel da educação, privatização da educação.
- Seção 6** Mídia e as comunicações de massa: jornais, televisão e internet.



Para início de estudo

Nesta unidade, você terá a oportunidade de desenvolver algumas reflexões a respeito de conceitos e problemas que envolvem a sociedade contemporânea. Algumas questões abordadas, à primeira vista, poderão parecer complexas e distantes, porém, ao mergulhar nas discussões você perceberá a proximidade e pertinência de tudo.

A sociedade contemporânea está passando por um processo acelerado de globalização, que de alguma maneira modifica nossa vida, nossas concepções, nossos valores, nossos princípios, nossa cultura. Tudo isto como parte do processo da dinâmica de mudanças e transformações, mais presentes hoje do que em toda a história do ser humano.

É sempre um desafio compreender as interações cotidianas, os processos grupais e toda uma série de dinâmicas interativas que constroem a realidade dos lugares, dando-lhe formas específicas, um conteúdo, um corpo. O cotidiano é também o espaço no qual o mundo acontece, é nele que as relações ocorrem de um modo peculiar, em que homens e mulheres constroem e reconstróem a vida social.

É no contexto desse mundo globalizado que você está sendo desafiado a pensar nos problemas e questões deste tempo como algo que pertence a você, que de algum modo o apresenta aos mais variados desafios. Com certeza, o mais importante é entender-se nesse mundo para garantir um espaço individual e coletivo para nele poder viver. Como o conhecimento constitui a base mais sólida e segura como perspectiva de sobrevivência, o estudo é um dos caminhos.

Seção 1 - Globalização: blocos de integração econômica e política - regionalismo, transmigração, democracia, cidadania e responsabilidade social

Globalização

Provavelmente, você já deve ter ouvido muitas referências à globalização, mesmo não sabendo exatamente o que ela significa, não é mesmo?

É que o conceito de globalização é um dos que foram mais utilizados nos últimos anos, em debates políticos, nos negócios e nos meios de comunicação. Há dez anos, o termo era praticamente desconhecido. A globalização significa que, cada vez mais, estamos vivendo em um único mundo, onde os indivíduos, os grupos e as nações tornam-se mais interdependentes.



Os sociólogos usam o termo globalização para referirem-se àqueles processos que estão intensificando as relações e a interdependência sociais globais. É um fenômeno social com vastas implicações.

A expressão “globalização” tem sido utilizada, mais recentemente, num sentido marcadamente ideológico - assiste-se no mundo inteiro um processo de integração econômica, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do estado de bem-estar social.

Esta é uma das razões dos críticos acusarem a globalização de ser responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados) e de provocar crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadores e de pequenos empreendimentos. (SCHILLING, 2006).

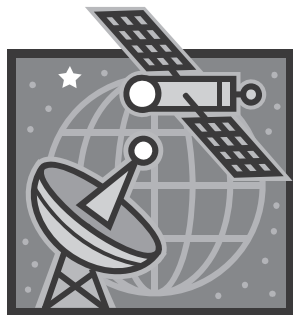
A globalização não deve ser entendida apenas como o desenvolvimento de redes mundiais, sistemas sociais e econômicos que estão distantes de nossas preocupações individuais. É também um fenômeno local que afeta a todos nós no nosso dia-a-dia.

Para simplificar, podemos dizer que os efeitos da globalização refletem-se nas prateleiras dos supermercados. É fácil de se perceber que está ocorrendo um enorme crescimento na quantidade e na diversidade de produtos, produzidos em mais de uma centena de países diferentes, disponíveis num mesmo local. Os rótulos dos produtos representam essa nova **diversidade** geográfica e cultural.

Você já parou para observar este processo? Convidamos você a prestar atenção nele!

Falar na globalização significa perceber que cada vez mais estamos vivendo em um único mundo, onde indivíduos, grupos e nações tornam-se mais interdependentes. A globalização é criada pela convergência de fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Foi impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação que intensificaram a velocidade e o alcance da interação entre as pessoas ao redor do mundo. (GIDDENS, 2005).

Com os avanços da tecnologia, houve uma profunda transformação na abrangência e na intensidade dos fluxos das telecomunicações. A tecnologia a cabo tornou-se mais eficiente e menos dispendiosa, o desenvolvimento de cabos de fibra ótica tem expandido o número de canais transmitidos.



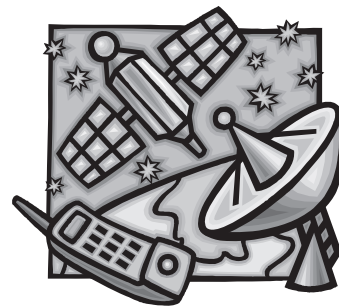
A comunicação por satélite também foi importante para a disseminação das comunicações internacionais. Hoje, há uma rede de mais de 200 satélites instalados para facilitar a transferência de informação em todo o mundo. A globalização tem reflexos na nossa vida cotidiana, mesmo que às vezes nem nos demos conta.

A internet surgiu como o instrumento de comunicação que teve o maior crescimento em todos os tempos. Duas pessoas situadas em lados opostos do planeta, além de conversarem em tempo real, podem enviar documentos, fotos, imagens, tudo com a ajuda

do satélite. Cada vez mais, pessoas estão se conectando através dessas tecnologias, mesmo em lugares que antes eram isolados.

A economia global não é mais predominantemente agrícola ou industrial, mas cada vez mais ganha força a atividade virtual. Essa economia é a única que tem a sua base na informação, como é o caso dos *softwares* de computador. Esse novo contexto da economia tem sido descrito como sociedade pós-industrial, era da informação, economia da informação, revolução da microeletrônica e da informática.

Isto está relacionado a uma base crescente de consumidores, tecnologicamente aptos e que integram em seus cotidianos os novos avanços da computação, entretenimento e telecomunicações.



Para serem mais competitivos nas condições globalizantes, os negócios e as corporações reestruturam-se a fim de ganharem flexibilidade, fazem parcerias, e a participação nas redes de distribuição globais tornou-se essencial para se fazer negócios em um mercado em constante mudança.

Os indivíduos estão agora mais conscientes de sua conectividade com os outros e mais propensos a se identificarem com questões e processos globais do que no passado. Como membros de uma comunidade global, as pessoas percebem cada vez mais que a responsabilidade social não pára nas fronteiras nacionais, mas se estende além delas. Os desastres e as injustiças que as pessoas enfrentam do outro lado do globo não são somente infortúnios que devem ser suportados, mas motivo para ação e intervenção. (GIDDENS, 2005).



A globalização está mudando o modo como vivemos no mundo e também a maneira como nós vemos o mundo. Nos tornamos mais conscientes de nossas ligações com os povos de outras sociedades e dos diversos problemas que o mundo enfrenta.

Há uma percepção crescente de que a comunidade internacional tem a obrigação de agir nas situações de crise, para proteger o bem-estar físico e os direitos humanos das pessoas que vivem sob ameaças. No caso de desastres naturais, tais intervenções assumem forma de auxílio humanitário e de assistência técnica. Nos últimos anos têm ocorrido solicitações cada vez maiores por intervenções em casos de guerra, de conflito étnico e de violação dos direitos humanos.

Na perspectiva global, as pessoas estão buscando outras alternativas para formularem o seu senso de identidade, para além do estado-nação. As identidades culturais locais estão vivenciando poderosos ressurgimentos, isto é, se por um lado está havendo a diminuição da importância das fronteiras geográficas entre as nações, por outro lado, está havendo um fortalecimento das culturas e identidades locais ou regionais. (GIDDENS, 2005).

No processo de globalização econômica, o papel das corporações transnacionais é particularmente importante. São empresas que produzem bens ou serviços comerciais em mais de um país. Podem ser pequenas, com uma ou duas fábricas fora do país-sede, ou gigantescas empresas internacionais, conhecidas no mundo todo.



Você não precisa fazer muito esforço para identificar pelo menos dez marcas de empresas transnacionais, certo?

As empresas transnacionais estão no centro da globalização econômica, pois contabilizam dois terços de todo o comércio mundial e são instrumentais na difusão de novas tecnologias, são os alicerces do mundo econômico contemporâneo.

A economia eletrônica também é outro fator importante. Os bancos, as corporações, as administradoras de fundos e os investidores são capazes de transferir fundos internacionais com um toque no *mouse*. Essa nova habilidade traz consigo também grandes riscos. A transferência de grandes quantias de capital pode desestabilizar economias, desencadeando crises financeiras internacionais, como a que aconteceu com os “tigres asiáticos” no final do século passado.

O processo de globalização e integração econômica tem na formação dos blocos regionais o elemento dinâmico “construtivo” do atual movimento de reordenação das relações internacionais, rumo a uma Nova Ordem Global. Ela tem sido apresentada como um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais, gerando como resultado uma mundialização homogeneizada.



Contudo, a globalização é seletiva, pois visa a determinadas regiões, atividades e segmentos sociais a serem integrados mundialmente. Enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos desta gigantesca transformação, conduzindo a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e agravando a concentração de riqueza em termos nacionais e sociais.(GIDDENS, 2005).

O processo produtivo mundial é formado por um conjunto de umas 400 a 450 grandes corporações (a maioria delas produtora de automóveis, ligadas ao petróleo e às comunicações), que têm seus investimentos espalhados pelos cinco continentes. A nacionalidade delas é majoritariamente americana, japonesa, alemã, inglesa, francesa, suíça, italiana e holandesa. Elas detêm o monopólio da tecnologia e seus orçamentos, estatais e privados, dedicam imensas verbas para a ciência pura e aplicada. (SCHILLING, 2006).

Politicamente, a globalização recente caracteriza-se pela crescente adoção de regimes democráticos. Neste processo de universalização da democracia, diminuíram as barreiras discriminatórias de exclusão motivada por sexo, raça, religião ou ideologia, acompanhado por uma sempre ascendente padronização cultural e de consumo.

Enquanto no passado os instrumentos da integração foram a caravela, o barco à vela, o barco a vapor e o trem, seguidos do telégrafo e do telefone, a globalização recente se faz pelos satélites e pelos computadores ligados na internet.

Se antes foram martirizados africanos e indígenas e explorou-se a classe operária fabril, hoje são utilizados o satélite, o robô e a informática, abandonando a antiga dependência do braço em favor do cérebro, elevando o padrão de vida para patamares de saúde, educação e cultura até então desconhecidos pela humanidade.

Recentemente, a Rússia passou a integrar o seleto grupo dos países mais ricos do mundo, agora o grupo é conhecido como G8.

O domínio da tecnologia por um seleto grupo de países ricos abriu um fosso com os demais, talvez o mais profundo em toda a história conhecida. Segundo Schilling (2006), os países-núcleos da globalização (os integrantes do **G-7**) encontram-se distantes, em qualquer campo do conhecimento, anos-luz dos países do Terceiro Mundo (atualmente referidos como países em desenvolvimento ou países emergentes).

O autor apresenta alguns dados para facilitar o entendimento do quadro de exportação de produtos da vanguarda tecnológica: microeletrônica, computadores, aeroespaciais, equipamento de telecomunicações, máquinas e robôs, equipamento científico de precisão, medicina e biologia e químicos orgânicos. Os EUA são responsáveis por 20,7%; a Alemanha, por 13,3%; o Japão, por 12,6%; o Reino Unido, por 6,2%; e a França, por 3,0%; logo, apenas estes cinco países detêm 55,8% da exportação mundial.

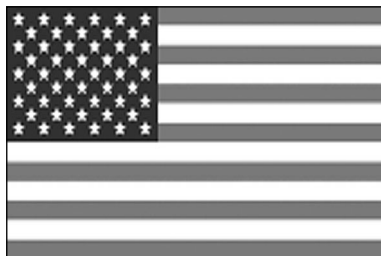


Figura 16: Bandeira dos EUA

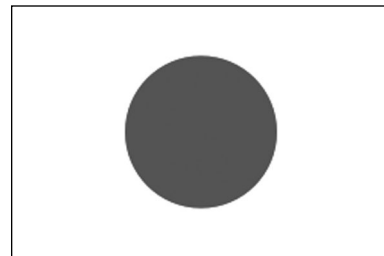


Figura 17: Bandeira do Japão



Figura 18: Bandeira do Peru

Ninguém tem a resposta nem a solução para atenuar este abismo entre os ricos do Norte e os pobres do Sul, que só se ampliou nas últimas décadas.

- Você teria algumas propostas de ações para isso?
- Já pensou sobre esses dois lados do processo de globalização?

Blocos de integração econômica e política

Você deve ter percebido, pelo que foi apresentado até agora, que a globalização é um processo inevitável, gostemos ou não, concordemos ou não. A verdade é que nos deparamos com aspectos desse processo todos os dias. Podemos dizer que as pessoas de todos os continentes estão de olho nas perspectivas para o futuro próximo.

Neste contexto da globalização estão surgindo ou se consolidando os chamados blocos de integração econômica e política. Esses blocos estão permeados de uma problemática nova, envolvendo questões que provocam reflexões nas mais variadas áreas da ciência.



Nem todas são novas, mas se apresentam com novas dimensões, como o regionalismo, a transmigração, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social.

A formação dos blocos caracteriza aquilo que os sociólogos denominam de regionalismo, entendido mais como um programa de integração. O regionalismo é uma opção de construção de um projeto regional, é a idéia de coesão econômica e social que deve estar vinculada à idéia de integração. Também está vinculada a idéia da democracia como processo que tende a conjugar liberdade e igualdade, respeito das autonomias e busca de coesão econômica e social.

Mas há várias questões que preocupam os pesquisadores, relacionadas à defesa dos direitos democráticos. Em primeiro lugar, há a questão da legitimidade. Os tratados são desconhecidos pela população. Mesmo os especialistas não conhecem, por exemplo, o Tratado da União Européia, devido a sua complexidade. Então, para o cidadão isso é ainda mais difícil e origina desconfiança e certo estranhamento.

Quando o Parlamento (Congresso) tem que votar, ratificar, ou quando vai para um referendo, um plebiscito envolvendo toda a população, o cidadão muitas vezes acaba participando porque acha que o custo de não participar é muito alto, mas não tem exata consciência sobre o que está votando quando vota a favor de um tratado ou uma formação de bloco.

Para combater essa questão da complexidade do sistema, na União Européia, iniciou-se uma discussão do Projeto para conseguir um processo mais democrático, uma carta que garantisse aos cidadãos o respeito dos seus direitos de cidadania.

Com a formação dos mercados regionais ou intercontinentais (Nafta, Unidade Européia, Comunidade Econômica Independente [a ex-URSS], o Mercosul, o Japão com os tigres asiáticos) e com a conseqüente interdependência entre eles, assentam-se as bases para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser constituída.

É bem provável que ao findar o século XXI, talvez até antes, a humanidade conhecerá um governo universal atingindo, assim, o sonho dos filósofos estóicos do homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da Terra. (SCHILLING, 2006).

Uma manifestação desta situação foi a rápida formalização de novos processos de integração, como o Mercosul e o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), bem como o aprofundamento da União Européia e o estabelecimento de alianças entre alguns em detrimento de outros.

A Comunidade Européia (CE), por meio do Tratado de Maastrich, avançou seu processo de integração em 31 de dezembro de 1992, tornando-se União Européia (UE). Em 1º de janeiro de 1995, a Áustria, a Finlândia e a Suécia aderiram à UE.

A UE constitui o processo de integração supranacional mais avançado e institucionalizado, cujas origens remontam ao início dos anos 50. Desta forma, a integração oeste-européia esteve intimamente associada à Guerra Fria. Justamente quando o processo de integração atingia seu ápice, a Guerra Fria encerrou-se.



Figura 19: Bandeira de 12 Estrelas - Símbolo da União Européia.

Fonte: <http://europa.eu/abc/symbols/emblem/index_pt.htm>

A queda dos regimes socialistas do Leste Europeu e a desintegração da própria União Soviética introduziram fortes elementos de instabilidade para a integração da UE: migrações, fragilidade político-social, conflitos nacionalistas e desequilíbrios macroeconômicos. O próprio modelo de integração voltou a ser questionado, a partir dos seguintes parâmetros:

- Qual o grau de integração?
- Uma Europa das Nações ou das regiões? Ou apenas uma ampla área de livre comércio como querem os conservadores ingleses?
- O que fazer em relação aos pedidos de adesão dos países do Leste Europeu?
- Como criar uma diplomacia, uma política de defesa e uma moeda comuns?

Ao lado das novas incertezas que desafiam aquele que constituiu um dos modelos mais respeitados de integração, a própria situação interna da UE requer respostas urgentes: ascensão da xenofobia, nacionalismos, extrema-direita, tudo isto em meio a elevadas taxas de desemprego e ao visível desgaste dos sistemas políticos.

Dilemas como o alargamento ou não da integração ao leste do continente (que poderá ampliar a UE para 20 ou 30 membros em uma década) são cruciais não apenas para o velho continente como, também, para o âmbito internacional. Um dos problemas consiste no fato de os novos países carecerem de ajuda externa, o que sobrecarregará os recursos da UE destinados a finalidades sociais.

Dentre os países que, possivelmente, possam reunir-se à UE encontram-se as adesões já aprovadas da Polônia, Hungria, República Tcheca, Estônia e Eslovênia, estando em estudo, ainda, as solicitações de Chipre, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Bulgária e Turquia. Suíça, Islândia, Noruega, Malta e Croácia, possivelmente, virão a se juntar, um dia, à União Européia. Outras adesões, além dessas, são mais problemáticas e imprevisíveis. (SCHILLING, 2006).

Hoje, a UE vê-se atropelada por um somatório de desafios para os quais não tem uma resposta articulada e, menos ainda, forças para enfrentá-los simultaneamente. Isto inclui, também, os aspectos sociais.

No continente americano, a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), em 1991, articulou um pólo relativamente autônomo na América do Sul, apesar do perfil neoliberal do processo de integração. Mesmo este avanço parece ameaçado, internamente pela recessão vigente nos países-membros e externamente pela possibilidade do estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos.

O Mercosul foi criado por meio do Tratado de Assunção, na integração entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No decorrer do processo, o objetivo brasileiro tornou-se mais ousado: a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA), como forma mais eficaz de negociar a inserção numa ordem mundial dominada pelos mega-blocos do hemisfério Norte, bem como contrabalançar o efeito de atração exercido pelo NAFTA sobre alguns países da América do Sul, como o Chile.

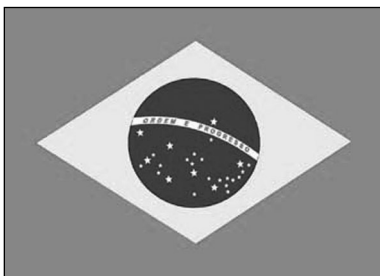


Figura 20: Bandeira do Brasil



Figura 21: Bandeira da Argentina

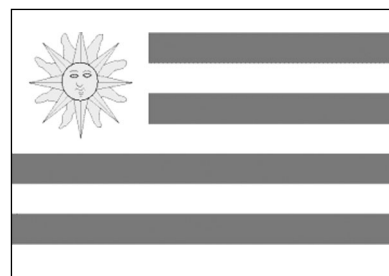


Figura 22: Bandeira do Uruguai

Através da integração com os países vizinhos, além de benefícios econômicos mais imediatos, a base regional se reforçaria como forma de incrementar a participação do Brasil e de seus parceiros platinos no plano mundial. Neste sentido, o Mercosul não constituía um fim em si mesmo, nem o aspecto comercial constituía o objetivo essencial, apesar do discurso oficial, mas fazia parte de um projeto mais abrangente.



Quando os EUA anunciaram a criação do NAFTA, o Brasil reagiu lançando, em 1993, a iniciativa da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e estabelecendo com os países sul-americanos e africanos a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS), em uma estratégia de círculos concêntricos a partir do Mercosul.

Em dezembro de 1994, na reunião de cúpula de Miami, o presidente Clinton retomou a proposta da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Face ao avanço da estratégia norte-americana, o Mercosul iniciou negociações com a União Européia, que culminaram com a assinatura do primeiro acordo interblocos econômicos de cooperação União Européia e Mercosul, assinado em Madrid em dezembro de 1995.

Não se trata apenas da constante ampliação das relações comerciais intramercosul, mas também de integração geográfica e social. Hoje, existe também uma integração pela base, em que interagem novos atores sociais e políticos, como é o caso dos contatos cada vez mais intensos de sociedade a sociedade. O Mercosul tem como objetivo implícito a manutenção de uma base industrial dentro de seu território, criando condições para que as empresas transnacionais permaneçam atuando.

A estratégia brasileira de criar um espaço econômico com relativa margem de iniciativa autônoma na América do Sul ampliou-se com a associação da Bolívia e do Chile e as relações crescentes com os países andinos e a África do Sul. Além dos pequenos avanços, os acordos do Mercosul com outras áreas da Europa e da Ásia Oriental inquietam sobremaneira os Estados Unidos.



De qualquer maneira, a criação da ALCA traria enormes prejuízos para a economia brasileira. Por esta razão, os empresários brasileiros têm sido frontalmente contra a iniciativa, muito mais do que o próprio governo.

Para Schilling (2006), é indispensável a implantação de reformas sociais de caráter redistributivo de renda, criando uma economia de escala ainda maior. Esta é uma tarefa que, muito provavelmente, possa ser enfrentada por governos populares, comprometidos com projetos nacionais e regionais de desenvolvimento. O **Mercosul** constitui um bom começo para articular-se uma nova inserção internacional nos países sul-americanos. Mas é só um começo.



Os grandes problemas devem ser enfrentados primeiramente no âmbito interno, única maneira de potencializar as possibilidades contidas na integração regional.

Dentro desta lógica, e confrontando-se com a integração européia, desde fins dos anos 80, os EUA aprofundam e institucionalizam formas de cooperação com o Canadá e o México, que culminaram em 1º de janeiro de 1994 com a assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, ou NAFTA.

As economias desses três países sempre funcionaram de forma associada em vários níveis. No Canadá, os capitais dos EUA sempre encontraram uma vasta reserva de recursos naturais. Quanto ao México, trata-se da existência de grande quantidade de mão-de-obra barata, de um considerável mercado consumidor, além da questão dos imigrantes.

A presença do México no NAFTA não apenas obriga o país a controlar sua emigração rumo aos EUA, como a conter àquela que provém da América Central e do Sul através de seu território. Assim, o país representa também uma zona tampão entre os

Estados Unidos e o Terceiro Mundo, do lado externo da cerca e muro (literalmente) que servem de fronteira entre os dois países. Obviamente, o México possui importantes recursos naturais, especialmente petróleo.

A criação do NAFTA, segundo Schilling (2006), permitiu aos Estados Unidos a articulação de um espaço regional de manobra para a reconversão de sua economia, em um quadro de dificuldades para o livre comércio no plano mundial e da articulação de outros blocos rivais.

Por um lado, o bloco norte-americano representa um importante instrumento para as relações econômicas com a União Européia. A peça chave tem sido a pressão dos EUA para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio do Atlântico Norte, que se tornaria uma equivalente econômica da OTAN. Por outro lado, o NAFTA estabelece um elemento de atração para a construção de uma Comunidade Transpacífica, sobretudo através da APEC (Instituição de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico).

Na busca do fortalecimento da ascendência dos EUA sobre a Ásia, a peça central é a atração do Japão para uma cooperação mais íntima com o NAFTA, por meio da criação dessa Comunidade.

A questão é que a ALCA é necessária para os objetivos de longo prazo dos EUA, como forma de controlar o Mercosul, impedindo sua autonomia e bloqueando sua associação com outros blocos (especialmente União Européia e Ásia), bem como tornando irreversíveis os planos de ajuste implementados ao longo da década.



Segundo Vizentini (2005), o interesse crescente que desperta o Mercosul, não só na América do Sul e no Caribe, mas também na Europa, no Japão e na China, é (por nós) percebido como uma ameaça aos interesses comerciais e à própria liderança dos Estados Unidos no hemisfério.

Os mercados ao sul, representam um elemento vital para a recuperação da economia dos EUA e da rearticulação de sua liderança e tende a crescer, conforme as projeções do comércio internacional. Neste sentido, a rejeição do Mercosul à ALCA deve-se essencialmente ao fato de que seu objetivo é percebido como sendo o de afastar os rivais extra-continentais e manter o Brasil alinhado à estratégia norte-americana.

O Mercosul, segundo Vizentini (2005), precisa manter e aprofundar a cooperação com a UE. O interesse europeu cresceu com as privatizações brasileiras na área de telecomunicações, bancos, transporte e petróleo, por exemplo. Além disso, a UE passou a destinar sua ajuda não mais aos países pobres, mas às regiões pobres, o que torna países como Brasil e Argentina ainda receptores de ajuda externa européia.

O velho continente deseja, evidentemente, manter o nível de vida elevado de suas populações e evitar um incremento perigoso das tensões sociais, para isto, deverá desenvolver uma maior, mais ousada e mais autônoma participação na política mundial. Embora a Ásia constitua a região de maior crescimento econômico do planeta, a União Européia é o ator internacional mais envolvido com as questões hemisféricas e tem capacidade de influenciar na integração continental.

No que concerne à reestruturação da economia mundial, a UE teria mais interesse em privilegiar as relações com o Mercosul, tanto pelas vantagens bilaterais desta relação, como pela possibilidade paralela de criar obstáculos à projeção do NAFTA sobre a América do Sul. O fortalecimento dos vínculos entre a Europa e a América do Norte, na presente conjuntura, traria mais prejuízos do que benefícios aos europeus, que teriam de se submeter a novos padrões de inserção internacional definidos pelos EUA, numa perspectiva que lhes seria desfavorável.

Para Vizentini (2005), a UE, como o Mercosul, possui uma limitada margem de manobra estratégica frente aos Estados Unidos. A afirmação de uma linha política mais autônoma por parte dos dois primeiros só será possível se as tensões sociais e econômicas internas a ambos atingirem um ponto insuportável, conduzindo-os a uma reação maior.

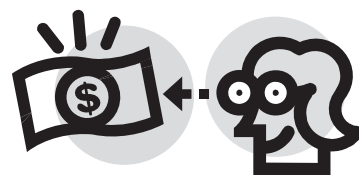
Considerando a evolução do cenário mundial nos últimos anos, particularmente as relações dos EUA com a UE, é bem possível que mesmo sem conseguir implementar a integração hemisférica, Washington venha a lançar mão de outras formas de pressão que inviabilizem uma cooperação mais estreita entre UE e Mercosul.

Você deve ter percebido, nesta seção, que há uma complexidade de elementos que estão relacionados à globalização e aos processos de constituição dos blocos políticos e econômicos. Mesmo que aparentemente se tratem de questões distantes, elas afetam de alguma maneira a nossa vida cotidiana, com grande tendência de ser mais enfática nas próximas décadas.

Seção 2 - Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão

Você já pensou em ter um milhão de dólares? O que faria com o dinheiro? Se você gastasse 1000 dólares por dia, demoraria 3 anos para gastar o montante!

E um bilhão de dólares, gostaria de ter esse montante? Sabe quantos anos teria de viver para gastar 1 mil dólares por dia?



De acordo com Bryan (2006), você teria de viver por mais de três mil anos para poder gastar 1 bilhão de dólares. No Brasil, no ano de 2003, de acordo com a Revista Forbes, a pessoa que obteve maior rendimento ganhou 4,7 bilhões de dólares!

Contrastando com esse montante, o nosso salário mínimo foi de aproximadamente US\$ 115 ao mês, ou US\$ 1,500 ao ano! Faça as contas e verá que o salário mínimo era quase três milhões de vezes menor do que o rendimento mais alto no Brasil.



Podemos diferenciar renda e riqueza. Enquanto renda é o que você recebe em determinado período, riqueza é o patrimônio que você possui em bens, como imóveis, carro, aplicações financeiras, etc.

É pouco freqüente o estudo sociológico sobre a riqueza, e no Brasil dispomos de poucos dados sobre a riqueza da população. Mesmo sendo um dado obtido pela Receita Federal, ele não está disponível para pesquisadores, assim, é difícil estabelecermos a diferença entre os mais ricos e os mais pobres.

Com a renda, a situação é um pouco diferente. De acordo com Bryn (2006), as fontes mais utilizadas para descobrirmos a renda dos brasileiros são: a PNDA (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). Além de diferentes indicadores para medir a pobreza, há diferentes interpretações do que ela seja.

Os sociólogos costumam utilizar duas abordagens diferentes: pobreza absoluta e pobreza relativa. De acordo com Giddens (2005, p.255):

[...] **pobreza absoluta** fundamenta-se na idéia da subsistência – as condições básicas que devem ser preenchidas para que se mantenha uma existência fisicamente saudável. Quem carece dessas necessidades fundamentais para a existência humana – como alimento suficiente, abrigos e roupas – é classificado como indivíduo que vive na pobreza. O conceito de pobreza absoluta é visto como universalmente aplicável.

[...] Porém, nem todos aceitam a idéia de que um tal padrão possa ser identificado. De acordo com essas pessoas, seria mais apropriado empregar o conceito de **pobreza relativa**, o qual relaciona a pobreza ao padrão de vida geral predominante em uma sociedade específica. Os defensores do conceito de pobreza relativa acreditam que a pobreza seja definida culturalmente, não devendo ser medida segundo um padrão universal de privação.

Não há um consenso entre pesquisadores e instituições sobre o número de pobres no Brasil. Para o Programa governamental Fome Zero há, no Brasil, 46 milhões de brasileiros pobres; para o IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas), esse número chega a 56,9 milhões; e, ainda, para a socióloga Sônia Rocha, o número de pobres no Brasil é de 34,8 milhões.



Você sabia ?

Que para o cálculo do número de pobres são estabelecidas linhas de pobreza que obedecem a critérios distintos. O IPEA define 24 linhas de pobreza, segundo a região.

A linha de pobreza que assume o valor mais alto refere-se a Porto Alegre: são considerados pobres aqueles que têm renda familiar *per capita* inferior a R\$ 149,50. O valor mais baixo, relativo à zona rural de Minas Gerais, corresponde a R\$ 79,00 – isto é, são pobres os habitantes daquela região que têm uma renda *per capita* inferior àquele valor. Já no programa Fome Zero, são definidas 19 linhas que variam entre R\$ 71,53 (corresponde à zona rural do Nordeste) e R\$ 94,77 (corresponde a Salvador).

A socióloga Sônia Rocha (2004), por sua vez, define 24 linhas que variam de R\$ 142,54 (cidade de São Paulo) a R\$ 35,13 (zona rural do Nordeste). (Bryn, 2006, p.181)

Em todas as estimativas, o número de pobres no Brasil é assustador. Outro dado preocupante é em relação à distribuição de renda. Segundo dados do IPEA, no ano de 2000, 68,06% de toda a renda gerada no Brasil foram destinados aos 20% dos brasileiros mais ricos. Na linha oposta da abundância estão os 20% mais pobres que ficaram com 1,5% da renda nacional total.

Para dimensionarmos essa má distribuição de renda, vamos pensar que o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) fosse medido em sanduíche do McDonald's, o Big Mac. Vamos supor que, por ano, o PIB brasileiro fosse de 1000 Big Macs. Como afirmamos, os 20% mais ricos ficariam com 68,06%, ou seja, essa parcela da população comeria 680 sanduíches. Já os 20% mais pobres comeriam apenas 15 sanduíches.



Esses dados fazem do Brasil um dos países com mais desigualdades no mundo. Outro dado alarmante é que a distribuição de renda no Brasil tem se tornado cada vez mais desigual. E mais, enquanto a distribuição de renda piora, a riqueza se amplia, ou seja, nos últimos 40 anos o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou e a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

Mas por qual motivo há tanta desigualdade e tanta pobreza? Será que é possível explicar a pobreza?

Vários teóricos procuram apontar as causas da pobreza na sociedade contemporânea. Giddens (20005, p.260) agrupa dois grupos de teorias que tentam explicar esse fenômeno: as teorias que responsabilizam os pobres pela própria pobreza e as teorias que concebem a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade capitalista.

Em outras palavras, teorias que responsabilizam a vítima ou teorias que responsabilizam o sistema.



Qual a sua posição a respeito disso? Com qual das concepções apresentadas você concorda?

Registre sua posição a respeito e argumente sua resposta.

As teorias que responsabilizam a vítima existem há bastante tempo. Já no século XIX pregava-se que a pobreza era resultado de patologia ou inadequação dos indivíduos. Nesse período, era comum acreditar que os pobres eram incapazes de prosperarem na sociedade por incapacidade moral ou psíquica. Mais recentemente, as explicações foram buscadas no estilo de vida dos pobres. Ou seja, os pobres eram pobres por ter hábitos e atitudes que não os levavam a “subir na vida”.

As abordagens que procuram, em processos sociais mais amplos, as causas da pobreza acreditam que as forças estruturais, como classe, gênero, realização em termos educacionais, dentre outras, modelam a maneira da renda ser distribuída.

Afirmam que a situação dos pobres é consequência de situações restritivas e não a sua causa. E para diminuir a pobreza não se devem propor mudanças individuais/comportamentais, mas mudanças políticas que levem à distribuição de renda mais igualitária para toda a sociedade.

a) Exclusão econômica

Indivíduos e comunidade podem ser excluídos da economia no que diz respeito à produção e ao consumo. Quanto ao aspecto da produção, o emprego e a participação no mercado de trabalho são centrais para a inclusão.

Em comunidades que apresentam altas concentrações de privação material, é menor o número de pessoas que trabalham em tempo integral, e as redes informais de informações, capazes de auxiliar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho, são ineficientes. As taxas de desemprego são, com frequência, altas, e as oportunidades ocupacionais são, de modo geral, limitadas.

A exclusão da economia também pode se dar em termos de padrão de consumo, ou seja, com relação ao que as pessoas consomem e utilizam em sua vida diária. A falta de um telefone pode contribuir para a exclusão social. [...] Não possuir uma conta bancária é outro sinal de exclusão social [...].

SEGUE ►

b) Exclusão política

A participação popular e contínua na política é o alicerce dos estados democráticos liberais. Os cidadãos são estimulados a manterem uma atitude consciente quanto às questões políticas, a levantarem sua voz em apoio ou protesto, a contatarem seus representantes eleitos para assuntos importantes, a participarem do processo político em todos os níveis.

Porém, uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, a quem podem faltar as informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. [...] As vozes e necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.

c) Exclusão social

A exclusão também pode ser sentida no domínio da vida social e comunitária. Áreas que sofrem com alto grau de exclusão social podem contar com instalações comunitárias limitadas, como parques, quadras de esporte, centros culturais e teatros.

Os níveis de participação cívica são, muitas vezes, baixos. Além disso, famílias e indivíduos excluídos podem ter menos oportunidades de lazer, viagens e atividades fora de casa. A exclusão social pode significar uma rede social limitada ou frágil, que leva ao isolamento e a um contato mínimo com os outros. (GIDDENS, 2005, p. 265)

Exclusão e inclusão social

Alguns teóricos, sobretudo europeus, têm preferido utilizar o conceito de **exclusão social**, como substituto a classe baixa ou pobres. Inicialmente, o termo “exclusão social” foi adotado por políticos e usado por sociólogos para se referirem a novas formas de desigualdade social, para além da questão meramente econômica.

A exclusão social refere-se à possibilidade do indivíduo ficar sem o envolvimento total na sociedade. Os teóricos que vêm utilizando esse conceito afirmam que ele é mais abrangente do

que o de “classe baixa”, exatamente por enfatizar os processos e mecanismos de exclusão.

Para Giddens (2005, p. 265), a exclusão pode assumir várias formas, podendo ocorrer em áreas rurais isoladas ou bairros localizados em zonas urbanas decadentes. A **exclusão** e a **inclusão** podem ser analisadas sob os prismas econômico, social e político.

Vamos conhecer cada um deles?

A pobreza e a desigualdade social são problemas que persistem em todos os sistemas sociais na atualidade, a igualdade mostra-se difícil de ser atingida nesse sistema de livre-mercado.

Em vários países já houve tentativas, sobretudo por parte de políticos de esquerda, de erradicar a pobreza com mecanismos de redistribuição de riqueza. O Estado assistencialista e os altos níveis de tributação foram tentativas realizadas em vários países da Europa.

Infelizmente, essas tentativas não foram totalmente exitosas e a assistência muitas vezes não chega àqueles que precisam – tal como vivenciamos hoje no Brasil, com alguns dos projetos assistenciais do governo.



O conceito de igualdade também vem sendo alterado; já se luta pelo direito à diferença e respeito à diversidade de estilos de vida, buscando-se cada vez mais a igualdade de oportunidades.

Como apontamos anteriormente, as interpretações sobre desigualdade também vem sendo ampliadas, e podemos perceber que, apesar da desigualdade econômica permanecer, vemos que em alguns aspectos as sociedades estão mais igualitárias.

Como exemplos, temos: as mulheres hoje têm mais espaço na sociedade do que há tempos atrás, da mesma forma, vemos os avanços legais e sociais em relação a grupos minoritários.

Seção 3 - Violência: crime como desvio, crime organizado e segurança pública

3.1 Crime como desvio

Nesta seção, você entrará em contato com a problemática da violência presente nas situações de crime como um desvio social, o crime organizado e alguns indicativos para a segurança pública diante de tais desafios.

O crime e o desvio podem ser entendidos como resultado de tensões estruturais e de uma falta de regulação social dentro da sociedade. É que as aspirações e desejos não realizados dos indivíduos ou grupos produziram o desvio de alguns membros.

Para não nos distanciarmos dos sociólogos clássicos, vamos resgatar algumas idéias de Durkheim, que via o crime e o desvio como fatos sociais; acreditava ele que ambos fossem elementos inevitáveis e necessários nas sociedades modernas. Por serem menos constrangidas que as sociedades tradicionais, as pessoas da sociedade moderna têm mais espaço para a escolha individual, por isso, é inevitável que haja algum tipo de não-conformidade.

Segundo Durkheim, o desvio promove a manutenção da fronteira entre o bom e o mau comportamento na sociedade. Um evento criminoso pode provocar uma reação coletiva que aumenta a solidariedade em grupo e esclarece quais são as normas sociais. Por exemplo, os moradores de um bairro que estejam enfrentando problemas com traficantes de drogas podem se unir por causa de um tiroteio, e se comprometerem a conservar a área como livre de drogas.



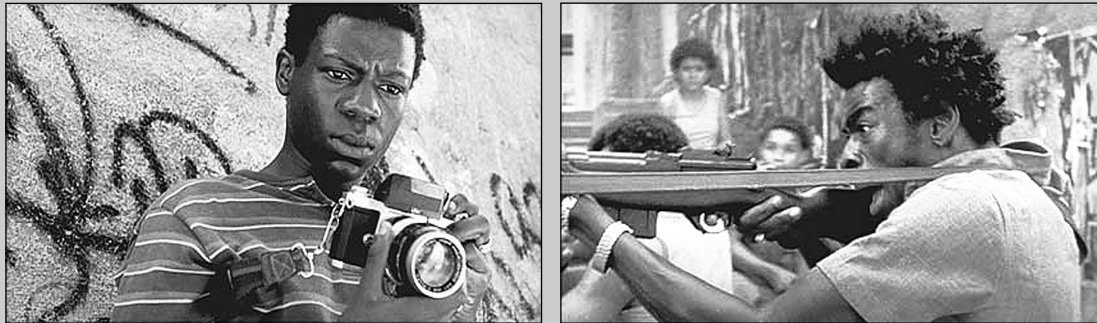
Segundo Giddens (2005), as idéias de Durkheim a respeito do crime e do desvio exercem influência no sentido de deslocar a atenção das explicações individuais para as forças sociais, como anomia social.

O sociólogo norte americano Robert K. Merton, em meados do século passado, elaborou uma teoria altamente influente sobre o desvio, situando a fonte do crime dentro da própria estrutura da sociedade. Ele se refere à pressão imposta ao comportamento dos indivíduos quando as normas aceitas entram em conflito com a realidade social.

Na sociedade moderna, para este autor, os valores defendidos enfatizam o sucesso material, alcançado por meio da autodisciplina e dedicação ao trabalho. Conseqüentemente, as pessoas que trabalham duramente podem prosperar, independentemente de seu ponto de partida na vida.

Na verdade, sabemos que à maioria dos desfavorecidos são dadas apenas oportunidades convencionais e limitadas de ascensão. Além disso, aqueles que não chegam ao sucesso descobrem-se condenados a tal situação. Há neste contexto uma enorme pressão no sentido de tentar prosperar de qualquer maneira, seja ela legítima ou não. Logo, segundo Merton, o desvio seria um subproduto das desigualdades econômicas e da falta de oportunidades iguais.

As contradições existentes dentro da sociedade podem se apontadas como uma das principais causas do crime. Cohen (1995 apud GIDDENS, 2005) defendeu a idéia de que os meninos de classe baixa trabalhadora que estão frustrados com a sua situação de vida freqüentemente se unem a subculturas delinqüentes, como gangues, que rejeitam os valores da classe média.



Figuras 23 e 24: Cenas do filme Cidade de Deus.

Fonte:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/i_cinema_00001.shtml>

Filme que tem a direção de Fernando Meirelles (2002).

Retrata a experiência das pessoas que são moradoras da favela carioca chamada Cidade de Deus e que têm suas vidas entrelaçadas com as condições de pobreza, exclusão social e violência.

Os meninos que correm mais riscos são aqueles que internalizam valores da classe média, sendo estimulados a aspirarem a um futuro de classe média. Quando não conseguem cumprir suas metas, ficam predispostos à atividade delinqüente.

Estudos mostram que as gangues delinqüentes surgem em comunidades subculturais, nas quais as chances de alcançar o sucesso de maneira legítima são pequenas, como entre as minorias étnicas carentes.

Evidentemente existem pressões na direção de atividades criminosas também entre outros grupos sociais, como indicam os chamados crimes de colarinho branco, fraude e evasão fiscal. Também se pode dizer que alguns ambientes sociais tendem a estimular atividades ilegais, ao passo que outros não. Os indivíduos podem tornar-se delinqüentes pela aproximação de pessoas que têm condutas criminais.

Utilizando elementos do pensamento marxista, alguns pesquisadores defenderam a noção de que o comportamento desviante é uma escolha ativa dos indivíduos em resposta às desigualdades do sistema capitalista.

À medida que as desigualdades aumentam entre a classe dominante e a classe trabalhadora, a lei se torna um instrumento cada vez mais importante para que os poderosos mantenham a ordem. No entanto, os poderosos também infringem a lei, mas raramente são presos, mesmo que o conjunto desses crimes seja bem mais significativo do que a delinquência diária.



O crime ocorre em todos os níveis da sociedade, devendo ser entendido no contexto das desigualdades e dos interesses sociais concorrentes.

Hirschi (1969 apud GIDDENS, 2005) apontou quatro tipos de elos que ligam as pessoas à sociedade e ao comportamento que obedece à lei: apego, compromisso, envolvimento e crença. Quando são suficientemente fortes esses elementos contribuem na manutenção do controle social e da conformidade, fazendo com que as pessoas não estejam livres para desobedecer às regras. Isto sugere que a delinquência e o desvio são uma consequência de uma socialização inadequada em casa ou na escola.

Para alguns teóricos, o crescimento do crime é um efeito do aumento do número de oportunidades e alvos para o crime na sociedade moderna. À medida que a população enriquece, e o consumismo assume um papel mais central na vida das pessoas, artigos como televisores, equipamentos de vídeo, computadores, carros, roupas e jóias estilizadas são alvos preferidos dos ladrões. Transgressores motivados, interessados em cometer crimes podem escolher entre uma ampla variedade de alvos convenientes.

As residências estão ficando cada vez mais vazias durante o dia, em função do aumento do número de mulheres que trabalham fora de casa, o que facilita as investidas dos criminosos.

3.2 Segurança pública

Para dar resposta a essas mudanças e às novas necessidades de **segurança pública** nos últimos anos, muitas abordagens oficiais de prevenção têm se concentrado em limitar as oportunidades de ocorrência de crimes.

A idéia central é a do endurecimento em relação ao alvo, ou policiamento tolerância zero, dificultando a ocorrência de crimes. Por exemplo, leis que exigem trancas de volante em todos os carros novos para reduzir as oportunidades de furtos de carros, ou instalação de câmeras em locais públicos estratégicos.



Figura 25: Cena do Filme Cidade de Deus

Fonte: Fonte:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/i_cinema_00001.shtml>

Segundo Marcineiro e Pacheco (2005), a segurança pública pode ser entendida como o estado sem delito, que resulta da observância dos preceitos pelos códigos penais comuns e pela lei de contravenções penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva típicas, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo o perigo, ou de todo o mal que possa afetar a ordem pública em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas.

A melhor política de segurança pública é aquela que adota medidas práticas para controlar a habilidade do criminoso de cometer crimes.

Para garantir melhor segurança pública, há necessidade de mudanças nos procedimentos do policiamento e um envolvimento mais constante das comunidades com as questões relacionadas a ela.

Para se chegar à inferência de um policiamento comunitário, é necessário utilizar uma estratégia organizacional consistente, capaz de reduzir os crimes e o medo do crime, e transformar-se numa grande oportunidade para firmar-se nas bases das comunidades, como instituição imprescindível à sua proteção e desenvolvimento.

Paralelamente à segurança pública, há uma crescente popularização dos serviços de segurança privados, dos alarmes para carros e casas, dos cães de guarda e das comunidades gradeadas, o que leva as pessoas a acreditarem estar vivendo em uma sociedade blindada.

Esta tendência pode ser constatada na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, na África do Sul e no Brasil. Isso vem acontecendo no mesmo compasso do aumento da distância que separa os mais ricos dos mais carentes.



A maneira de entender o crime afeta diretamente as políticas de segurança pública desenvolvidas para combatê-lo.

Se o crime for visto como produto da privação ou da desorganização social, as políticas podem ser direcionadas à redução da pobreza e ao fortalecimento dos serviços sociais. Se a criminalidade for vista como um ato de livre escolha dos indivíduos, as tentativas de se opor a ela ganharão outros contornos.

Na Sociologia é forte a idéia de que a desigualdade social associada aos valores apresentados e a injustiça social são fatores importantes na geração da criminalidade. Onde há riqueza e opulência convivendo lado a lado com a miséria, aumenta a frustração, a angústia, o sentimento de privação e o ódio, que destroem o sentimento de solidariedade do indivíduo, levando-o à violência.

O novo profissional da segurança pública que serve à comunidade precisa aprender com ela a ser responsável por ela, como co-produtores da prevenção do crime. A modernização das instituições públicas se deve à imposição de uma crescente exigência social por uma maior excelência na prestação de serviços públicos.

O momento é extremamente oportuno para que seja repensado o papel que o policiamento exerce na sociedade contemporânea. O desvio pode ser entendido também como uma função necessária na sociedade, pois ele age como uma força inovadora, que gera mudanças.

3.3 Crime organizado

Uma outra forma de desvio ou crime, mais complexa e que tem tirado o sono das autoridades de segurança, é o **crime organizado**. Por crime organizado pode ser entendido qualquer bando ou quadrilha que tem uma ação criminal eficaz.

Caso ocorra um assalto a banco e o lucro dos assaltantes seja considerado alto, as manchetes dos jornais dirão que foi uma ação do crime organizado. Como podemos citar os atentados a postos da Polícia Militar em São Paulo, e no Rio. Além disso, o Comando Vermelho o PCC são taxados de organização criminosa. (OLIVEIRA, 2006).

A construção do conceito do que é crime organizado não é fácil. Aspectos econômicos e institucionais devem ser levados em consideração. Dentre essas características deve ser observado o modo de atuação dos atores na operacionalização dos atos criminosos, as estruturas de sustentação e ramificações do grupo, as divisões de funções no interior do grupo e o seu tempo de existência.



Existem organizações que atuam apenas em nível local, sem conexão com outros grupos no âmbito nacional ou internacional. Existem, também, as organizações que são transnacionais.

Os especialistas do Fundo Nacional Suíço de Pesquisa Científica afirmam que existe crime organizado, especificamente o transnacional, quando uma organização tem o seu funcionamento semelhante ao de uma empresa capitalista, pratica uma divisão muito aprofundada de tarefas, busca interações com os atores do Estado, dispõe de estruturas fechadas, concebidas de maneira metódica e duradoura, e procura obter lucros elevados. Para as Nações Unidas, organizações criminosas são àquelas que possuem vínculos hierárquicos, usam da violência, da corrupção e lavam dinheiro. (OLIVEIRA, 2006).

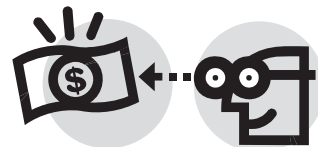
O Federal Bureau of Investigation (FBI) define crime organizado como qualquer grupo que tenha uma estrutura formalizada cujo objetivo seja a busca de lucros por meio de atividades ilegais. Esses grupos usam da violência e da corrupção de agentes públicos.

Partindo da literatura a respeito do crime organizado, segundo Oliveira (2006), podem-se identificar as características mais apontadas: planejamento empresarial, antijuridicidade, diversificação de área de atuação, estabilidade dos seus integrantes, cadeia de comando, pluralidade de agentes, compartimentação, códigos de honra, controle territorial, fins lucrativos, práticas de atividades ilícitas, atividade clandestina, hierarquia organizacional, previsão de lucros, divisão do trabalho, uso da violência, simbiose com o Estado, mercadorias ilícitas, planejamento empresarial, uso da intimidação, venda de serviços ilícitos, relações clientelistas, presença da lei do silêncio, monopólio da violência, controle territorial.

Uma das características do crime organizado, segundo Oliveira (2006), é buscar apoio para a sua atuação no âmbito das instituições do Estado. Elas contam com a corrupção do Judiciário e do aparelho político, têm como engrenagem o sistema capitalista.

Por meio dos benefícios do capitalismo, como, por exemplo, a interação dos mercados financeiros, é possível tornar as atividades das organizações criminosas bastante lucrativas.

A interação dos mercados financeiros proporciona a lavagem de dinheiro.



As divisões de funções e a presença da hierarquia têm funcionamento parecido com uma empresa capitalista, onde funções são estabelecidas para cada um de seus integrantes obedecendo ao princípio da hierarquia. As atividades das organizações criminosas precisam dos atores estatais para ser lucrativa e ter uma vida durável, elas são a película cinzenta do Estado. (OLIVEIRA, 2006).

Assim, pode-se afirmar que o crime organizado caracteriza-se por ser um grupo de indivíduos que têm suas atividades ilícitas sustentadas por atores estatais (por meio do oferecimento de benesses ou atos de cooperação), em que os sujeitos do crime desenvolvem ações que exigem a presença do mercado financeiro para que isso possibilite, também, a lavagem de dinheiro e, conseqüentemente, a lucratividade do crime.



As estruturas do crime organizado, por mais incrível que possa parecer, são o poder institucional (Estado) e o econômico, pois elas precisam desses poderes para sobreviverem e, por conseqüência, serem lucrativas.

Determinadas organizações possuem um maior poder de influência e, conseqüentemente, um sustentáculo mais rígido, são mais difíceis de serem combatidas do que outras, nos âmbitos econômico e institucional. Além disso, a lavagem de dinheiro não é praticada por toda organização criminosa. Isto é, a lucratividade da atividade criminal da organização pode não ser tão alta para possibilitar a lavagem de dinheiro.

O crime organizado, segundo Oliveira (2006), pode ser identificado nas suas diferentes modalidades de atuação, conhecidas do público:

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| ■ tráfico de drogas; | ■ fraudes financeiras; |
| ■ roubos de cargas; | ■ falsificação de remédios; |
| ■ fraudes em licitações públicas; | ■ contrabando; |
| ■ tráfico de órgãos; | ■ sonegação fiscal; |
| ■ tráfico de seres humanos; | ■ roubos a bancos; |
| ■ furto e roubo de veículos; | ■ seqüestros; |
| ■ jogo do bicho; | ■ grupo de extermínio.; |
| ■ lavagem de dinheiro; | ■ venda de sentenças judiciais. |

Há bem pouco tempo atrás, a violência materializada por meio do crime e do crime organizado, parecia estar um tanto distante do nosso cotidiano. À medida que os dias passam, percebemos essa realidade mais próxima da nossa casa, da nossa família. Você já se deu conta disto?

Seção 4 - Agrupamentos ou grupos sociais: agregados sociais, movimentos sociais

Você deve estar se perguntando, mas estes termos, agrupamentos sociais, grupos sociais, agregados sociais e movimentos sociais não são todos sinônimos?

De fato, grosso modo, esses termos são utilizados na Sociologia com significados iguais ou semelhantes. Os movimentos sociais são tratados com uma distinção um pouco maior, como veremos no desenvolvimento da seção.

Quanto aos demais termos, a maioria dos sociólogos prefere utilizar grupos sociais com o mesmo significado de agrupamento, inclusive a sociedade é entendida como um agrupamento de pessoas.



Considerando esta problemática, preferimos utilizar a designação de grupos sociais, para seguir uma tendência maior e de uso mais comum.

Os grupos sociais constituem uma das primeiras preocupações sociológicas por caracterizarem as primeiras práticas de vivências coletivas do ser humano. No decorrer da sua existência, os homens formaram comunidades baseadas em um interesse comum: rebanho primitivo, clã, tribo, família, parentesco, aldeia, oficina artesanal, etnia, coletividade, igreja, etc. Esse interesse pode ser apenas social, econômico ou sócio-econômico.

A comunidade é a célula básica da sociedade humana, pequeno organismo, mas com fortes laços no seu funcionamento interno, que se manifestam sob a forma de conteúdo social e individual. Os seus componentes identificam-se pelas mesmas motivações e responsabilidades na atividade conjunta. Este é um aspecto fundamental para entender o sistema comunitário.

Podem ser considerados como grupos sociais aquelas pequenas organizações de indivíduos que, possuindo objetivos comuns, desenvolvem ações na direção desses objetivos. Para garantir essa organização, possuem normas como forma de pressionar seus componentes a seguirem um funcionamento determinado, com tarefas e funções distribuídas, cooperação e/ou competição. Sempre têm um líder mais ou menos formalizado e apresentam aspectos que atraem os indivíduos, impedindo que abandonem o grupo.

Por grupo social, conforme abordagem sociológica, pode ser entendida também uma coletividade humana cuja existência manifesta-se por alguns fatores que caracterizam a sua dinâmica. De acordo com ZANELLA *et al* (2006), são eles:

- a existência entre os seus componentes de objetivos e motivações, que assumem a forma de conteúdo socialmente valioso para o exercício de uma atividade contínua e conjunta, localizada num determinado tempo e espaço;
- padrões próprios de conduta e uma coesão que assegure a formação de relações interpessoais e a integração dos seus membros no grupo;
- responsabilidades comuns pelos resultados de ações conjuntas;
- formas de circulação da comunicação;
- estrutura identificada com o conjunto de funções assumidas pelo grupo;
- organização que implica a definição de um aparelho de orientação e controle.

A responsabilidade de velar pelo cumprimento das funções de comando é atribuída a um líder, que assume o topo da hierarquia, e a quem os demais membros reconhecem ou aceitam o direito de tomar as decisões que afetam os interesses do grupo. Em muitos casos, a figura do líder limita-se a representar o grupo.

A outra denominação é **agregado social**. O termo agregado é utilizado por alguns sociólogos para designar uma reunião de pessoas, sem uma organização muito formal, que, apesar da proximidade física, têm um mínimo de comunicação e de relações sociais.

Normalmente, destacam-se como características certo anonimato, limitado contato social, insignificante modificação no comportamento dos componentes, uma localização espacial e, eventualmente, o fato de serem temporários. Entre os agregados mais comuns podemos considerar as manifestações públicas, agregados residenciais, funcionais e até grandes multidões de pessoas aglomeradas num determinado espaço.



Como vimos entre os clássicos da Sociologia, a sociedade, como toda a realidade, é necessariamente dinâmica, está sempre em processo. Indivíduos, grupos, categorias, agregados, subculturas, estratos sociais agem e reagem continuamente uns sobre os outros, em outras palavras, estão sempre em interação.

Movimentos sociais

Com o fortalecimento da idéia, identidade e atividades em grupo, na sociedade moderna surgiram os **movimentos sociais**. Hoje, temos movimentos sociais dos mais variados tipos e tamanhos. Os contemporâneos geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população.



Em muitas situações, as leis ou políticas sofrem alterações em consequência da ação dos movimentos sociais. Essas mudanças podem produzir efeitos de amplo alcance, como veremos a seguir.

Nas últimas três décadas, houve uma explosão de movimentos espalhados pelo mundo inteiro. Essa diversidade de movimentos – os que lutavam por direitos civis, os feministas, os ecológicos, os anti-nucleares, os que lutavam pelos direitos dos homossexuais – estes são denominados também de novos movimentos sociais.

Muitos pesquisadores acreditam que os novos movimentos sociais são um produto exclusivo da recente sociedade moderna, resultantes dos vários tipos de riscos que afetam as sociedades humanas.

Acreditam que as condições são propícias para estes movimentos, pois as instituições políticas são incapazes de lidar com os novos desafios: incapacidade de reagirem criativamente diante das ameaças do meio ambiente, dos perigos da energia nuclear e da manipulação genética, dos poderosos efeitos da tecnologia da informação.

Esses desafios traduzem uma sensação de falta de controle da vida em meio a mudanças aceleradas. Os indivíduos se sentem menos seguros e mais isolados, o que produz um sentimento de impotência num mundo sem controle. Cresce a noção de que a lógica da globalização trará riscos cada vez maiores à vida dos cidadãos.



Mais do que nunca, as pessoas estão participando ou apoiando os movimentos e organizações não governamentais como forma de reclamarem questões complexas e abrangentes, colocando-as no centro da vida da sociedade. Isto contribui, também, para revitalizar a democracia em muitos países, pois se encontra no coração de uma forte cultura cívica da sociedade civil.

Segundo Giddens (2005), duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas, a tecnologia da informação e os movimentos sociais, uniram-se produzindo resultados surpreendentes. Os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem se unir em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não-governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público.

Essas redes eletrônicas de contatos agora têm uma capacidade nunca vista de reagir imediatamente aos acontecimentos, de acessar e compartilhar fontes de informação, além de pressionar corporações, governos e organismos internacionais.

A internet esteve na vanguarda dessas mudanças, embora os telefones celulares, o fax e a transmissão via satélite também tenham apressado sua evolução. Ao apertar de um botão, histórias locais são disseminadas internacionalmente, recursos são compartilhados, experiências são trocadas e as ações são coordenadas em conjunto.



A habilidade de coordenar campanhas políticas internacionais é a mais inquietante para os governos e a mais estimulante para aqueles que participam dos movimentos sociais. Os movimentos sociais internacionais apresentaram um crescimento constante com a difusão da internet, por meio dos protestos a favor do cancelamento da dívida do Terceiro Mundo, das campanhas pela proibição das minas terrestres explosivas, confirmando a capacidade de unir defensores além das fronteiras nacionais e culturais. Para alguns observadores, a era da informação está produzindo uma migração do poder dos Estados-nações às novas alianças e coalizões não-governamentais.

Existem os movimentos *on-line* que visam à difusão de informações sobre corporações, políticas de governos ou efeitos de acordos internacionais, para públicos que poderiam não estar a par desses assuntos.

Alguns governos, mesmo democráticos, consideram as guerras em rede uma ameaça assustadora. Um relatório do exército norte-americano afirma que: “uma nova geração de revolucionários, radicais e ativistas está começando a gerar ideologias da era da informação nas quais as identidades e as lealdades do Estado-nação podem ser transferidas para o nível transnacional da sociedade global”.

Parece que estes temores se justificam, pois existem, de fato, motivos que nos levam a acreditar que os movimentos sociais sofreram uma transformação radical nas últimas duas décadas.

Como os movimentos sociais aproveitam as instituições sociais e políticas existentes?

Seção 5 - Educação: mudanças no papel da educação, privatização da educação

Os debates em torno da educação precisam ser relacionados com contextos sociais mais amplos. A educação está ligada à esfera mais geral da sociedade, como seus modos de produção, organização social e relações de poder.

Nesta seção, buscaremos discutir as mudanças na educação como processos sociais mais amplos. Vamos começar?

Você sabia que já passou mais de 8.800 horas em sala de aula?

Esse é o tempo médio para concluir o ensino fundamental e médio no Brasil. (BRYN, 2006). Se hoje nos países industrializados a educação formal é algo trivial, demorou muito para o surgimento desse modelo de instrução.



Você Sabia?

Se voltarmos um pouco no tempo, o cenário que encontramos é totalmente diferente. Há apenas 30 anos, grande parte da população do mundo era analfabeta. Antes da criação da imprensa, em 1454, os livros eram copiados a mão, sendo, conseqüentemente, raros e caros.

Durante séculos, a educação ficou restrita a um pequeno grupo de nobres e aristocratas, essas classes contratavam tutores para ensinar seus filhos a ler, escrever, obter noções de geografia, história, filosofia e artes; além do ensino do comportamento em público e do vestir-se adequadamente.

Estudos mais aprofundados só seriam necessários aos que seguissem as carreiras jurídicas e o estudo da teologia. A leitura não era uma atividade necessária no cotidiano de muitas pessoas, os costumes locais eram transmitidos através das gerações e os contos e lendas eram preservados pela narração de histórias. Em 1860, mais de 30% dos franceses e 80% dos espanhóis não sabiam ler.

Há apenas cem anos, a maior parte da população mundial não havia freqüentado os bancos escolares. Mesmo em 1950, estima-se que somente 10% dos países no mundo possuíam um sistema educacional de massa. (BRYN, 2006)

A situação, hoje, é bastante diversa. O início dessa mudança no sistema educacional adveio com o processo de industrialização e a expansão das cidades. Com o desenvolvimento da industrialização, houve demanda para ensino especializado com vistas a formação de mão-de-obra instruída. À medida que a **divisão social do trabalho** foi se expandindo o trabalho foi se afastando cada vez mais do ambiente doméstico, com isto, era impossível que os filhos aprendessem as atividades laborais com os pais.

Atualmente, na Europa, a taxa de alfabetização é de praticamente 100%. O Brasil ainda está longe dessa realidade, até o ano de 2002, 11,8% da população adulta eram analfabetos, mas se compararmos com os 75% de analfabetos que tínhamos em 1920, percebemos um avanço considerável.

Hoje quase todos os países têm sistemas educacionais de massa. No Brasil, de acordo com o último Censo do IBGE, 54,7% das pessoas com mais de 19 anos têm cinco anos ou mais de estudo.

Nos últimos anos, houve um esforço para a universalização da educação no Brasil, como resultado, temos que a taxa de alunos no ensino fundamental já ultrapassa 97%, ou seja, quase todos as crianças de 7 a 14 anos estão hoje na escola, como pode ser visto na tabela que segue.

Você lembra desse conceito? Ele foi desenvolvido por Durkheim, estudado na unidade 2.

Tabela 6: Taxa de atendimento escolar no Brasil, 1980 e 2003.

Nível de ensino	1980	2003
Pré-escola/Educação Infantil	15,2	68,4
Ensino Fundamental	67,2	97,2
Ensino Médio	48,6	82,3

Fonte: Atlas Racial Brasileiro (2004, apud BRYN, 2006, p.413).

Diferentemente da Europa, a democratização do ensino na sociedade brasileira ocorreu de modo bastante lento no decorrer do século XX. Podemos definir que a primeira fase desse processo teve início somente na década de 1930, com o processo de industrialização impulsionado no Brasil.

É desse período a criação das primeiras universidades brasileiras, a Universidade do Brasil, de 1926, e a Universidade de São Paulo, de 1934. Mas esse impulso ao ensino ficou basicamente restrito às zonas urbanas da região Sudeste. Somente a partir de 1970 pode-se falar em democratização do ensino em todas as regiões brasileiras.

No entanto, ainda hoje há diferenças entre a qualidade do ensino nas regiões brasileiras. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2003 aplicou uma prova de leitura aos alunos do 4º ano do ensino fundamental, sendo que a escala de desempenho varia de 0 a 375 pontos. Os resultados, expressos na tabela que segue, mostram que há consideráveis diferenças regionais. Além disso, os alunos das escolas particulares, em todas as regiões, obtiveram melhor desempenho.

Tabela 7: Desempenho médio na prova de Leitura para o 4º ano do ensino fundamental, segundo dependência administrativa.

	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	169,9	167,60	214,7
Norte	158,0	154,8	200,6
Nordeste	155,0	143,8	202,7
Sudeste	175,7	175,7	223,3
Sul	183,3	170,9	219,1
Centro-Oeste	171,1	163,2	212,5

Fonte: Inep, Saeb (2003, apud BRYN, 2006, p.417).

Por que será que há tanta diferenciação entre alunos de escolas públicas e privadas?

Um dos fatores apontados por Bryn (2006) é que, dependendo do município, as escolas públicas ou privadas podem pagar a seus professores salários mais baixos e, como consequência, terem professores menos qualificados.

A composição social da escola afetaria também a qualidade da educação. Outro fator que precisa ser considerado é o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou de **capital cultural**. Para ele, o espaço social (inclusive a escola) é construído de modo que os agentes desse grupo são distribuídos de acordo com sua posição social, de acordo com princípios de diferenciação. Os mais importantes, nessa distinção, são o capital econômico e o capital cultural.

Por capital econômico pode-se entender a renda, o dinheiro, os bens. O capital cultural refere-se a sinais de *status*, como atitudes, preferências, comportamentos, que são utilizados para distinguir os grupos. As pessoas que têm muito capital cultural tendem a ter gostos considerados “sofisticados”. O capital cultural é repassado por diferentes agentes de socialização, como família, amigos e escola. E acabam reproduzindo as desigualdades.



E como a escola faz isso?

Certamente não de maneira explícita, mas as escolas reforçam as desigualdades ao adotar como padrões de excelência aqueles derivados de classes dominantes. Assim, as crianças que pertencem a classes mais altas já iniciam na escola com atitudes que serão positivamente valorizadas pelos professores. Por outro lado, crianças de classes mais baixas sofrem um baque cultural muito mais forte, tendo, inclusive, diferenças na maneira de falar e agir em relação aos professores.

Outro ponto levantado por sociólogos é que expectativas baixas em relação aos alunos geralmente levam a baixos desempenhos. Uma pesquisa mostra que nos Estados Unidos crianças brancas e negras ingressam na vida escolar com resultados de desempenhos

bastante semelhantes. Mas no decorrer da vida escolar as crianças negras ficam com menor desempenho em relação às brancas. É bastante evidente que algo acontece na escola que leva a esse distanciamento entre os dois grupos.

Alguns autores sugerem que isso se deve à “profecia auto-realizadora”, isto é, a expectativa de que estudantes de grupos minoritários, ou classe baixa, terão baixo desempenho faz com que professores não os tratem com boas perspectivas, o que leva que se sintam rejeitados pelo professor, fazendo com que os alunos também venham a rejeitar primeiramente os professores, depois o sistema educacional e, por fim, a escola. No quadro a seguir reproduziremos um experimento desenvolvido nos Estados Unidos, que mostra como a “profecia auto-realizadora” pode afetar a vida educacional.



Você Sabia ?

Que em um estudo famoso, dois pesquisadores informaram aos professores de uma escola primária que iriam administrar um teste especial aos alunos para prever seu “desenvolvimento intelectual”. Na verdade, o teste era justamente um teste padrão de inteligência (QI). Após o teste, informaram aos professores quais alunos eles poderiam esperar que se tornassem grandes empreendedores e quais teriam um desempenho medíocre em suas vidas profissionais. De fato, os pesquisadores distribuíram os estudantes aleatoriamente nos dois grupos. No fim do ano, os pesquisados repetiram o teste de QI. Verificaram que os estudantes escolhidos como empreendedores obtiveram pontos significativamente mais altos do que os considerados medíocres. Uma vez que a única diferença entre os dois grupos de estudantes era a de que os professores esperavam que um grupo se saísse bem e o outro se saísse mal, os pesquisadores concluíram que a mera expectativa dos professores influenciaria o desempenho dos alunos (ROSENTHAL et JACOBSON, 1968). A clara implicação dessa pesquisa é a de que se um professor acredita que crianças pobres ou de minorias terão fraco desempenho na escola as chances de que isso ocorra são muito grandes. (BRYN, 2006, p.117)

Privatização da educação

Como já apontamos anteriormente, escolas públicas vêm obtendo desempenhos menores em testes de leitura. Em muitas regiões, estudantes e pais se mostram insatisfeitos com a educação nas escolas públicas, enquanto os professores reclamam de turmas com excessivo número de alunos, baixos salários e má condição de trabalho. Como em outras esferas da vida contemporânea, a educação tem sofrido influências decisivas do mercado.

A mercantilização é mais uma das faces das pressões da globalização por redução de custos. Escolas e universidades passam por “reestruturações” semelhantes às vivenciadas nas empresas privadas.

Para alguns defensores da privatização do ensino, o controle privado de escolas é o melhor caminho para melhorar a qualidade educacional. Para esse grupo, se as forças de mercado assumirem o controle da administração da educação, as escolas com desempenho ruim seriam fechadas e reabertas com projetos mais adequados. Seguindo as regras da livre concorrência, pais e filhos escolheriam as melhores escolas e todas teriam de se aperfeiçoar na busca de melhores resultados, tal como acontece nas empresas privadas.

Mas podemos afirmar que essa análise é por demais simplista, exatamente por desconsiderar as razões que levam as escolas a não terem desempenhos satisfatórios. De acordo com Giddens. (2006, p. 41):

Em muitas escolas que produzem resultados ruins (de acordo com indicadores padronizados), os alunos chegam com habilidades limitadas e mal preparados em disciplinas centrais. Os níveis de pobreza e privação são altos em muitas das comunidades onde essas ‘escolas reprovadas’ estão situadas. Muitas vezes, toma-se o tempo da aula para resolver as dificuldades pessoais e familiares dos alunos; além de ensinarem, os professores também dão conselho. O comportamento violento e destrutivo não é incomum. **Aqueles que se opõem aos esquemas de privatização argumentam que uma reforma educacional de verdade precisa estar relacionada à assistência à pobreza, aos programas de combate ao racismo, à melhoria nas instalações escolares e à expansão dos serviços sociais na comunidade.** (Grifos nossos)

Além disso, há poucos indícios de que empresas com fins lucrativos estejam produzindo resultados melhores em termos educacionais. A privatização da educação é mais um dos sinais de triunfo da sociedade de mercado que estamos presenciando.

Você passará agora para o estudo de um outro assunto relacionado à educação, que é de difusão de informações.

Seção 6 - Mídia e as comunicações de massa: jornais, televisão e internet

Como você usa seu tempo? Em quais atividades você “consome” as 168 horas que compõem uma semana? Aposto que sua resposta girará em torno do trabalho, estudo, sono, alimentação, não é mesmo?

E se dissessemos que você gasta mais da metade do seu tempo interagindo com os meios de comunicação de massa? Acharia essa colocação um exagero, não é mesmo?

Mas de acordo com os indicadores da NOP, *World Culture Score* (apud BRYN, 2006), reproduzidos na tabela que segue, o brasileiro gasta, em média, 51,3 horas interagindo com meios de comunicação massa. Significa que pessoas como você utilizam 57,4% do tempo que ficam acordadas assistindo TV, ouvindo rádio, indo ao cinema, lendo revistas e jornais, ouvindo *cds* e acessando a internet. (BRYN, 2006).

A tabela seguinte também mostra o uso médio de tempo gasto pelas pessoas lendo livros e jornais, assistindo TV, ouvindo rádio e acessando a internet. Note que, em termos globais, as pessoas assistem TV 16,6 horas semanais, 8 horas semanais ouvem rádio, 6,5 horas semanais lêem livros, revistas e jornais e 8,9 horas semanais acessam a internet.

Tabela 8: Número médio de horas semanais gastas com os meios de comunicação de massa – países selecionados, 2005.

Televisão		Rádio		Leitura		Internet*	
Tailândia	22,4	Argentina	20,8	Índia	10,7	Taiwan	12,8
Filipinas	21,0	Brasil	17,2	Tailândia	9,4	Tailândia	11,7
Egito	20,9	África do Sul	15,0	China	8,0	Espanha	11,5
Turquia	20,2	Rep. Tcheca	13,5	Filipinas	7,6	Hungria	10,9
Indonésia	19,7	Tailândia	13,3	Egito	7,5	China	10,8
Estados Unidos	19,0	Turquia	13,3	Rep. Tcheca	7,4	Hong Kong	10,7
Taiwan	18,9	Polônia	12,5	Rússia	7,1	Polônia	10,6
Brasil	18,4	Hungria	12,1	Suécia	6,9	Turquia	10,6
Reino Unido	18,0	Alemanha	11,5	França	6,9	Brasil	10,5
Japão	17,9	Austrália	11,3	Hungria	6,8	Egito	10,3
Arábia Saudita	17,7	México	11,1	Arábia Saudita	6,8	Filipinas	9,8
França	17,3	Suécia	10,9	Hong Kong	6,7	Coréia	9,6
Hong Kong	16,7	Reino Unido	10,5	Polônia	6,5	Arábia Saudita	9,3
Rep. Tcheca	16,2	Estados Unidos	10,2	Venezuela	6,5	África do Sul	9,0
Polônia	15,9	Espanha	9,9	África do Sul	6,3	Argentina	8,9
Espanha	15,9	Filipinas	9,5	Austrália	6,3	Rússia	8,9
China	15,7	Canadá	9,1	Indonésia	6,0	França	8,8
Coréia	15,4	Egito	9,0	Argentina	5,9	Reino Unido	8,8
Alemanha	15,2	França	9,0	Turquia	5,9	Estados Unidos	8,8
Hungria	15,1	Venezuela	7,6	Espanha	5,8	Canadá	8,3
Rússia	15,0	Itália	7,2	Canadá	5,8	Suécia	8,0
Itália	14,9	Rússia	6,6	Alemanha	5,7	Índia	7,9
África do Sul	14,8	Indonésia	5,8	Estados Unidos	5,7	Indonésia	7,7
Canadá	14,7	Hong Kong	5,1	Itália	5,6	Venezuela	7,5
Argentina	14,0	Taiwan	4,7	México	5,5	Austrália	7,0
Austrália	13,3	Japão	4,1	Reino Unido	5,3	Rep. Tcheca	7,0
Índia	13,3	Índia	4,1	Brasil	5,2	Japão	6,9
Média	16,6	Média	8,0	Média	6,5	Média	8,9

*Inclui apenas os que usam a internet para propósitos não profissionais.

Fonte: NOP World Culture Score Index (2005, apud BRYN, 2006, p.434).

E você? Qual a média de tempo que utiliza na interação com os meios de comunicação? Seria muito interessante fazer um registro de suas atividades em uma semana típica e ver onde você se encaixa. Será que você segue o padrão brasileiro?

Pense criticamente em sua relação com a mídia. Seu cabelo segue um padrão apresentado na novela, por exemplo? O estilo de suas roupas é o mesmo que aparece em séries de TV, ou filmes de Hollywood? As músicas que ouve são as mais tocadas nas estações de rádio? Seus ideais, sonhos e desejos vêm de onde? A maior parte da realidade que apreendemos nos é apresentada pela mídia.

Nesta seção, estudaremos as transformações que afetam os meios de comunicação de massa como parte integrante do processo de globalização. A expressão **meios de comunicação de massa** é ampla e se refere à imprensa escrita, à televisão, ao rádio, às revistas, ao cinema, à publicidade, aos *videogames* e aos *cds*.



As palavras mídia e meios podem ser usadas como sinônimo e ambas se referem ao processo de transmissão de comunicação para uma pessoa ou grupo de pessoas, que não é feito diretamente, ou face a face, mas necessita de tecnologia para mediar na transmissão de mensagens. A palavra massa significa que o meio atinge muita gente.

Jornais

Como seria o mundo sem meios de comunicação de massa?
Difícil de imaginar não é mesmo?

No entanto, eles são bastante recentes na história da humanidade. De acordo com Bryn (2006), o primeiro sistema de escrita surgiu no Egito e na Mesopotâmia há cerca de 5500 anos. Os jornais no formato moderno começaram a circular no século XVIII, e no século XIX a imprensa tornou-se de massa, com uma tiragem diária lida por milhares de pessoas.



Os jornais representaram um avanço para a mídia moderna, pois um só veículo conseguia concentrar assuntos da atualidade, entretenimento e bens de consumo, somando-se a isto a facilidade de reprodução.

Foi nos Estados Unidos que a população viu surgir a publicação do primeiro jornal com preços acessíveis a boa parte de seus moradores. Isto aconteceu no ano de 1830. O diário de “um centavo” foi originado em Nova York e rapidamente copiado em outras grandes cidades. No Brasil, foi somente com a chegada da família real, em 1808, que foi criada a Imprensa Régia Brasileira, e o primeiro jornal a circular foi a Gazeta do Rio de Janeiro, um órgão oficial da imprensa portuguesa. (BRYN, 2006).

Durante mais de meio século os jornais foram soberanos como principal forma de transmitir informação de maneira rápida e abrangente. A maior parte das mídias eletrônicas surgiram no século XX, o primeiro sinal de TV foi transmitido em 1925, quatorze anos depois foi criada a primeira rede de TV, nos Estados Unidos. A internet comercial é de 1991. Com o surgimento do rádio, do cinema, da televisão e da internet, os jornais diminuíram sua influência. (BRYN, 2006).

É possível que a comunicação eletrônica leve a uma diminuição na circulação de jornais impressos, as notícias estão agora disponíveis *on-line* e atualizadas constantemente, ou a “cada minuto”. A maior parte dos jornais de médio e grande porte tem suas versões eletrônicas, nas quais a maioria dos acessos são gratuitos, mas a quantidade de publicidade é elevada.

Televisão

Junto com a internet, a TV é o grande fenômeno dos meios de comunicação de massa nos últimos 50 anos. Como já afirmamos, é possível que uma criança que nasça hoje passe mais tempo de sua vida, quando acordado, em frente à TV do que fazendo qualquer outra atividade. Praticamente todos os lares brasileiros têm TV e ficam ligados mais de 5 horas diárias. O número de

canais de televisão vem crescendo com os avanços na tecnologia de satélites e cabos.



Com o advento da globalização, a televisão vem sofrendo mudanças importantes, fazendo com que programas de TV atinjam um nível mais global. Lugares em que o sistema de programas de televisão e o número de aparelho de TV eram baixos, como a antiga União Soviética, partes da África e da Ásia, por exemplo, nos últimos anos expandiram sua capacidade de transmissão, sobretudo, importando programas de outras redes de televisão. É bastante conhecido do público o sucesso das novelas brasileiras em países da África.

Muitas pesquisas têm sido desenvolvidas para tentar compreender os efeitos dos programas de televisão. Entre os tópicos mais pesquisados estão a forma de transmissão de notícias na TV. Como uma grande parte dos indivíduos não tem o hábito da leitura de jornais impressos, boa parte da informação sobre o que acontece no mundo é recebido por noticiários da TV.

De acordo com Giddens (2005), as pesquisas mais conhecidas sobre o assunto são as desenvolvidas pelo *Glasgow Media Group* (Grupo de Mídia de Glasgow), da Universidade de Glasgow. O grupo publicou uma série de livros sobre a apresentação de notícias. O primeiro é baseado na análise de noticiários, dos três canais de TV do Reino Unido da época, entre os meses de janeiro e junho do ano de 1975.

Nas palavras de Giddens. (2005, p.372):

O objetivo era oferecer uma análise sistemática e imparcial dos conteúdos das notícias e do modo como elas eram apresentadas. [...] *Bad News* conclui que as notícias sobre as relações industriais foram sempre apresentadas de maneira seletiva e tendenciosa. Termos como ‘desordem’, ‘radical’ e ‘greve inútil’ sugeriram visões anti-sindicalistas. Os efeitos da greves, provocando transtornos para o público, foram bem mais relatados que as suas causas. As imagens utilizadas faziam muitas vezes com que as atividades dos manifestantes parecessem irracionais e agressivas. [...] O livro também chamou atenção para o fato de que aqueles que constroem as notícias agem como ‘porteiros’ do que entra na agenda – em outras palavras, tudo o que o público ouve.

Com um conteúdo tão controverso, esse livro foi motivo de intensos debates. Alguns pesquisadores acusaram o grupo da Universidade de Glasgow de estarem sendo parciais, outra crítica afirmava que a pesquisa não era confiável, pois os cinco meses em que o grupo analisou os noticiários não foram representativos.

De qualquer forma, as pesquisas foram válidas no sentido de mostrar que as notícias jornalísticas não são apenas uma ‘descrição’ de um determinado fato, mas uma interpretação. E essa interpretação sobre a realidade é a que é mostrada ao público.

Internet

A internet é um novo fenômeno de mídia, não se sabe exatamente o número de pessoas que a utilizam, mas há estimativas de que mais de 100 milhões de pessoas espalhadas no mundo inteiro podem acessá-la. Seu crescimento é de aproximadamente 200% em cada ano, desde 1985. O acesso à internet é extremamente desigual tanto em termos de países, como regiões dentro do Brasil.

De acordo com o mapa da exclusão digital da Fundação Getúlio Vargas (2002 apud BRYN, 2006), os Estados Unidos concentram 50 % dos usuários, mesmo tendo apenas 5% da população mundial; lá, 59,1% da população acessa à internet.



Pesquisa Google

No Brasil, apenas 7,1% da população são usuários da internet, o que significa 13,9 milhões de indivíduos com acesso à rede mundial de computadores. Há uma variação regional grande, com concentração de usuários, ou internautas, nas regiões urbanas do sudeste e sul do país.

A exclusão digital representa mais uma forma de exclusão, pois leva à desigualdade de oportunidades, já que o acesso a tecnologias de informação e comunicação foram as bases para a sociedade do conhecimento.

Outra forma de desigualdade de acesso à internet no Brasil está relacionada à questão de cor. Os dados do IBGE apontam que, em 2003, a cor “branca” representava 53,74% da população

brasileira, seguida de pardos – 38,45%, pretos – 6,21%, outras – 0,71%, amarela – 0,45% e indígena – 0,43%. Entre os que têm mais acesso à internet estão os amarelos, com 41,66%, seguidos dos brancos, com 15,14% de indivíduos conectados à rede; daí em diante estão os pardos, com 4,06%; pretos, com 3,97%; indígenas, com 3,72%; e outros, com 7,25%.

Com esses dados, podemos verificar que no Brasil um branco tem 168% a mais de chances do que um não branco de ter acesso à internet!

As implicações sociais da internet

Nesse momento de mudanças tecnológicas tão surpreendentes, ninguém sabe ao certo o que o futuro nos reserva. Alguns apontam os internautas como integrantes do “ciberespaço”, isto é, espaço de interação formado pela rede global de computadores que configura a internet.

Por vezes, parece que no ciberespaço a mensagem é mais importante que as pessoas, pois sem a identificação do usuário não há como saber se nos comunicamos com mulheres, homens, ou em qual lugar do mundo essa pessoas está. Giddens (2006, p.382) fala de um famoso cartum, sobre a internet, no Reino Unido. O cartum traz um cachorro sentado na frente de um computador e a seguinte legenda: “O melhor da internet é que ninguém fica sabendo que você é um cachorro.”

A internet trouxe novos desafios de interpretação para os sociólogos. Há pesquisadores que a vêem de forma entusiástica, apontando que no mundo *on-line* há mais possibilidades de relacionamentos, pois o meio eletrônico complementaria as interações face a face.

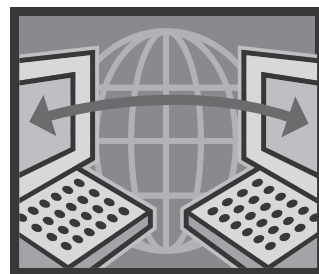
Como não considerar o sucesso de sites de relacionamento como o Orkut, que muitas vezes possibilita o reencontro de colegas antigos, promove encontros e agrupa pessoas com os mesmos interesses. Há também os teóricos, menos otimistas, que apontam que à medida que as pessoas dedicam mais tempo a comunicações *on-line*, elas estariam dedicando menos tempo a interações no mundo físico.

Outro problema que a internet promoveria seria a diminuição do limite entre trabalho e vida doméstica, já que muitos trabalhadores continuam nas suas casas acessando *e-mails* ou concluindo atividades pendentes reduzindo, assim, o tempo para contatos humanos.

Quais dos grupos de teóricos estão com a razão?

Possivelmente os dois e nenhum dos dois, ou seja, existem fundamentos de verdade nas duas análises, mas nenhuma delas sozinha é capaz de interpretar essa realidade. A internet não é boa nem ruim.

Da mesma forma que ocorreu anteriormente com o advento da TV, a internet provoca temores e esperanças. Até o momento, temos indicadores que não seremos “tragados” do mundo real para o mundo virtual.



Você acaba de concluir a última unidade desta disciplina. Ao estudá-la você pôde ampliar a concepção sociológica de temas relevantes da sociedade contemporânea. Você pôde compreender o processo de globalização da sociedade e suas influências na vida cotidiana e identificar as correlações existentes entre os problemas da desigualdade e dos antagonismos sociais e o processo de globalização. Pôde entender a influência da educação e da mídia nas concepções de mundo e também identificar perspectivas e projeções para a vida social cotidiana das próximas décadas.

[illegible]



Atividades de auto-avaliação

Ao final desta última unidade, você está convidado a registrar algumas reflexões como forma de avaliar-se a respeito dos conteúdos estudados.

1. Se as novelas e os filmes fossem as únicas fontes de informação, de que maneira a visão que você tem do Brasil estaria próxima da realidade? Essa visão seria incompleta e distorcida? Explique.

2. Em que aspectos você se sente participante do processo de globalização ou pertencente à sociedade globalizada? Desenvolva uma reflexão e registre.



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade, lendo os textos indicados a seguir.

- BRYN, Robert [*et al*] **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Crise e transição nas relações internacionais**. Porto Alegre, 11 de julho de 2005. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/2005/07/11/000.htm>>. Acesso em: 08 jan, 2007.



Para concluir o estudo

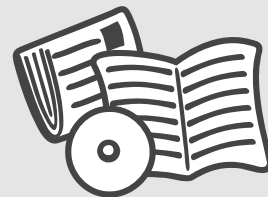
Esperamos ter alcançado nosso objetivo inicial – que é ao mesmo tempo simples e complexo. Desde o início, buscamos possibilitar que você percebesse o caráter construído da sociedade. Isto significa compreender que os problemas/dilemas que enfrentamos cotidianamente não são causados apenas por fatores físicos e emocionais, mas também sociais.

A Sociologia possibilita que percebamos as causas que estruturam nossas vidas, como nossa forma de trabalhar, estudar e amar. Com isso, essa disciplina nos mostra que a sociedade possibilita algumas escolhas e outras não. Nos mostra que não somos totalmente livres, nem totalmente prisioneiros de uma ordem social, já que não há cristalizações nas relações sociais.

Assim, temos a possibilidade de traçar nosso caminho e construir nossas vidas de modo melhor que as gerações passadas. Por exemplo, se o sistema capitalista é excludente, não existe em função da “natureza” do homem, esse modelo de produção foi criado e é constantemente recriado por nossas ações e escolhas. Se as mulheres ainda sofrem discriminação social, isto não se deve ao caráter intrínseco do feminino, mas das construções de gênero.

Enfim, esperamos que esse livro possibilite perceber que você é produto e produtor da sociedade.

Referências



ANDRIOLI, Antonio Inácio. O retorno da xenofobia. **Revista Espaço Acadêmico, S. 1.**, , n.13, Ano II, jun. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli1.htm>. Acesso em: 07 jan 2007.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRYN, Robert [*et al*] **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e Direitos Humanos**. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 09 jan. 2007.

CASTRO, Ana M.; DIAS, Edmundo F. (orgs.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1992.

COHN, Gabriel, (org.); FERNANDES, Florestan(coord.). **WEBER**. São Paulo: Ática, 1997. Coleção Sociologia.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1989.

DIGGINS, John Patrick. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FIORANTE, Eduardo. **Modos de produção e relações de trabalho**. São Paulo: Eumed, 1978.

FREITAG, Bárbara. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 2, 2º semestre, 1989. p. 7 – 44.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1987.

GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (Organização e introdução). **Max Weber: ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos: S. A., 1982.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia: uma breve porém crítica introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

HARNECKER, M. **Los conceptos elementares del materialismo histórico**. S. l.: Siglo 21, 1972.

LARA, Yoandris Sierra. **La transición al socialismo en las condiciones del capitalismo subdesarrollado contemporáneo**. México: ULM, 2005.

MARX, K. **O Capital**. 7. ed. Resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARSEVAL, Geneviève Delaisi de. **La Part du Père**. Paris: ÉDITIONS DU SEUIL, 1981

PASTORE, José. **A gangorra social brasileira**. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/emprego/081.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2007.

PERCÍLIA, Eliene. **O que é xenofobia?** Equipe Brasil Escola.com. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/doencas/xenofobia.htm>. Acesso em: 07 jan. 2007.

PICCININI, Valmiria Carolina; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Emprego e empregabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, VIII, 2003, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: PROLAM/FEA/USP/

ABET, 2003. p. 215-229.

PIERRET, Janine. Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na sociologia. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 115 - 200.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, MARIA L.O.; OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999. Col. Primeiros Passos.

RODRIGUES, José Albertino; FERNANDES, Florestan. **DURKHEIM**. São Paulo: Ática, 1988. Coleção Sociologia.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Lisboa: Porto, 2004.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. Itajaí: Univali/ Edifurb, 2001.

TAMANINI, Marlene; AMORIM, Tade -Ane de. **Sociologia**. Palhoça: UnisulVirtual, 2003.

TORRES, David; LONGO, Moacir. O Desemprego no Brasil e no mundo. In: _____. **Reformas para o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: SINAESP, 2003. Disponível em: <www.library.com.br/Reforma/Pg021Desemprego.htm>. Acesso em: 30 dez. 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Atual, 1988

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Crise e transição nas relações internacionais**. Porto Alegre, 11 de julho de 2005. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/2005/07/11/000.htm>. Acesso em: 07 jan. 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

_____. **Sobre as teorias das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1994. VI.

_____. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix. 1993.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez. 2001. Parte 1



Sobre os professores conteudistas

Jacir Leonir Casagrande

Doutor em Ergonomia (UFSC, 2002), Mestre em Ciências Sociais - Sociologia (UFSC, 1991), Especialista em Sociologia Política (UFSC, 1988), Graduado em Ciências Sociais (FEBE, 1983).

Tem experiência na docência de graduação e pós-graduação desde 1989, ministrando disciplinas de Sociologia, Metodologia Científica e da Pesquisa, Relações Humanas, Ergonomia Organizacional, Prática de Análise Ergonômica, Metodologia do Ensino Superior, Sociologia Organizacional.

É professor tutor na UnisulVirtual desde 2004, além de professor conteudista, como co-autor dos livros de Metodologia da Pesquisa, Metodologia para a Prática Pedagógica e Metodologia de Ensino Superior.

Atualmente, está vinculado às áreas de Ciências Humanas e Sociais, da Saúde e Tecnológica como professor de Sociologia, Metodologia da Pesquisa e Ciência e Pesquisa. Orienta alunos do Mestrado em Psicopedagogia.

Tade-Ane de Amorim

Mestre em Sociologia Política (UFSC, 2001) graduada em Ciências Sociais (UFSC, 1999). Atualmente, é aluna do Programa de Doutorado em Sociologia Política na UFSC.

Desde 2001, é professora de Sociologia na UNISUL. Atua como professora tutora da UnisulVirtual desde 2003 e já atuou como co-autora no livro de Sociologia.

Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação



Confira se sua resposta atingiu a expectativa desejada. Se você ficou muito distante da resposta, reveja o conteúdo. Sugerimos que não passe adiante sem ter se apropriado do assunto:

Unidade 1

1. Faça uma visita ao supermercado, observe atentamente alguns aspectos e estabeleça uma relação com os conteúdos que você aprendeu nesta unidade.

Aqui você deve compreender como é possível analisar nossas ações cotidianas com a referência da Sociologia. Procure verificar que os supermercados trabalham com produtos de vários países. Também perceba que a disposição dos produtos é pensada para que os consumidores levem vários itens para casa, entre tantas outras considerações que podem ser feitas.

2. Imagine-se desejando abrir um negócio próprio. Pode ser um restaurante, uma loja de artigos importados, uma clínica médica, um consultório odontológico, uma empresa de engenharia, etc. Descreva quais fatores da sociedade devem ser considerados para que isto ocorra. Pense em como a Sociologia poderia ajudar nessa análise.

No final desse exercício você deverá ter percebido como é necessário conhecer a sociedade para que seu negócio tenha sucesso.

3. Leia e analise o texto de Verdenal (1981, p. 216). Considere os argumentos construídos pelo autor e relacione o conceito de ordem com a sociedade contemporânea.

Nesta atividade, o importante é que você compreenda que, para Comte, a ordem deveria estar associada ao progresso. Na atualidade, ainda é bastante comum o entendimento de que a ordem é fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Unidade 2

1. Vamos estudar o conceito de fatos sociais, desenvolvido por Durkheim. Primeiramente, selecione um fenômeno social e verifique se ele se enquadra em um fato social. Para isto, é necessário que esse fenômeno tenha as três características apontadas por Durkheim, a saber, exterioridade, coercitividade e generalidade. Registre e explique suas considerações.

Envie para seu tutor a sua resposta, ele poderá lhe dizer se você selecionou um fato social ou não.

2. Mais uma vez, convidamos você a ler o texto de Alberto Tosi Rodrigues, apresentado no “para início de estudo”, desta unidade: Como DURKHEIM responderia às questões colocadas por Rodrigues?

Nesta atividade, é importante que sua resposta parta da relação de sociedade e indivíduo para Durkheim. Assim, você conseguirá responder que para Durkheim é a sociedade que faz o homem e que não temos muita liberdade, já que é a sociedade que determina as ações sociais.

3. Assista a uma novela na televisão. Observe como os homens e mulheres são representados (por meio das atitudes, das falas, das vestimentas; reações de outras pessoas em relação a eles). Escolha 3 personagens, um do sexo masculino, outro do sexo feminino e uma criança. Descreva o que você verificou em relação aos papéis sociais e compare com o conteúdo estudado nesta unidade.

Nesta atividade, o importante é que você perceba como homens, mulheres e crianças são apresentados de formas diferentes. Note se as mulheres aparecem limpando a casa, ou exercendo uma atividade profissional. Note se na conversa entre duas personagens o assunto se desenrola em torno de questões profissionais ou se referem a relacionamentos amorosos. Mantenha um olhar crítico e relacione com o que foi estudado.

4. Cite três exemplos de formas de controle social que ocorram por valorização de determinados comportamentos.

Os exemplos devem estar relacionados a comportamentos que são aceitos e valorizados socialmente. O importante é você perceber que a coerção social não se dá apenas de forma punitiva, mas por valorização de atitudes consideradas adequadas.

Unidade 3

1. Vários são os filmes disponíveis no mercado e nas bibliotecas de universidades que contribuem para um maior entendimento do que foi abordado nesta unidade. Dentre eles, destacamos: Tempos Modernos (de Charles Chaplin), A classe operária vai ao paraíso, Daens: um grito de justiça. Escolha e assista a um desses filmes e faça uma análise estabelecendo relações com o pensamento de Marx e dos outros autores abordados na unidade.

O filme Tempos Modernos, o mais conhecido, trata a realidade do mundo do trabalho de modo crítico e satírico. Os fundamentos críticos são os mesmos da abordagem marxista. Cabe a você fazer uma correlação identificando estes fundamentos. Os outros dois filmes apresentam situações e contextos diferentes, mas abordam a realidade de trabalho nas empresas modernas. Os trabalhadores se organizam, tomam consciência dessa realidade e, revoltados com o sistema de exploração no trabalho nas empresas, partem para o confronto, com manifestações, greves, atitudes até radicais. Tendo em mente essas realidades apresentadas pelos filmes, você pode desenvolver uma reflexão própria, com posicionamento e interpretação pessoal, mas sem esquecer da perspectiva apresentada por Marx.

Unidade 4

1. Leia novamente o texto de Alberto Tosi Rodrigues (2000, p.19), apresentado no para início de estudo da unidade 2 deste livro. Como WEBER responderia às questões colocadas por Rodrigues?

Sua resposta deve considerar que, em Weber, a ação social define a sociedade e os indivíduos agem movidos por valores. Desta forma, ele aponta que a margem de autonomia individual e também a liberdade está limitada pelo processo de racionalização e burocratização.

2. Vamos pensar no sistema de estratificação social no Brasil. Como estará o sistema de estratificação brasileiro nos próximos 10 anos? Ele será diferente do atual? Por quais razões?

Nesta atividade, é importante que você perceba que a estratificação social é fruto das relações sociais. Não é possível “prever” como essa situação estará no futuro, mas, a partir do presente, podemos projetar um cenário provável.

3. Em sua cidade há bairros considerados bons e ruins? Compare a quantidade e a qualidade de construções públicas como parques, escolas, hospitais, em dois bairros de sua cidade (um considerado bom e outro ruim). Como se dá a distribuição dessas construções públicas nos dois bairros? Você percebe a relação entre status econômico e construções públicas? Como se dá essa relação?

Aqui, é importante que você perceba que em bairros considerados “melhores” há uma maior concentração de bens públicos. Os investimentos públicos, muitas vezes, encontram-se quase que apenas nesses bairros, e um dos motivos pode ser a maior possibilidade de pressão política das classes médias e altas – moradores de bairros “melhores”- do que classes mais baixas.

Unidade 5

1. Como você, enquanto ser humano pertencente a uma sociedade, poderia interferir e fazer a diferença em uma era de riscos globais? Qual a sua contribuição para minimizar os problemas apontados?

Você deve levar em conta a sua vida cotidiana, identificar a presença dos aspectos de riscos globais no contexto da sua vida individual e coletiva situada num tempo e espaço. Pontue alguns desses problemas e indique quais seriam as possíveis contribuições que você, enquanto cidadão deste mundo, pode oferecer para que ele seja um pouco melhor. Solte o “verbo”.

Unidade 6

1. Se as novelas e os filmes fossem as únicas fontes de informação, de que maneira a visão que você tem do Brasil estaria próxima da realidade? Essa visão seria incompleta e distorcida? Explique.

Toda a realidade é apreendida de formas diferentes. Assim, sempre que se mostra um fato, é uma visão que está sendo passada. Neste exercício, note que as novelas, como os livros de romance, ou os filmes, são fragmentos da realidade.

2. Em que aspectos você se sente participante do processo de globalização ou pertencente à sociedade globalizada? Desenvolva uma reflexão.

Ser estudante universitário no Brasil é privilégio. O domínio do conhecimento é fundamental para inserir-se num mercado competitivo e globalizado. Entender-se como cidadão dessa sociedade é um primeiro passo para dela participar conscientemente. A ciência e a tecnologia mais a ação do ser humano produziram tudo o que está aí. E agora, o que fazer? Estes são alguns aspectos que você pode contemplar na sua reflexão.